

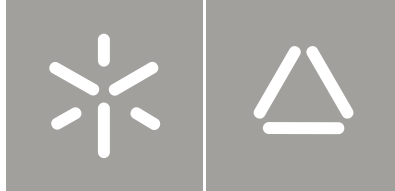


Ana Isabel Gomes Gonçalves Melro

A cobertura jornalística do computador
‘Magalhães’:
Um estudo dos semanários portugueses

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ana Isabel Gomes Gonçalves Melro

A cobertura jornalística do computador
'Magalhães':
Um estudo dos semanários portugueses

Relatório de Estágio no Projecto de Investigação
"Navegando com o 'Magalhães': Estudo sobre o Impacto dos
Media Digitais nas Crianças" (PTDC/CCI-COM/101381/2008)
Mestrado em Ciências da Comunicação - Informação e Jornalismo

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Sara de Jesus Gomes Pereira

Agradecimentos

À Professora Sara Pereira pelo apoio e orientação transcendentais.

À equipa do projecto de investigação,
nomeadamente ao Luís Pereira e à Professora Helena Sousa
pela força e motivação sempre presentes.

Aos jornalistas do *Sol* e do *Expresso* que contribuíram
para a concretização deste trabalho.

Ao Professor Manuel Pinto pelas palavras de sabedoria.

A todos os investigadores e bolseiros do CECS
pela solidariedade e entreaajuda.

À minha família pelo amor e compreensão incondicionais.

Ao Leandro pelo carinho e reconforto dos seus gestos.

A cobertura jornalística do computador ‘Magalhães’: Um estudo dos semanários portugueses

Resumo

O presente Relatório é elaborado no âmbito do estágio no projecto de investigação “Navegando com o ‘Magalhães’: Estudo sobre o Impacto dos Media Digitais nas Crianças” (PTDC/CCI-COM/101381/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Este projecto tem como objecto principal de estudo o programa ‘e.escolinha’, lançado em 2008 pelo XVII governo liderado por José Sócrates, que permitiu o acesso a crianças do 1º ciclo do ensino básico ao computador ‘Magalhães’. Mais especificamente, o projecto visa, por um lado, compreender e analisar as políticas subjacentes à medida que enquadra a distribuição do computador e, por outro, analisar e compreender os usos e práticas que as crianças fazem do computador, dentro e fora das escolas.

Tendo em conta que o computador ‘Magalhães’ foi alvo de uma atenção significativa por parte dos meios de comunicação social, que lançaram, deste modo, uma discussão intensa no espaço público em torno desta medida governamental, o presente Relatório tem como finalidade analisar a cobertura do computador ‘Magalhães’ por dois jornais semanários – *Expresso* e *Sol*. A partir da análise de conteúdo das notícias publicadas sobre o computador, e das entrevistas realizadas a jornalistas dos dois semanários, foi possível conhecer, de forma geral, os temas presentes, as fontes auscultadas, a representação e a visibilidade da criança no discurso das notícias, as esferas de representação em torno da literacia mediática e as perspectivas nutridas pelos profissionais de comunicação sobre estes assuntos.

Os resultados obtidos sugerem uma actuação da imprensa semanal como vigilante dos poderes do Estado noticiando, sobretudo, os problemas em torno da adjudicação directa do computador ‘Magalhães’ e do financiamento do programa; os atrasos na distribuição dos portáteis e os erros ortográficos no *software* do computador. Por sua vez, verificou-se uma tendência para o recurso às fontes autorizadas, ou com poder legitimado (fontes governamentais e políticas), como forma de credibilizar os factos noticiados. Por outro lado, presenciou-se uma certa negligência sobre os direitos de participação da criança nas notícias, sendo a criança representada apenas como referência no texto e como ornamento nas imagens.

Esta fraca visibilidade em torno dos assuntos pedagógicos conduziu também a que a temática sobre a literacia mediática estivesse ausente da esfera pública, exceptuando a questão do acesso às novas tecnologias.

Palavras-chave: computador ‘Magalhães’; ‘e.escolinha’; literacia mediática; imprensa semanal.

The press coverage of the Magellan computer: A study of the Portuguese weekly newspapers

Abstract

This report results from the stage in the research project "Navigating the 'Magellan': Study on the Impact of Digital Media in School Children" (PTDC/CCI-COM/101381/2008), funded by the Foundation for Science and Technology (FCT). This project has as main object the study of 'e.escolinha' programme, released in 2008 by the XVII government led by Jose Socrates, which allowed children of 1st cycle of basic education the access to the to the Magellan computer. More specifically, the project aims, on one hand, to understand and analyse the underlying policies of the distribution of Magellan computers and on the other, analyse and understand the customs and practices that children make of the computer inside and outside schools.

Given that the Magellan computer was the subject of significant attention by the media, which launched in this way, an intense discussion in the public sphere around this government measure, this report aims to analyse the press coverage of the Magellan computer by two weekly newspapers - *Expresso* and *SoL*. From news content analysis of published articles on the computer and interviews with journalists from the two weeklies, it was possible to know, in general, which themes were often present, the consulted sources, the representation and visibility of the child in the news discourse, the approaches on media literacy and the prospects nourished by the journalists on these issues.

The results suggest that weekly press behaved as a watchdog of state powers by reporting, especially the problems surrounding the direct award of the Magellan computer and financing of the programme, as well as delays in the distribution and spelling errors in the software of the computer. In turn, there was a trend towards the use of authoritative sources or with legitimate power (political and governmental sources) as a way to give credibility to the facts reported. On the other hand, there was some negligence on the participation rights of the child in the news, while the child was represented only as a reference in the text and as ornaments in images.

This poor visibility around the pedagogical issues also led to the absent on themes surrounding media literacy, except the matter on the access to new technologies.

Keywords: Magellan laptops; 'e.escolinha'; media literacy; weekly press.

Índice

INTRODUÇÃO	1
a) Notas sobre o projecto de investigação “Navegando com o ‘Magalhães’: Estudo sobre o Impacto dos Media Digitais nas Crianças”	3
CAPÍTULO I – Jornalismo e sociedade	7
1.1. O lugar do jornalismo na sociedade.....	7
1.2. Processos de produção das notícias.....	12
1.3. A relação entre fontes e jornalistas: uma espécie de simbiose	14
1.4. A criança nas notícias: do centro para a periferia.....	22
CAPÍTULO II - A Sociedade da Informação e a modernização do ensino	31
2.1. A tecnologia como motor de desenvolvimento da sociedade	31
2.2. A agenda europeia para a promoção da literacia mediática.....	36
2.3. A modernização do ensino em Portugal e o computador ‘Magalhães’	39
CAPÍTULO III - A cobertura do computador ‘Magalhães’ na imprensa.....	45
3.1. Considerações sobre o estágio e a análise da imprensa diária	45
3.2. Metodologia de estudo dos jornais semanários.....	48
3.3. Análise referente à recolha das peças dos semanários.....	54
3.4. Análise referente ao conteúdo das notícias dos semanários	57
3.5. Discussão dos resultados.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
Referências bibliográficas.....	83
Apêndices	93
Apêndice 1: Grelha de codificação da análise referente à recolha das peças dos semanários	95
Apêndice 2: Grelha de codificação da análise de conteúdo das notícias dos semanários.....	96
Apêndice 3: Cronologia dos assuntos principais veiculados pelos semanários sobre o computador ‘Magalhães’	98
Apêndice 4: Fontes de informação identificadas nas notícias sobre o computador ‘Magalhães’.....	100
Apêndice 5: Guião das entrevistas semi-estruturadas a jornalistas do Sol e do <i>Expresso</i>	102
Apêndice 6: Transcrição das entrevistas a jornalistas do <i>Sol</i> e do <i>Expresso</i>	103

Índice de figuras, gráficos e tabelas

Figuras

Figura 1: Metodologia do projecto de investigação	4
Figura 2: Esquema da gestão do 'e.escolinha' pelas entidades estatais e privadas	43
Figura 3: Nuvem de palavras mais frequentes nos títulos das notícias sobre o 'Magalhães' com recurso à ferramenta <i>Wordle</i>	58
Figura 4 – Exemplo de imagem reproduzida nas notícias	68
Figura 5: Exemplos de representações da criança ou aluno nas notícias.....	69

Gráficos

Gráfico 1 – Variação das notícias publicadas nos quatro diários ao longo dos dois anos	47
Gráfico 2: Variação mensal das peças publicadas no <i>Sol</i> e no <i>Expresso</i>	55
Gráfico 3: Dimensão da notícia nas páginas dos jornais	59
Gráfico 4: Temas presentes nas notícias do <i>Sol</i> e do <i>Expresso</i>	61
Gráfico 5: Variação mensal da noticiabilidade nos semanários	63
Gráfico 6: Tipos de fontes identificadas nas notícia	65
Gráfico 7: Elementos presentes nas imagens das notícias dos semanários.....	67
Gráfico 8: Índices de publicação das peças publicadas pelos semanários (vermelho) e pelos diários <i>online</i> (azul), ao longo de 24 meses.....	72

Tabelas

Tabela 1 – Formas de actuação das fontes governamentais nos <i>media</i>	20
Tabela 2: Total de edições e de peças referentes ao computador 'Magalhães' nos semanários	54
Tabela 3: Géneros jornalísticos identificados nos semanários	56
Tabela 4: Secções de publicação da peça nos semanários.....	57
Tabela 5: Secção do jornal correspondente às notícias publicadas nos semanários	60
Tabela 6: Principais assuntos das notícias do <i>Sol</i> e do <i>Expresso</i>	62
Tabela 7: Tom das notícias sobre o computador 'Magalhães'	64
Tabela 8: Referência a elementos do sistema educativo nas notícias	66
Tabela 9: Combinação entre os elementos representados nas imagens.....	67
Tabela 10: Frequência dos tipos de representação da criança ou aluno nas notícias.....	70
Tabela 11: Esferas de representação da literacia dos <i>media</i> digitais nas notícias.....	71

Lista de abreviaturas e siglas

ASE	Acção Social Escolar
CDC	Convenção sobre os Direitos da Criança
CDJ	Código Deontológico dos Jornalistas
CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular
CDU	Coligação Democrática Unitária
CE	Comissão Europeia
CECS	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
CM	Correio da Manhã
CNPCJR	Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DN	Diário de Notícias
ERC	Entidade de Regulação da Comunicação Social
IAMCR	International Association for Media and Communication Research
FIJ	Federação Internacional dos Jornalistas
JN	Jornal de Notícias
LTE	Lei Tutelar Educativa
LNPCJR	Lei Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
MLC	Media Literacy Conference
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
OLPC	One Laptop per Child
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Personal Computer
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PT	Plano Tecnológico
PTE	Plano Tecnológico da Educação
P	Público
SJ	Sindicato dos Jornalistas
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

O presente Relatório é resultado do trabalho desenvolvido no decorrer do estágio no projecto de investigação “Navegando com o ‘Magalhães’: Estudo sobre o Impacto dos Media Digitais nas Crianças” (PTDC/CCI-COM/101381/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Atendendo aos objectivos e às tarefas do referido projecto, nomeadamente da que estava em execução no momento de realização do estágio, optou-se por tornar a cobertura do computador ‘Magalhães’ pelos dois semanários portugueses Expresso e Sol, como o nosso objecto de estudo.

Neste contexto, começa-se por abordar o papel do jornalismo na sociedade como reconstrutor social da realidade e formador da opinião pública, dando a conhecer os processos de produção das notícias e alguns fundamentos da relação entre jornalistas e fontes de informação. Aqui dedicamo-nos também a reflectir sobre alguns conceitos estudados na questão da representação e visibilidade da criança nos discursos mediáticos, conforme os direitos declarados pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

Num segundo momento, discute-se sobre o papel da tecnologia no desenvolvimento da sociedade de informação, em particular focando-se na relação das crianças com os *media* digitais e atendendo à contribuição de políticas educativas como é o caso do ‘e.escolinha’. Neste sentido contextualizam-se alguns aspectos da medida remetendo também para o quadro europeu na promoção da literacia mediática enquanto factor impulsionador da modernização dos países. Por último, apresentam-se os resultados e algumas considerações finais tendo presente os objectivos deste estudo enquanto contributo da investigação em curso.

No *Capítulo I*, fazem-se algumas considerações teóricas sobre o papel desempenhado pelos *media* na sociedade, desde a sua natureza mediadora ao papel de formadores da opinião pública. Deste modo, presta-se particular atenção à relação tensional do campo jornalístico com os restantes domínios sociais, tendo presente, entre outros autores, os contributos de Denis McQuail (2003), Adriano Duarte Rodrigues (1999) e de Pierre Bourdieu (1983). Seguidamente, abordam-se alguns conceitos sobre o contributo dos meios de comunicação na formação da opinião pública contemplando os estudos de Enric Saperas (1993) e Elizabeth Noelle-Neumann (1984).

Ainda no primeiro capítulo, os subcapítulos *1.2* e *1.3* são dedicados aos processos de produção das notícias e à complexa relação entre jornalistas e fontes de informação,

respectivamente. Aqui abordam-se alguns estudos sobre a selecção e hierarquização das notícias (*gatekeeping*) e valores-notícia e reflecte-se sobre os factores internos e externos à redacção que influenciam a produção e veiculação das notícias. Em seguida, focam-se alguns aspectos sobre a relação entre jornalistas e fontes, quer pelo lado da preferência dos jornalistas pelas fontes oficiais (Sigal, 1973) – como reconhecimento de credibilidade no discurso –, quer pela profissionalização das fontes, sobretudo das fontes políticas. Desta forma, e dado o objecto de estudo, dedicam-se alguns capítulos ao comportamento dos sistemas políticos ocidentais relativamente à adopção de estratégias de comunicação avançadas sobre os órgãos de informação (Pfetsch, 1999; Serrano, 2002). O capítulo encerra com a questão do posicionamento e representação da criança nas notícias. Sendo o computador ‘Magalhães’, objecto de uma política pública de distribuição de portáteis a crianças do 1º ciclo do ensino básico, o subcapítulo 1.4 centra-se em alguns estudos desenvolvidos sobre a visibilidade (ou ausência) da criança e das suas representações nos discursos jornalísticos (Ponte, 2009; Marôpo, 2010; Oliveira *et al.*, 2011; Martins, 2009). Este ponto dá a conhecer alguns dos direitos da criança expressos na CDC (2004) e do reconhecimento pelos profissionais de comunicação da criança enquanto cidadão com direitos.

O *Capítulo II* é dedicado, de forma geral, ao contributo das tecnologias para a sociedade da informação e do conhecimento, atendendo-se em particular, à relação da criança com as novas tecnologias (Buckingham, 2009; Negroponte, 1996). Assim sendo, reflecte-se sobre as políticas governamentais e demais tentativas de modernização dos sistemas públicos, em especial, do sistema educativo. Dado que as reformas nos sistemas de ensino-aprendizagem têm vindo a atingir gerações cada vez mais novas, problematizam-se algumas teses sobre a relação das crianças com os *media* digitais e da iminente preocupação pelos governos na preparação das crianças para a formação do cidadão do século XXI. Neste contexto, o subcapítulo 2.2. expõe um conjunto de directrizes da Comissão Europeia e do Conselho da Europa para a promoção da literacia mediática ou da educação para os *media* nos países europeus. É a partir deste enquadramento que o último ponto deste capítulo introduz o objecto de análise, descrevendo alguns factos relacionados com a concepção e objectivos da distribuição do computador ‘Magalhães’ nas escolas primárias. Atendendo aos discursos proferidos pelo executivo do ex-primeiro ministro José Sócrates, discutem-se as finalidades da iniciativa ‘e.escolinha’ e contextualizam-se alguns acontecimentos relevantes para o conhecimento das notícias sobre o computador ‘Magalhães’, como é o caso da constituição da Comissão Eventual

de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis (FCM), entretanto extinta pelo actual governo.

No *Capítulo III*, e último capítulo, apresentam-se os resultados da análise sobre a cobertura do computador ‘Magalhães’ pelos semanários *Sol* e *Expresso*. Neste âmbito, expõem-se primeiramente as tarefas realizadas durante o período de estágio no projecto de investigação, referente à análise da imprensa diária dando a conhecer alguns dos resultados da mesma análise (Pereira, 2010). Em seguida, define-se o modelo metodológico de investigação com base nos conceitos sobre a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) e apresentam-se as categorias utilizadas no tratamento de dados, tanto para a análise referente ao levantamento das peças dos semanários, como para a análise de conteúdo das notícias. Depois de formuladas as questões de investigação, prossegue-se, então, com a apresentação e discussão dos resultados alcançados na análise, confrontando os dados obtidos com o quadro teórico e com as entrevistas realizadas a jornalistas dos semanários.

Por fim, tecem-se algumas considerações finais tendo em conta os objectivos e os resultados deste Relatório, com a preocupação de complementar e contribuir para a investigação em curso no âmbito do projecto em que se enquadra.

a) Notas sobre o projecto de investigação “Navegando com o ‘Magalhães’: Estudo sobre o Impacto dos Media Digitais nas Crianças”

O projecto de investigação “Navegando com o Magalhães: Estudo sobre o Impacto dos Media Digitais nas Crianças” (PTDC/CCI-COM/101381/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) durante três anos, iniciou funções a 3 de Maio de 2010 e integra-se no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, em Braga. A equipa é constituída pela investigadora principal Sara Pereira², pela investigadora Helena Sousa, pelo estudante de doutoramento Luís Pereira e pelas bolsistas de investigação Ana Melro e Andreia Lobo (responsável pela realização das entrevistas).

A investigação, ainda em desenvolvimento, tem como objectivo estudar o impacto do computador ‘Magalhães’ nas crianças do 1º ciclo do ensino básico. Deste modo, importa conhecer a fundo as finalidades do programa ‘e.escolinha’ e os contextos da sua implementação

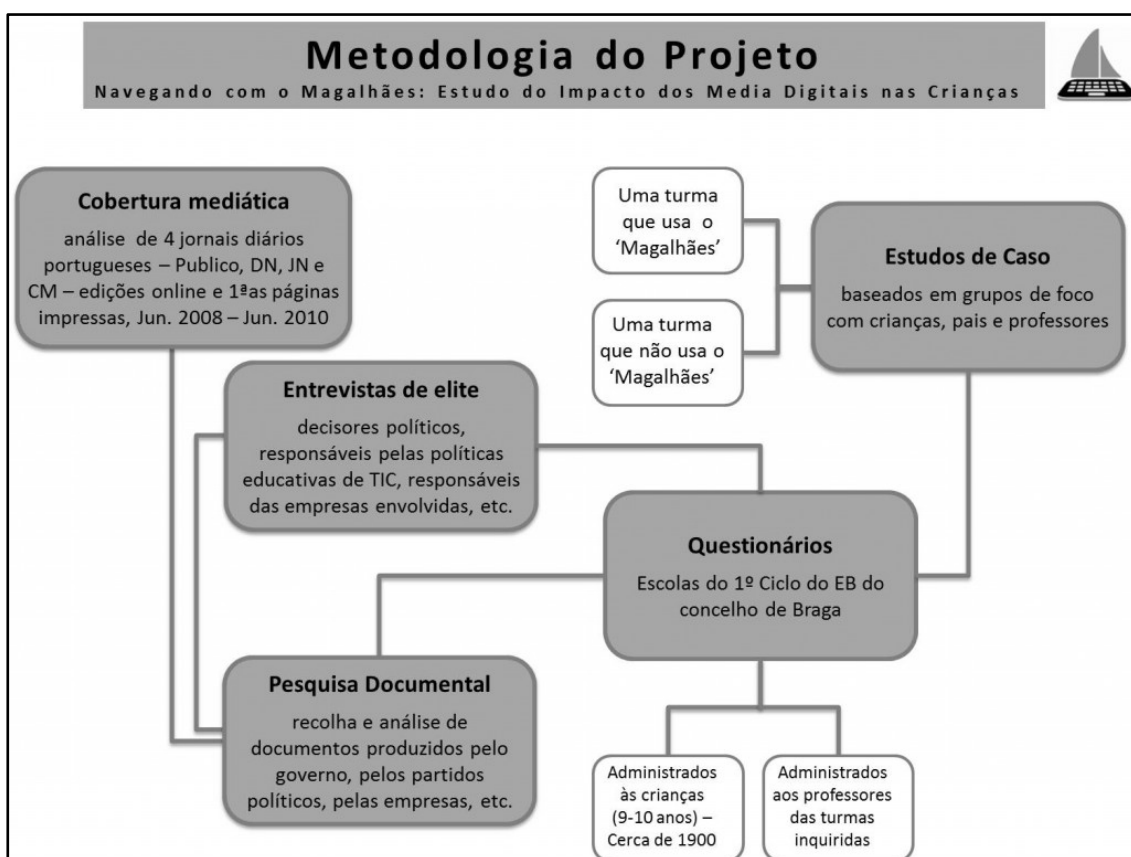
¹ Com base na informação disponível na página *online* de divulgação do projecto de investigação (<http://www.lasics.uminho.pt/navmag>).

² Professora Auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). Doutorada em Estudos da Criança na área da programação televisiva para a infância, desenvolve a sua investigação no âmbito da televisão para crianças, relação crianças-media e Educação para os Media.

pelos professores, pais e alunos. Assim, pretende-se compreender os usos e práticas que as crianças fazem do computador portátil e dos recursos que lhe estão subjacentes, como a Internet, tanto na escola como fora desta.

De forma geral, a metodologia do projecto é composta por cinco tarefas principais (Figura 1): cobertura mediática, pesquisa documental, entrevistas de elite, questionários e estudos caso.

Figura 1: Metodologia do projecto de investigação



Fonte: Sítio *online* do projecto Navegando com o Magalhães: Estudo sobre o Impacto dos Media Digitais nas Crianças (2011).

Numa primeira fase o projecto incidiu sobre a análise dos aspectos políticos e económicos do programa 'e.escolinha', no sentido de compreender as motivações pragmáticas e ideológicas que levaram à sua implementação. Neste contexto procedeu-se à análise dos documentos recolhidos junto dos sítios *online* das entidades oficiais (ministérios) e das entidades especializadas (empresas, sindicatos, associações e partidos políticos). Paralelamente foi feita uma análise da cobertura mediática dos jornais diários *online* sobre o computador 'Magalhães', abordada mais em pormenor no *Capítulo III* deste Relatório, uma vez que a tarefa coincidiu com

o período de estágio.

Ainda sob este pretexto, foram realizadas entrevistas a actores-chave no processo de concepção e implementação do 'e.escolinha', designadamente a ex-ministros, administradores de empresas, deputados políticos, presidentes de sindicatos, especialistas, entre outros.

Em breve o projecto iniciará a elaboração de questionários a serem aplicados aos alunos e professores do 4º ano das escolas do 1º ciclo do ensino básico, do concelho de Braga. Através dos questionários pretende-se conhecer as suas opiniões e perspectivas sobre o uso do computador. Nomeadamente, do lado das crianças, pretende-se ver respondidas as seguintes questões: Quem são as crianças que usam o 'Magalhães'?; Quais as crianças que não o usam?; Como estão a usar o portátil?; Que opiniões têm as crianças acerca do 'Magalhães'?; O que mais gostam e o que menos gostam?; Quais as vantagens e desvantagens que as crianças identificam naquela ferramenta de trabalho?; Como é a relação delas com esta tecnologia em particular comparativamente aos outros *media*?

Do lado dos professores pretendem-se ver respondidas as seguintes questões: Para que fins estão a ser usados os computadores nas salas de aula?; Qual é o impacto do 'Magalhães' nas escolas?; Como se posicionam os professores em relação ao seu uso: relutantes, constrangidos, perdidos, potenciados, ou comprometidos?; Que oportunidades e ameaças identificam na implementação da medida nas salas de aula?; O 'Magalhães' mudou alguma coisa nos processos de ensino e aprendizagem e nos modos de comunicar e participar?; Estarão os professores a contribuir para o desenvolvimento das capacidades críticas e criativas das crianças em relação aos novos *media*?; Estarão os professores alertas da variedade de experiências que os mais novos têm com os computadores fora da escola?; Como avaliam o programa 'e.escolinha'?; Foram os professores consultados, acerca do programa, pelos membros oficiais do Governo?; Os professores conseguem identificar os propósitos pedagógicos do projecto? Participaram em programas de formação no sentido de saberem como usar o 'Magalhães' com os seus alunos?

Por fim, o projecto dará a conhecer o estudo caso efectuado com grupos focais, nomeadamente, com uma turma que usa e outra turma que não usa o computador 'Magalhães' nas suas actividades curriculares. Neste contexto, pretende-se desenvolver o conceito do 'fosso digital' existente entre a escola e a casa, no sentido de explorar novas formas de estreitar as diferenças culturais e educacionais.

CAPÍTULO I – Jornalismo e sociedade

“As pessoas do ocidente, provavelmente ouvem mais linguagem através dos *media* do que directamente dos lábios dos seus companheiros humanos em conversação” (Bell, 1991:1).

O presente capítulo pretende dar conta de alguns conceitos teóricos desenvolvidos em torno do papel dos *media* na sociedade. Nesse sentido, presta-se atenção às funções e efeitos sociais dos *media*, enquanto formadores da opinião pública e reconstrutores sociais.

Seguidamente reflecte-se sobre os processos de produção das notícias, atendendo aos factores internos e externos que influenciam a selecção e publicação dos discursos veiculados pelos órgãos de informação. Discute-se ainda sobre a relação entre jornalistas e fontes, dando principal destaque às fontes políticas, e finalmente problematiza-se a representação da criança pelos meios de comunicação social.

1.1. O lugar do jornalismo na sociedade

As dinâmicas sociais e os valores culturais que influenciam a construção do discurso noticioso configuram o cerne da problemática em torno do híbrido sociedade e meios de comunicação. A tendência é para falarmos, cada vez mais, de uma sociedade mediatizada, em que aquilo que os *media* veiculam contribui para a percepção que temos do mundo. Os *media* têm, assim, a capacidade de gerar discussão, formar opiniões, suscitar emoções e de mobilizar os indivíduos. Esta percepção individual é influenciada pelos mecanismos complexos de mediatização que se entranham, cada vez mais, no quotidiano, construindo os quadros da nossa própria experiência individual e colectiva (Rodrigues, 1999: 1). Deste modo, estudar a forma como os *media* representaram o ‘Magalhães’ nas notícias é um elemento fundamental para compreender as percepções que são construídas pela opinião pública em relação à política de distribuição de computadores nas escolas do 1º ciclo do ensino básico.

Em sentido lato, a realidade chega-nos através daquilo que os *media* seleccionam, tratam e difundem (*ibidem*), por intermédio de estratégias de comunicação cada vez mais decididas a entrosar nos ritmos do dia-a-dia do cidadão. Para Fontcuberta (1999: 11), “a presença nos meios de comunicação social é tão evidente, tão quotidiana, nas nossas vidas, que qualquer pessoa sabe o que são e emite opiniões sobre o que fazem”. Esse é um dos motivos pelos quais o jornalismo é o discurso do presente, da actualidade. Segundo Gomis (1991: 15) os

meios de comunicação oferecem-nos o presente social, uma referência diária das nossas vidas, em torno do qual as pessoas captam, vivem e comentam.

O tempo dos *media* é, portanto, o tempo do quotidiano, do presente, do imediato e do vivido (Gomis, 1991: 34). É nesse presente colectivo, no *habitus* incorporado, que os sistemas mediáticos actuam como “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (Bourdieu, 1983: 61), construindo, assim, um domínio simbólico da realidade.

O jornalismo assume, deste modo, um papel central na sociedade. O conhecimento é-nos transmitido pelos meios de comunicação social e “é crescente a nossa dependência desses meios para uma determinada percepção do mundo” (Fontcuberta, 1999: 13). Em “A construção Social da Realidade” (1999), Peter Berger & Thomas Luckmann encaram os *media* como lugar de transmissão e (re)construção de conhecimento. Para os autores, os *media* são um produto da sociedade, por sua vez, também ela produto dos *media*. A vida quotidiana apresenta-se como uma realidade percebida colectivamente e inquestionavelmente, repleta de hábitos, rotinas, intersubjectividade e de significados partilhados (Berger & Luckmann, 1999). Assim, o campo jornalístico ao ser constituído por “um conjunto de pressupostos e crenças partilhadas” (Bourdieu, 1997: 49), constrói o seu campo lógico de intervenção discursiva, em diferenciação com os campos lógicos de outros mundos de experiência. Por sua vez, o domínio ou poder simbólico dos *media* (Bourdieu, 1983) conduz a que as estruturas sociais se organizem em torno dos sistemas mediáticos, decidindo, actuando e (con)vivendo em seu redor.

A problemática coloca-se, portanto, na questão da autonomização do campo dos *media*. Para Rodrigues (1999), esta autonomia, ainda que relativa, dotou os *media* de uma legitimidade superintendente e transcendente à experiência de mediação institucional, como consequência da desconstrução dos quadros de sentido da experiência tradicional (por exemplo, da religião). Com efeito, os dispositivos de mediação delimitam os objectos da percepção e da sensação que integram o mundo vivido (Rodrigues, 1999: 24). Nestas circunstâncias, o campo dos *media* compreende uma natureza *tensional* na relação que estabelece com os restantes campos sociais (Rodrigues, 1999: 25). Nesse campo de forças, os restantes campos sociais, motivados por uma lógica estratégica, mobilizam a sociedade para os seus valores, ao imporem as suas regras de comportamento através do campo dos *media*. Segundo o autor, “o campo dos *media* vive do despoletamento, da exacerbação ou da naturalização das tensões derivadas do facto de os diferentes campos sociais concorrerem entre si” (*ibidem*). No entanto, a mediação entre os

diferentes campos não significa uma tendência “fragmentadora”, uma vez que os *media* mobilizam os indivíduos em torno de valores comuns (Rodrigues, 1999: 25).

Ao formarem uma comunidade interpretativa que reconhece nos *media* uma legitimidade delegada pelos restantes campos, os dispositivos mediáticos exercem, sobre a sociedade, um efeito de realidade capaz de antecipar, modelar e substituir o real (Rodrigues, 1999: 27). Assim, a legitimidade que é depositada nos *media* permite que estes sejam capazes de criar, impor, manter, sancionar e restabelecer a hierarquia de valores e do conjunto de regras adequadas no campo específico da mediação entre os restantes campos sociais (*idem*: 26). A função de mediação entre os diversos campos é, como referido, tensional e estabelece-se numa relação ambígua de sedução e de desconfiança (Rodrigues, 1999). Dessa forma, a autonomia do campo dos *media*, em particular do campo jornalístico, é relativa. Neste jogo de forças permanente os *media* lutam pela concretização dos seus objectivos.

Apesar da complexa definição sobre o papel do jornalismo na sociedade, as diversas teorias desenvolvidas dão conta de traços comuns sobre as funções ou finalidades dos *media* na sociedade. Para além de o clássico tríptico de informar, educar e entreter, poder-se-ia acrescentar ao papel dos *media*, as funções relativas à transparência democrática e vigilância do estado (contra-poder), enquanto instituição acrescida de responsabilidade social. Ainda que redutoras, as teorias funcionalistas permitem enquadrar o jornalismo ao serviço da sociedade. McQuail realça a importância das teorias funcionalistas que se resumem a cinco funções sociais dos *media*: informar, correlacionar, manter, entreter e mobilizar (McQuail, 2003: 82-83).

Indiscutivelmente, a função primária do jornalismo é informar. “O objectivo declarado de qualquer órgão de informação é o de fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes” (Tuchman cit. in Traquina, 1993: 167). O acto de informar, tal como disposto no art.º nº1 do Código Deontológico dos Jornalistas (CDJ), de 1993, deve ser capaz de “relatar os factos com rigor e exactidão”. A comprovação dos acontecimentos deve ser efectuada ouvindo as partes com interesse e as notícias devem ser, claramente, diferenciadas da opinião. Este pluralismo de ideias, proporcionado pelo princípio do contraditório, abre caminho para o debate democrático no espaço público. Deste modo, o princípio de informar é o de fornecer a informação aos cidadãos como condição básica ao exercício da democracia numa sociedade heterogénea, livre e dotada de conhecimento. “A democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade, e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é informar o público sem censura” (Traquina, 2002: 12).

É por esse motivo que o jornalismo é encarado como um contra-poder, vigilante dos poderes do estado e de outros poderes dominantes na sociedade, igualmente no combate à corrupção e na denúncia de outras irregularidades nos sistemas sociais. Perante os desvios, as prepotências e os abusos de poder, o jornalismo contra-poder surge associado ao liberalismo, com a imagem da imprensa como ‘cão-de-guarda’ (*watchdog*) (Mesquita, 2004: 74). Apesar de considerarmos o jornalismo investigativo como uma arena repleta de constrangimentos internos e externos acrescidos por forças que operam no quadro social, o princípio da denúncia é, tendencialmente, mais comprometido quanto maior for o impacto da reacção nos sistemas sociais, políticos e económicos do país e do mundo. Assim, na relação dos *media* com o poder governamental, o jornalismo sempre foi encarado como quarto poder, ainda que, por “equivoco”, como refere Mesquita (2004: 72), uma vez que o poder dos *media* é condicionado e controlado por outras forças, nomeadamente pelos centros de decisão política, económica, tecnológica e militar.

Quer constitua poder autónomo ou delegado, os *media* foram, desde cedo, formadores e recreadores da opinião pública. Para Gabriel Tarde “a imprensa escrita foi um dos factores que favoreceram o surgimento e o desenvolvimento da opinião pública” (cit. in Rieffel, 2003: 37). A legitimidade atribuída aos *media*, enquanto organização credível e fonte primária na obtenção da informação, leva a que a percepção dos seus discursos seja processada de forma natural e indiscutível. De acordo com Bourdieu (1997: 49), os pressupostos que se encontram inscritos num certo sistema de categorias de pensamento constituem base da selecção das notícias, sendo através deles que os jornalistas operam na realidade social e no conjunto das produções simbólicas:

“Não há discurso nem acção que para aceder ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da selecção jornalística, que dizer, essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem o saberem sequer, retendo apenas o que é capaz de os interessar, de reter a sua atenção, que dizer, de entrar nas suas categorias, na sua grelha, e rejeitando para a insignificância ou para a indiferença expressões simbólicas que mereciam chegar ao conjunto dos cidadãos” (Bourdieu, 1997: 49-50).

Desta forma, o conhecimento chega aos cidadãos após vários processos de filtragem, orientando o que devem pensar. A convenção de ideias veiculadas pelos *media*, quando partilhadas por um grande número de indivíduos, constitui a opinião pública. Segundo Rémy Rieffel (2003: 34) a construção da opinião pública passa por três processos: inicialmente ela é produto de uma audiência particular depois, uma opinião partilhada por um grande número de indivíduos “finalmente, uma opinião trazida ao conhecimento de todos e submetida ao juízo de

todos” (*ibidem*). A origem etimológica da palavra “opinião”, por si própria, consiste numa crença duvidosa e subjectiva, a meio caminho entre a verdade e a mentira (Rieffel, 2003: 34). Quando esta convergência de opiniões se unifica e é expressada de forma homogénea por uma massa de pessoas é, então, tornada pública. Embora não seja possível determinar que influência podem ter os *media* na formação da opinião pública, é comum recorrer-se às sondagens de modo a conhecer certas tendências da opinião pública. Contudo, as sondagens, de acordo com Rieffel, não dão conta da “verdadeira” opinião pública, apenas medem as movimentações de opinião naquele momento (Rieffel, 2003: 35). O autor considera redutor medir uma realidade multiforme e tão complexa como a opinião pública, dado que ela “resulta de uma elaboração concertada de pontos de vista, de uma confrontação negociada e continuamente renovada” (Rieffel, 2003: 36).

Ao constituírem um papel de relevo na sociedade, os *media* alteraram os modos de expressão da opinião pública, tornando-a, de certa forma, dependente dos sistemas mediáticos. Por outro lado, os *media* dizem-nos o que devemos ou não pensar, colocando os assuntos por eles determinados, na ordem do dia, no debate público, nas conversas do quotidiano. Este agendamento do público através do agendamento dos *media* é um conceito central na teoria de *agenda-setting*, segundo a qual “a imprensa, a rádio e a televisão exercem um efeito poderoso e directo sobre os cidadãos e que estes últimos gozam de pouca autonomia no seu comportamento” (Rieffel, 2003: 41). Da mesma forma, Enric Saperas (1993) vê nos *media* uma influência cognitiva na cimentação da opinião pública, através da determinação das temáticas veiculadas. A teoria da tematização, defendida pelo autor, avalia os “efeitos sócio-cognitivos resultantes da acção dos meios de comunicação de massas no âmbito do sistema político actual” (Saperas, 1993: 88). No entanto, a influência dos *media* sobre os cidadãos é relativa, pois, como indivíduos atendem às aspirações dos grupos a que pertencem. “A realidade é mais matizada” que aquilo que se define (Rieffel, 2003: 41).

Por sua vez, a permanência de expressões dominantes nos *media* fortalece uma opinião pública maioritária, dificultando a manifestação de outras vozes no espaço público. A teoria da espiral do silêncio, defendida por Elisabeth Noelle-Neumann (1984), parte do princípio que os meios de comunicação influenciam e determinam a opinião dominante, formando a opinião pública. Noelle-Neumann (1984) considera que é menos provável que um indivíduo dê a sua opinião sobre determinado assunto, por medo de repressão e isolamento da maioria. A espiral do silêncio resume-se, assim, ao facto de os *media*, ao dinamizarem a opinião pública

dominante, silenciarem as opiniões minoritárias. Esta perspectiva declara que os indivíduos estão dependentes dos *media* na medida em que constituem o seu ponto de referência principal na construção das suas opiniões. Não obstante, a teoria da espiral do silêncio só se aplica a determinados contextos. Ainda assim, “é indiscutível o contributo dos *media*, tanto pelos seus silêncios, esquivas e evasivas, para um fechamento da democracia” (Martins, 2009: 213).

1.2. Processos de produção das notícias

Como foi referido atrás, o campo dos *media*, e em particular o campo jornalístico, assenta num conjunto de crenças e de expressões dominantes, partilhadas e consentidas pela sociedade. Suponha-se que se coloca a questão a um jornalista sobre por que é que determinado acontecimento é notícia, ele provavelmente responderá que “é assim porque é”. Assim, à pergunta ‘o que é notícia?’, “a resposta dos membros da tribo jornalística não é científica, aparece como instintiva e permanece, quase como uma lógica não explicitada” (Traquina, 2004: 121). Os processos de selecção e hierarquização das notícias tendem a ocorrer de modo mecânico e inconsciente pela incorporação e recriação de valores sociais, tendencialmente dominantes. Importa, contudo, perceber que pressupostos afectam ou poderão estar presentes na construção da agenda mediática ao nível redactorial, isto é, como é feita a inclusão, exclusão e hierarquização da informação (Fontcuberta, 1999: 33).

Ao longo da história, vários autores têm vindo a dedicar-se ao estudo da selecção das notícias, tentando compreender como são escolhidos determinados assuntos em detrimento de outros, ou seja, à investigação dos processos de filtragem ou *gatekeeping*. O termo *gatekeeper*, utilizado pela primeira vez, nos anos 40, por Kurt Lewin (cit. in Traquina, 2002 :150), exprime a passagem da informação por ‘portões’ (*gates*), através da escolha de determinado acontecimento que virá a constituir notícia. Anos mais tarde, o conceito foi restaurado por Manning White (cit. in Traquina, 2002 :150), numa tentativa de observar como as redacções jornalísticas seleccionavam os assuntos que iam ser publicados. White chega à conclusão de que os processos de selecção das notícias são arbitrários e subjectivos. “As decisões do jornalista eram altamente subjectivas e dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (cit. in Traquina, 2002: 150).

Dessa forma, ao assumir-se como mapa de significado que incorpora e reflecte os valores comuns dominantes, o jornalismo recria uma significância própria em torno de valores-

notícia. Reflectindo sobre a passagem do acontecimento à notícia, Adriano Duarte Rodrigues (1999) refere que a lógica do jornalismo assimila-se à lei das probabilidades: “do ponto de vista jornalístico, quanto menos previsível for [o acontecimento], mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico” (Rodrigues, 1999: 27). Para o autor, a notícia, ao registar a acção em discurso e o discurso em acção, constitui um ‘meta-acontecimento’ porque produz ao mesmo tempo um novo acontecimento e por isso ele próprio é objecto de notabilidade, “um verdadeiro *deus ex machina*, mundo da experiência autónomo das restantes experiências do mundo” (Rodrigues, 1999: 29). Esse julgamento sobre os acontecimentos configura a noticiabilidade, enquanto “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gera a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias” (Wolf, 1987: 173).

A noticiabilidade é gerida mediante valores-notícia que variam consoante o acontecimento e o contexto de produção. A este propósito, considere-se a influência de critérios gerais, ou substantivos, nas palavras de Traquina (2004), que têm sido abordados no estudo dos valores-notícia, ao longo da história. São eles a morte, a notoriedade, a proximidade, a relevância, a novidade, a notabilidade, o inesperado e a infracção (Traquina, 2004: 108-118). Os critérios contextuais situam-se ao nível da disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso (oportunidade sazonal) (*ibidem*). O autor acrescenta, ainda, os valores de construção que se prendem com a articulação do acontecimento à linguagem jornalística, ou “jornalês” (Traquina, 2004: 83), nomeadamente, a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância (Traquina, 2004: 108-118). Numa perspectiva estruturalista, também os autores Galtung & Ruge (1965) introduziram um modelo de *gatekeeping* onde apontam para vários factores que operam na escolha e construção da notícia, nomeadamente, o momento e a frequência do acontecimento, a intensidade ou magnitude, a clareza, a consonância com as expectativas, a proximidade, a proeminência social das pessoas ou nações envolvidas, a composição temática no noticiário, o desenvolvimento de assuntos anteriores, o inesperado, a personificação e a negatividade.

No entanto, a produção noticiosa é um processo dinâmico e complexo em que actuam, simultaneamente, uma multiplicidade de valores-notícia em articulação com uma ampla variedade de forças. Como afirma Mauro Wolf, “na selecção e filtragem das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizacionais parecem ser mais fortes do que as preferências

personais” (1986: 160), o que transporta a questão da produção noticiosa para um nível fora do alcance do jornalista.

Baseando-se nos estudos de Schudson, Shoemaker e Reese, Jorge Pedro Sousa aponta para uma teoria multifactorial da notícia, segundo a qual o processo de construção do discurso noticioso é produto da actuação de forças pessoais, de rotina, sociais (fora e dentro da redacção), ideológicas, culturais, do meio físico, dos dispositivos tecnológicos de difusão e históricas (Sousa, 2004a: 17-18). A teoria revela que apesar da relativa autonomia do jornalista, o seu papel na produção das notícias é constrangido por factores internos e externos à organização noticiosa. Da mesma forma, Warren Breed (1993) considera, entre outros aspectos, que os jornalistas se sentem subjugados à política editorial da organização noticiosa pelo facto de terem de responder a uma autoridade organizacional, de poderem sofrer sanções e de sentirem-se obrigados a obedecerem aos seus superiores (Breed, 1999: 157-160). A cultura profissional afecta directamente a tribo jornalística (Traquina, 2004) porque visa o estabelecimento de hierarquias, padrões éticos e morais, e políticas editoriais que orientam o processo de decisão e construção das notícias. Também para Rieffel (2003: 136-146) os factores de produção noticiosa têm incidência em três esferas de actuação: a esfera subjectiva, que diz respeito às ambições expectativas, motivação e interesses pessoais na selecção das notícias; a esfera organizacional, relativa às rotinas profissionais no sentido de perceber qual a margem de manobra do jornalista face aos constrangimentos da organização na relação com os condicionalismos externos; e a esfera exterior que se estabelece na relação dos jornalistas com as fontes e com o público. Deste modo, estudar o jornalismo é tão complexo como estudar os comportamentos humanos.

1.3. A relação entre fontes e jornalistas: uma espécie de simbiose

“Existe um certo grau de mistério e de magia à volta do problema das fontes do jornalismo. Às fontes de onde nasce a água pura e fresca surge associada a ideia de origem da vida e de fecundação, mesmo, ou sobretudo, quando já não se vai à fonte, mesmo quando as fontes deram origem a fontanários e a redes de distribuição domiciliária” (Pinto, 2000: 278).

A relação entre fontes e jornalistas é dos aspectos mais determinantes e ambíguos na elaboração das notícias. É dela que depende a atenção pela notícia, a objectividade, a credibilidade e o *ethos* da notícia. Sem fontes seria praticamente impossível, para um jornalista, cumprir a sua função. Ainda que constrangido pelos poderes institucionais, a escolha das fontes

é, em última instância, do jornalista. Todas as fontes têm interesses, contudo o papel do jornalista não pode limitar-se à montagem do palco onde a acção decorre. A gestão das fontes, na construção das notícias, deve ser precedida pela investigação do assunto em causa, procurando a verdade, ainda que, subjectiva, na prossecução pelo ideal de objectividade.

A relação dos jornalistas com as fontes é, portanto, uma relação muito próxima da simbiose, porém, tensional, carregada de incerteza e de desconfiança. É um contrato com garantia reservada. Tal como nas relações simbióticas na natureza, fontes e jornalistas necessitam um do outro para viver, embora correndo o risco de um aproveitamento desadequado das funções de um sobre o outro. De um lado prossegue-se à verdade e confirmação dos factos, do outro, à emancipação, ocultação ou dissimulação através de eufemismos e outros mecanismos de defesa, na tentativa de atenuar a realidade difundida pelos *media*. Segundo Pinto (2000: 280), os jornalistas recorrem às fontes de informação para obterem informação inédita, confirmarem informações de outras fontes, desenvolverem determinado assunto, lançarem ideias e debates, obterem a opinião de peritos e atribuírem credibilidade e legitimidade às informações relatadas. Por outro lado, as fontes procuram os *media* para aumentarem a visibilidade no espaço público, colocando certos assuntos na agenda mediática, angariarem apoio ou adesão a ideias, produtos ou serviços, prevenirem a reparação de prejuízos, neutralizarem as forças da oposição e criarem uma imagem pública positiva (*ibidem*). Contudo, o comportamento das fontes difere do grau de conhecimento que têm do meio jornalístico e do estatuto que lhes é reconhecido pela sociedade.

Existem diversas formas de tipificar as fontes de informação. Sintetizando algumas das teorias sobre a relação entre fontes e jornalistas, Manuel Pinto (2000: 279) apresenta um conjunto de categorias que permitem ‘mapear’ o terreno das fontes. Podemos ter, segundo a natureza, fontes humanas (pessoais) ou documentais; segundo a origem, fontes oficiais (públicas) e especializadas (privadas); segundo a localização, fontes regionais (locais), nacionais ou internacionais; segundo o grau de envolvimento nos factos, fontes primárias (oculares) ou secundárias (indirectas); segundo a identificação, fontes identificadas, não identificadas ou anónimas; e segundo o comportamento, fontes activas, passivas, pró-activas ou reactivas (Pinto, 2000: 279). O mapeamento das fontes, aqui apresentado, constitui um elemento útil para a elaboração da grelha de análise das notícias sobre o computador ‘Magalhães’, apresentada no Capítulo 3. Deste modo, é importante ter em conta que sendo o computador ‘Magalhães’, produto do ‘e.escolinha’, uma medida implementada pelo governo português com a intervenção

de empresas privadas, prevê-se, desde logo, a presença de fontes oficiais e de fontes do sector privado, no discurso noticioso.

Grande parte dos estudos realizados sobre a relação entre fontes e jornalistas debruçam-se sobre o comportamento das fontes institucionais ou organizadas, por serem aquelas a quem o jornalista mais frequentemente recorre e por terem desenvolvido, desde cedo, estratégias de comunicação eficazes em atrair a atenção dos *media*. Na década de 70, Léon Sigal (1973) chegara à conclusão que mais de metade das notícias publicadas nas primeiras páginas do *New York Times* e do *Washington Post* provinham de fontes governamentais, sobretudo através dos designados canais de rotina. Para Sigal (1973), os jornalistas procuram, essencialmente, a informação por três tipos de canais: os de rotina, os informais e os de iniciativa. Os canais de rotina são constituídos por acontecimentos planeados, onde se incluem os comunicados de imprensa, conferências de imprensa, sessões parlamentares, julgamentos, encontros, cerimónias e outros eventos programados. Os canais informais são o meio por onde passam informações reservadas, com um certo grau de confidencialidade, como o *off-the-record* e as fugas de informação, sobretudo através de fontes anónimas. Por último, os canais de iniciativa são formados pelos acontecimentos espontâneos, como acontece no caso dos acidentes, crimes ou catástrofes naturais (Sigal, 1973).

Sigal (1973) verificou que o nível de confiança dos jornalistas nos canais de rotina era menor, quanto maior fosse a diversidade de fontes e o recurso aos canais de iniciativa, o que o levou a afirmar que as fontes, a que designa de oficiais (governo e outras instituições dependentes do Estado), são consideradas, pelos jornalistas, mais credíveis, devido à posição de poder que ocupam hierarquicamente na sociedade. E portanto, mais frequentemente recorrem aos seus depoimentos. Por outro lado, Sigal (1973) observou que as fontes oficiais eram as que mais comunicavam através dos canais de rotina, levando a uma menor capacidade de mediação dos jornalistas. Assim, no processo de elaboração da notícia, os conteúdos produzidos pelas fontes oficiais ganham maior impacto no espaço público.

Segundo Molotch & Lester (1999), as fontes constituem entidades interessadas em divulgar e tornar público determinada informação ou evento, ao mesmo tempo que remetem ao silêncio e à ocultação de factos, quando a sua imagem é ameaçada no espaço público. No estudo dos promotores das notícias (*news promoters*), os autores estabelecem uma hierarquia de credibilidade, segundo a qual, a fonte é tanto mais fidedigna, para os jornalistas, quanto maior for o seu poder na sociedade, mesmo nos temas mais controversos (Molotch & Lester,

1999). Nesse sentido, Molotch & Lester consideram que no topo da hierarquia estão as fontes autorizadas (representantes das principais instituições sociais e o poder institucional), as fontes com estatuto representativo (governantes, deputados e outros grupos organizados) e os especialistas (Molotch & Lester, 1999).

Ao possuírem um acesso privilegiado ao espaço público, as fontes com maior poder na hierarquia social, influenciam o enquadramento noticioso. Os autores Stuart Hall *et al.* (1978) atribuem uma fraca autonomia à capacidade de intervenção do jornalista, acusando os órgãos de comunicação de sofrerem de uma certa passividade, face à pró-actividade dos “definidores primários”. Para Hall *et al.* (1978), os “definidores primários” fixam nas notícias as suas ideologias, perpetuando os valores que defendem nos conteúdos veiculados pelos *media*. Com efeito, os meios de comunicação ocupam um papel simbólico na reprodução dos enquadramentos ideológicos, emitidos pelas instituições de poder. Apesar da sua relevância, a teoria de Hall *et al.* (1978) não dá conta da complexa relação existente entre fontes e jornalistas. Há, de facto, uma preferência dos jornalistas pelos depoimentos oficiais, o que não significa que, sendo uma fonte mais poderosa do que a outra, na hierarquia social, tenha maior domínio para influenciar e ‘manipular’ os meios de comunicação social. Segundo Rogério Santos (1997), “no caso de disputas, por exemplo, entre membros de um mesmo governo sobre uma questão política, quem é o primeiro definidor?” (Santos, 1997: 31).

Reconhecendo a importância que é atribuída às fontes oficiais, institucionais ou autorizadas, diversos autores consideram existir um acesso desigual ao espaço público. Partindo da distinção entre fontes conhecidas (oficiais, institucionais, especialistas, celebridades) e desconhecidas (cidadão comum), Gans (1979) chegou à conclusão de que os conteúdos publicados nos *media* provêm quatro vezes mais das entidades conhecidas (*ibidem*). Também Sigal (1973) observa que as pessoas desconhecidas (cidadão comum) ou os grupos marginalizados, quase nunca aparecem nas notícias, sendo necessário que estes indivíduos realizem acções extraordinárias para conseguirem algum acesso ao espaço público (*ibidem*), geralmente por meio de crimes, acções judiciais e outras polémicas, quase nunca por iniciativa própria. Em alguns casos, os *media* confinam espaços para o cidadão comum mas estes acabam por acentuar a posição marginal que lhe é fixada. Por outro lado, à medida que os cidadãos começam a ganhar percepção sobre os mecanismos de funcionamento dos *media* (educação para os *media*) e desenvolvem, eles próprios, estratégias de comunicação eficazes, poderá ser possível alcançar maior visibilidade no espaço público. O investigador Manuel Pinto

(2000) aponta este aspecto como essencial ao exercício da cidadania:

“Uma dimensão fundamental a ter em conta, neste contexto, relaciona-se com as competências críticas dos indivíduos para analisar a informação a que acedem, não apenas no que se refere à matéria de que trata essa informação, mas também à sua origem, ao processo da sua produção, circulação e recepção, aos agentes envolvidos nesse processo, aos interesses e lógicas que lhe subjazem, etc.” (Pinto, 2000: 290).

Desde o aparecimento da imprensa, o espaço público parece estar confinado a uma elite de pessoas representantes de instituições sociais. Estas, por seu turno, adaptaram-se ao funcionamento das organizações noticiosas correspondendo aos seus critérios e desenvolvendo estratégias de comunicação cada vez mais eficazes. Para Chaparro (2001), a “revolução das fontes” nasce da crescente concorrência pelo espaço público.

“Para o sucesso das suas acções, as instituições produtoras de acontecimentos apropriaram-se das habilidades narrativas e argumentativas do jornalismo, e assimilaram a cultura da produção jornalística, para a divulgação dos eventos e a difusão do discurso (Chaparro, 2001: 43).

O autor defende que as fontes organizadas constituem um elemento vital para a democracia: “O jornalismo inserido na democracia desenvolve continuamente a capacidade de interagir com sujeitos intervenientes dos conflitos” (Chaparro, 2001: 52). Segundo Ericson *et al.* (1989), as fontes desenvolveram estratégias nos terrenos da comunicação externa de forma a controlarem a produção noticiosa em várias frentes, salvaguardando informações que pretendem manter fora do alcance dos media. Os autores consideram que as fontes institucionais organizam a comunicação externa num eixo composto por quatro regiões: de frente (censura e publicitação; de retaguarda (secretismo e confidencialidade); de encobrimento (censura e secretismo); e de divulgação (publicitação e confidencialidade) (Ericson *et al.*, 1989). Ao desenvolverem estratégias complexas de comunicação com os *media*, as instituições centraram os seus recursos na promoção dos seus discursos junto da comunicação social.

No panorama português, a relação das fontes organizadas com os jornalistas tem vindo a intensificar-se. Estrela Serrano defende que “devido à modernização dos meios técnicos de comunicação e ao advento da publicidade política, os anteriores laços pessoais entre assessores de imprensa e jornalistas foram substituídos por métodos de *marketing político* e planeamento estratégico da comunicação” (Serrano, 1999: 22). Numa dissertação sobre fontes “sofisticadas” de informação, Vasco Ribeiro (2006) constatou que apenas um terço do produto jornalístico das notícias sobre política, nos diários nacionais estudados, foi produzido por iniciativa das redacções, o que significa que “mais de 60% das notícias resultam, pois, de uma acção de

indução por parte de assessores de imprensa, relações públicas, consultores de comunicação, porta-vozes e outros peritos de *spin doctoring*. “ (Ribeiro, 2006: 120). De acordo com o autor, “tudo gira em torno dos meios de comunicação social que, por seu turno, vivem do «oxigénio» informativo que as fontes libertam de uma forma cada vez mais sofisticada” (Ribeiro, 2006: 121). Esta questão torna-se particularmente importante no estudo da cobertura do computador ‘Magalhães’, uma vez que a iniciativa foi foco de grande discussão política, sobretudo com o desenvolvimento da Comissão de Inquérito Parlamentar, como se apresenta nos resultados do presente estudo.

A eminente mediatização do espaço público atraiu, desde cedo, o interesse das organizações na luta pelo poder e reconhecimento junto da sociedade, sobretudo no campo da política. Para Dominique Wolton (1995), o “triunfo da informação” resulta do alargamento do campo da política e da vitória da democracia, aliados a um ritmo imediatista na produção e difusão dos conteúdos noticiosos. O autor atribui aos *media* um papel central na gestão da informação. A evolução no uso de técnicas de comunicação, por parte dos governos, no sentido de desenvolverem estratégias profissionais e especializadas, repercutiu-se na produção noticiosa.

Segundo Serrano (1999), “a mudança das condições da visibilidade mudou as condições do exercício do poder” (Serrano, 1999: 22), que é, cada vez mais, centrado na comunicação social, sobretudo na televisão, “não apenas para conquistar o voto dos eleitores, mas também no exercício do poder no dia-a-dia, em que os processos de decisão são, cada vez mais, públicos” (*ibidem*). Com efeito, a dominação do espaço mediático actua na mente das pessoas, com base num sistema binário da presença ou ausência de mensagens no espaço mediático, Castells (2005: 25). Assim, no sistema mediático, a hegemonia e contra-hegemonia políticas apropriam-se das idiossincrasias dos meios (*ibidem*):

“Como a linguagem da televisão é baseada em imagens, e a imagem política mais simples é uma pessoa, a competição política é construída em torno dos líderes políticos. Poucas pessoas conhecem realmente os programas dos partidos políticos. E os programas são construídos a partir das sondagens da opinião pública, focando aquilo que as pessoas gostariam, por isso tendem a ser muito parecidos, pelo menos no tipo de linguagem” (Castells, 2005: 25).

Desta forma a política vive em torno dos *media*, realizando acções que cativem a opinião pública. Para Barbara Pfetsch (1999), a “democracia mediática” (Orren, cit. in Pfetsch, 1999: 1) é vivida em “campanha permanente” (Dionne *et al.*, cit in Pfetsch, 1999: 1), pelas fontes políticas, constituindo-se proactivas na gestão da agenda mediática. A autora analisou a forma como os governos democráticos da Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos se organizam para

comunicarem com os *media*, partindo de dois modelos conceptualizados por Mazzoleni (cit. in Pfetsch, 1999: 10), em que centros de actuação se alternam entre a política e os *media* (Tabela 1).

Tabela 1 – Formas de actuação das fontes governamentais nos *media*

Estratégia de actuação Objecto da mensagem	Centrada nos <i>media</i>	Centrada na política
Pessoa	Gestão da imagem Visualização	Ataques políticos Negativismo
Assunto	Pseudo-acontecimentos Drama e acção	Esvaziamento do tema Manipulação por <i>spin-controlling</i>

Fonte: Pfetsch, 1999: 11.

No modelo político, os governos recorrem aos *media*, não como um fim (centro da acção) mas como um meio para maximizarem as suas ideologias políticas, no sentido de informarem e mobilizarem o público, legitimarem decisões e ganharem apoio político (Pfetsch, 1999: 10). No modelo político, se o objecto da mensagem for o candidato, pode ocorrer que as mensagens sejam produzidas para atacar o opositor. Se o objecto da mensagem for o assunto da mensagem, é provável que surjam tentativas de manipulação por *spin-controlling*.

Por outro lado, o modelo centrado nos *media* é utilizado para a veiculação de mensagens positivas, de modo a adquirir apoio popular através do impacto das audiências (*marketing* político), fazendo corresponder as suas mensagens aos formatos e lógicas jornalísticas (Pfetsch, 1999: 11). Se no modelo centrado nos *media* o objecto da mensagem for o candidato político, é natural que a estratégia de comunicação consista em técnicas de auto-promoção da imagem do candidato, equiparando-o a uma celebridade. Se o objecto da mensagem for determinado assunto polémico, a tendência é para convocar os *media* para pseudo-acontecimentos e para a dramatização (*ibidem*).

Pfetsch (1999) defende que existem vários factores que interferem na relação entre políticos e organizações noticiosas, e centra o seu estudo em três aspectos do sistema político que contribuem para o impacto no agendamento dos *media*. O primeiro é o papel que é desempenhado pelo executivo em relação ao sistema parlamentar, sendo que quanto mais independente este for do parlamento, mais personalizada e orientada para os *media* é a sua

estratégia de comunicação (Pfetsch, 1999: 16). O segundo assenta na própria estrutura dos *media*, sendo que quanto maior for a competição entre os meios de comunicação, mais prevalecem as estratégias centradas nos *media* (*ibidem*). O terceiro, e último aspecto, relaciona-se com a cultura dos *media*, existindo uma tendência maior para o modelo político, quanto mais consensuais forem os papéis entre jornalistas e políticos e uma tendência maior para a centração nos *media*, quanto maior a adversidade na cultura dos *media* (*ibidem*).

Embora tenha concluído que as estratégias de comunicação centradas nos *media* são mais comuns nos Estados Unidos e que o modelo político é mais frequente na Europa, Pfetsch (1999) considera que, cada vez mais, a tendência europeia é para se aproximar ao modelo de actuação dos governos americanos.

O estudo de Pfetsch (1999) é essencial para compreender a cobertura do computador 'Magalhães' pelos meios de comunicação portugueses. Primeiro, por ter constituído uma medida de promoção pelo governo português, 'rosto' da campanha do ex-primeiro-ministro, José Sócrates. Segundo, por ter sido alvo de polémica pelos partidos da oposição, derivado do problema relativo ao financiamento do computador e à adjudicação directa à JP Sá Couto, sem concurso público, que conduziu à abertura de uma Comissão de Inquérito Parlamentar. Neste contexto, na óptica de Pfetsch, as estratégias de actuação do governo e das empresas, por um lado, e dos partidos políticos, por outro, entram em conflito na tentativa de alcançarem visibilidade no espaço público. Nas palavras de Rogério Santos, (1997: 183): "o campo da notícia é um palco de disputas pelo poder. "Vitórias e derrotas são adverbiadas aos dois lados, numa eterna disputa do organizado e do caos, do previsível e do novo, do desvio e do conforme" (*ibidem*).

Em suma, na relação entre fontes e jornalistas contribuem factores como: a posição ou o cargo que as fontes desempenham na sociedade; o saber especializado em determinado domínio; a passagem do 'desconhecido' ao 'conhecido', a eficácia das estratégias de comunicação; os recursos financeiros na manutenção dessas estratégias; a confiança que nutrem pelos jornalistas; a proximidade geográfica das fontes; o sistema político do país; o assunto do acontecimento; e o funcionamento organizacional do órgão de comunicação (política editorial, anunciantes e mercado financeiro).

1.4. A criança nas notícias: do centro para a periferia

O presente ponto procura discorrer sobre o tratamento da criança nos *media*, ao longo dos últimos anos. Sendo o computador ‘Magalhães’ objecto de uma política pública dirigida, especialmente, a crianças do 1º ciclo do ensino básico, importa estudar a forma como a criança é representada nos conteúdos noticiosos e se os seus direitos de participação são reconhecidos pelos jornalistas portugueses.

No ponto anterior, foi referido que os jornalistas exercem uma certa tendência para recorrerem a fontes conhecidas e autorizadas para legitimarem o seu discurso, estabelecendo com elas, um acesso privilegiado ao espaço público. Por seu turno, no espaço mediatizado, minorias e crianças vêem o acesso dificultado por razões de força político-económica. Para Marôpo (2009), o motivo por que crianças e minorias estão no mesmo patamar, relaciona-se com a exclusão destes indivíduos da vida política, cultural e económica dos sistemas democráticos. A autora defende que a inclusão da criança como cidadã de direito passa pelo reconhecimento “não só pela sociedade em geral, mas também” da assimilação “num processo activo de apropriação pelas próprias crianças” (Marôpo, 2009: 14).

A representação social do conceito de criança ou de infância reside na ideia de que a criança equivale a um sujeito em potência, a um ser humano incompleto, em torno do qual as acções são pensadas no futuro³. Com efeito, o conceito da criança como cidadã de direito, capaz de participar activamente na vida política e social, é fracamente reconhecido pelos *media*, sendo que o seu acesso ao espaço público tem vindo a ser negligenciado pelos meios de comunicação social. Segundo Buckingham (2009: 14), “devemos questionarmo-nos a respeito do que as crianças deveriam esperar dos *media* – os seus direitos, não apenas como futuros membros da sociedade, como futuros cidadãos, mas como membros da sociedade, cidadãos já no presente”.

O reconhecimento da criança como cidadã de direitos nasce com a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989. Em Portugal, a CDC foi ratificada um ano depois, em 1990. O documento, com 54 artigos de valor legal, é reconhecido, juridicamente, por todos os países do mundo, à excepção da Somália e dos Estados Unidos, e tem servido de base a todas as organizações e projectos desenvolvidos na promoção e defesa dos direitos das crianças, após a sua criação. A Convenção

³ Na filosofia, Aristóteles, por exemplo, identifica a criança como um “ser humano em potência, imperfeito porque incompleto, mas dotado de um potencial a desenvolver em contacto com os mais velhos. Para Locke, as crianças eram como “recipientes de uma educação ideal, como folhas brancas a serem preenchidas pela experiência direccionada pelos adultos (cit. in Marôpo, 2009: 18).

define criança “como todo o ser humano com menos de dezoito anos, excepto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo” (Art.º 1 da CDC, 2004), defendendo que o seu superior interesse deve ser salvaguardado pelo Estado, quando os seus tutelares não tenham capacidade para o fazer.

A CDC constituiu uma viragem no modo de perceber a criança. A reforma da representação social da criança, após a aprovação da CDC, assenta em três direitos fundamentais: de provisão, de protecção e de participação. Embora introduza o direito de participação como um direito inovador, atribuindo um papel activo à criança, a CDC centra-se sobretudo na questão da defesa e protecção das crianças vítimas de violência e maus-tratos, abordando a vulnerabilidade das crianças em contraste com a promoção da sua autonomia. De acordo com David Buckingham (2009), os direitos de protecção, declarados na CDC, chocam com a ênfase na participação autónoma pois “por um lado defende-se que as crianças devem ser protegidas contra a exploração, negligência e abusos; por outro defende-se que lhes devem ser dados direitos à educação, privacidade e liberdade de associação e expressão” (Buckingham, 2009: 17).

Inscritos na CDC, os direitos à provisão referem-se à qualidade de vida da criança, no sentido de assegurar que estas disponham das condições saudáveis e seguras de crescimento, através da alimentação, dos cuidados de saúde, do acesso à educação e do acesso à informação. Disposto no Art.º 17 (CDC, 2004), o acesso à informação determina que as crianças devem ter acesso a materiais de fontes diversas e que os Estados devem encorajar os *media* a difundir informação que seja de interesse social e cultural para a criança, protegendo-as contra conteúdos prejudiciais ao seu bem-estar. Por outro lado, a protecção de conteúdos prejudiciais choca com os demais interesses da criança. Para Buckingham as classificações, por faixa etária, relativas às restrições de uso de conteúdos mediáticos, com base no argumento de que é “prejudicial” ou “inapropriado”, é enganador e potencialmente contraproducente, apontando que o caminho está na auto-regulação da própria criança, através da promoção da literacia para os *media* (Buckingham, 2009: 19). A criança deve ser capaz de fazer escolhas informadas e para tal é necessário fornecer informação eficiente, seja esta de forma construtiva (positiva) ou em sinal de alerta (negativa) (*idem*: 20). Para o autor, o facto de estes perigos serem pensados em prol dos interesses dos adultos (*adulthood*) pela supremacia do seu poder legitimado, enquanto autoridade paternalista, negligencia a vontade, as necessidades e as apetências da própria criança, cidadã de direito e como tal é necessário um grande investimento na educação e

formação e não apenas no provimento ou restrição do acesso sem sustento (Buckingham, 2009: 21).

Por fim, os direitos de participação consagram um papel activo da criança na sociedade, assegurando os direitos cívicos e políticos. Nos Arts.º 12 e 13 da CDC (2004), declara-se que a criança tem direito à livre expressão da sua opinião, nas questões que lhe dizem respeito, e de ver a sua opinião tomada em consideração, dando a conhecê-la sem considerações de fronteiras. Ao considerar as crianças como “cidadãs em condição especial de desenvolvimento”, os direitos de participação, expressos na CDC, estabelecem uma “cidadania diferenciada” (Marôpo, 2010: 39). Para a autora, os direitos de participação são os que “mais carecem de reconhecimento e visibilidade tanto em termos sociais, como políticos ou mediáticos” (2009: 31). Ademais, na era da Sociedade da Informação, a diferença de oportunidades entre as crianças gera desigualdades no acesso ao espaço público. De acordo com Buckingham (2009), a participação é primariamente constrangida pelo acesso:

“Também aqui há um fosso digital entre as crianças com mais recursos, que têm acesso a computadores com funções multimédia e banda larga, que podem fazer os seus próprios vídeos digitais e sites, e as crianças que têm um acesso mais restrito, confinado à escola ou à biblioteca local – são estas que estão realmente a ser mal representadas, desprovidas do seu direito de participar” (Buckingham, 2009: 23).

O acesso à produção necessita de ser acompanhado com o acesso à distribuição, num processo educacional que promova o desenvolvimento da participação crítica. Para tal, os governos e as corporações mediáticas têm de ser encorajados a patrocinar e a investir em plataformas comunitárias de acesso (Buckingham, 2009: 23). O exercício da cidadania das crianças é constrangido por vários aspectos, nomeadamente, pela desigualdade social intensa (pobreza), pelas concentrações de poder e pela actual configuração dos *media* que confere a invisibilidade das crianças no discurso noticioso (Rubin cit. in Marôpo, 2009: 39). Na prática, há ainda um longo caminho a percorrer no reconhecimento dos direitos de participação das crianças. Nas palavras de Buckingham: “as crianças só serão capazes de se tornarem competentes se forem tratadas como sendo competentes (2009: 26).

A representação da criança foi sendo percepcionada, ao longo da história, como um ser indefeso, incompleto e silenciado. A CDC veio reformular o conceito de criança, de um ponto de vista inovador, como cidadã de direitos, mas as representações sociais fixadas pelo passado comum continuam a preencher o imaginário dos adultos e a reflectir-se no quotidiano dos *media mainstream*. Apesar de tudo, a adopção da CDC contribuiu “para uma maior sensibilidade da

sociedade para com as temáticas relacionadas com a infância” (Oliveira *et al.*, 2011: 684), sobretudo quando retratadas em situação de risco. Dados de um estudo⁴ da Universidade do Minho, sobre a cobertura da infância, em 2008, nos meios de comunicação portugueses, demonstram uma certa atenção ao tema da criança em risco, cada vez mais presente nos discursos informativos. Desta forma, nos últimos anos, os meios de comunicação social têm vindo a veicular a imagem da criança enquanto sujeito vulnerável, privilegiando “os crimes, o abandono, o abuso, os raptos, os casos judiciais em geral e processos de adopção em particular” (*ibidem*). Para Oliveira *et al.* (2011: 685):

“Longe da imagem de pureza, inocência e candura com que a infância era descrita nas representações visuais clássicas, da pintura ao início da fotografia, agora o retrato da criança é atravessado por uma ideia permanente de perigo. Hoje, de facto, contrariando o mito do imaginário popular (Holland, 2004), a infância de que se fala remete para a imagem da criança que precisa de protecção, da criança que é vítima de crime, da criança que, por má conduta social, é ela própria também agente de agressão, da criança que, em síntese, está em risco” (Oliveira *et al.*, 2011: 685).

Com efeito, “o destaque dado a essas situações contribui fortemente para uma visão estereotipada das crianças como vítimas indefesas e, conseqüentemente como objectos de protecção (Marôpo, 2009: 62). Segundo Buckingham, as crianças, quando o são, são mal representadas nos *media*, ocorrendo frequentemente a representação de crianças amorosas e inocentes, crianças especiais com capacidades fora do normal, crianças problemáticas, vítimas da pobreza, da fome e de abusos sexuais, crianças-soldado e crianças abandonadas (Buckingham, 2009: 21).

No estudo intitulado “Crianças e Jovens em Notícia”, Cristina Ponte (2009) analisa a representação da criança nas notícias dos diários nacionais, identificando cinco perfis diferentes: a “criança-aluno”, presente em muitas das peças em matéria de Educação, geralmente como referência secundária, de forma abstracta e numa posição de subalternidade; a “criança nacional”, alvo do investimento do Estado e objecto de discussão das políticas públicas; a “criança ameaçada”, vítima de actos de violência, geralmente, em situações de guerra; a “criança maltratada”, associada aos maus tratos por famílias disfuncionais; e, por último, a “criança investida”, centro das atenções dos cuidados e preocupações da família, normalmente em notícias que se referem às tendências, comportamentos, consumos e novos estilos de vida

⁴ Estudo desenvolvido no âmbito do projecto «Imagens da Infância: discursos mediáticos sobre as crianças em risco», financiado pela FCT. Neste trabalho foram analisadas todas as edições dos jornais diários (Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Correio da Manhã) e todas as edições dos três principais noticiários da noite dos canais generalistas da televisão portuguesa (RTP, SIC e TVI), do ano de 2008. Os resultados registam um total de quase 6000 peças jornalísticas na imprensa e de quase 1500 peças televisivas directa ou indirectamente relativas à infância.

(Ponte, 2009: 43). A autora conclui que os direitos da criança à protecção, associados à imagem de inocência e fragilidade, alcançaram maior visibilidade no agendamento mediático do que os direitos de participação que se mostraram praticamente.

De facto, são raras as vezes em que a criança é representada como um cidadão capaz de participar e de expressar a sua opinião nas questões políticas ou sociais do país, sobretudo nos assuntos que influenciam a sua vida. Antes, é encarada como elemento com poder de captar a emoção dos adultos pela sua inocência e necessidade de protecção, numa lógica sensacionalista. “Com um carácter que pode anotar-se como sedutor, a infância é assim um domínio que condiz bem com a lógica actual dos *media*, naquilo que é a perseguição da emoção como motor da notícia” (Oliveira *et al.*, 2011: 685). Para Martins (2009), a centração dos *media* em casos como o desaparecimento da menina Joana, no Algarve, e o homicídio da menina Vanessa, no Douro, constituíram-se fenómenos mediáticos pelo valor-notícia da “transgressão da anormalidade e do mistério”, por um lado, e por outro, pela “emoção que serve em pleno a lógica mediática da actualidade” (Martins, 2009: 210). Para o autor, a emoção é a “mola de mobilização do público” e, portanto, a sua dramatização e fomentação situa as notícias na fronteira entre a informação e o espectáculo (*ibidem*). Tal “engrenagem emotiva que toca o sentimento do público” (Oliveira *et al.*, 2011: 685), constitui “o reverso de uma sociedade apática e capitulacionista” (Martins, 2009: 210), que embora ‘desconectada’ entre si, descrente de fé, encontra na mediatização um ‘religar’ do sentimento de partilha.

Para o investigador na área da sociologia da infância, Manuel Sarmento (cit. in Marôpo, 2009: 63), “as crianças estiveram no centro mediático em Portugal nos últimos anos a partir de grandes processos que criaram uma imagem colectiva de criança em perigo, como vítima e expressão da crise social”. Os casos “Maddie”, “Casa Pia”, “Esmeralda” e “Alexandra”, foram casos judiciais, envolvendo crianças, que atingiram um fenómeno mediático capaz de mobilizar a sociedade portuguesa, em unanimidade. O grande risco ocorre quando os próprios *media* ameaçam os direitos de protecção ao identificarem directa ou indirectamente as crianças vítimas (Marôpo, 2009: 98). É no quadro legal que o conflito parece ser mais evidente. Por um lado, existe a necessidade de promover a representação dos direitos das crianças nos *media*, por outro, a obrigação de respeitar os seus direitos fundamentais, à semelhança de todos os cidadãos (estabelecido pela Constituição da República Portuguesa), nomeadamente, o direito à imagem, à identidade pessoal, à auto-estima, à intimidade e à reserva da sua vida privada.

Em Portugal, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (LPCJR), (aprovada pela

Lei n.º 147/99), estabelece nos Artigos 4º, 88º e 90º, respectivamente, o respeito pelo princípio da privacidade, o carácter reservado do processo de promoção e protecção e a proibição aos órgãos de comunicação social em identificar, transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação, na divulgação de situações de crianças e jovens em perigo, sob pena de os agentes incorrerem na prática de crime e desobediência. Porém nos n.º 2 e 3 do Art.º 90, a lei é flexível ao entender que os órgãos de comunicação social podem relatar o conteúdo dos processos públicos, desde que não haja prejuízo dos direitos acima referidos, e sempre o Presidente da Comissão ou o juiz do processo assim o solicitarem. Já na Lei Tutelar Educativa (LTE) (aprovada pela Lei n.º 166/99), aplicável aos jovens com idade entre os 12 e os 16 anos que cometem actos ilícitos, garante, no Art. 41º, o direito à protecção da sua vida privada em todas as fases do processo.

A criança é, geralmente, colocada no centro do agendamento mediático quando é alvo de um processo jurídico como vítima de abusos e violência, sendo que, nestes casos, os *media* são privados da divulgação da sua identificação. Por outro lado, quando se noticiam assuntos que directamente dizem respeito aos interesses da criança, como por exemplo na área da educação, ela é frequentemente silenciada como fonte de informação. Nesta passagem do centro para a periferia a criança é, muitas vezes, negligenciada dos seus actuais direitos, impulsionada por uma lógica comercial dos *media* e pela falta de formação dos profissionais de comunicação em matéria dos direitos da criança. Reconhecendo o papel central na democracia dos sistemas políticos e governamentais da actualidade, os *media* deveriam ser capazes de promover e respeitar os direitos das crianças ao invés de alimentar as representações estereotipadas que preenchem os noticiários. Assim, faz sentido interrogar:

“Se um dos objectivos dos sistemas democráticos é representar o melhor possível o interesse de todas as pessoas e se os *media* (especialmente os noticiosos) constroem a sua legitimidade como espaço privilegiado de socialização da vida pública e do exercício possível da democracia, de que maneira podem contribuir ou têm contribuído para incluir crianças, adolescentes e as suas temáticas no debate democrático?” (Marôpo, 2010: 91).

A pertinência desta questão reflecte-se nos diversos estudos que abordam a temática dos direitos da criança nas representações noticiosas. Num artigo sobre fontes de informação e direitos da criança nos jornais diários portugueses, Marôpo (2009: 143) questiona se os jornalistas promovem uma cobertura contextualizada e esclarecedora através do recurso a fontes diversificadas nas temáticas infanto-juvenis, cumprindo os direitos estipulados na CDC. A autora

parte do pressuposto de que a qualidade do jornalismo está relacionada com a diversificação das fontes, contribuindo, assim, para uma construção da notícia de forma democrática, pluralista e mais representativa da sociedade (Marôpo, 2009: 143). Tendo chegado à conclusão de que as crianças marcam presença em apenas 10% das peças sobre os temas que lhes concernem, resultado da concentração de fontes no poder público e das rotinas de produção noticiosa, Marôpo considera não existir um reconhecimento dos direitos da criança pelos jornalistas muito, em parte, pela falta de conhecimento dos jornalistas não especializados sobre as áreas infantis (*idem*: 160).

Outro aspecto realçado na representação da criança nas notícias, reside na constatação de que as crianças são, muitas vezes, utilizadas para ‘colorir’ os textos com testemunhos “simpáticos”, a título individual, e raramente são ouvidas sobre questões colectivas como um grupo que defende determinada posição (Marôpo, 2009: 154). O recurso à imagem ultrapassa o discurso textual, sendo frequente a utilização da criança para, literalmente, ilustrar ou ‘colorir’ a notícia, como é o caso da fotografia. Segundo Ammu Joseph (2007), as crianças raramente têm voz no discurso noticioso, mesmo nos assuntos que directamente lhes dizem respeito, todavia, “é interessante que se as crianças, geralmente, estão ausentes no texto, elas tendem a aparecer frequentemente em fotografias” (Joseph, 2007: 289). O autor faz referência a um estudo sobre a cobertura da imprensa indiana no fenómeno da literatura infanto-juvenil, *Harry Potter and the Half-Blood Prince*, referindo que as fontes mais presentes eram provenientes do mercado livreiro e nenhuma das críticas à obra foi protagonizada por crianças (*ibidem*).

Esta frequente procura pela fonte autorizada e, acima de tudo, adulta, exclui a participação da criança, sobretudo nos assuntos que lhe dizem respeito, colocando os adultos no centro da produção noticiosa. Para Hugo Muleiro (2006) o jornalismo sofre de “adultocentrismo”, isto é, da organização da sociedade, e, portanto, dos media, conduzida exclusivamente por adultos, funcionando, em torno dos seus interesses, perspectivas e objectivos.

“A não aceitação de crianças e adolescentes como pessoas plenas de direito, por parte da comunidade, reflecte-se também no tratamento jornalístico, na forma em que esse segmento social recebe espaços complementares, secundários e ocasionais, ainda para mais, contaminados com outros corpos de ideias, igualmente preocupantes e arcaicos” (Muleiro, 2006: 78).

Dado que o objectivo do presente Relatório é analisar a cobertura do computador ‘Magalhães’ nas notícias, importa pensar a presença da criança nas notícias sobre educação. Na

análise sobre a representação de alunos nas peças de educação, na imprensa diária portuguesa, Pedro Abrantes (2009: 103-117), identificou seis tipos de cobertura da temática: assunto nobre (peça mais extensa e maior diversidade de fontes); tema público (cruzamento dos discursos governamentais e sindicais, como as associações de pais e sindicatos de professores); fenómeno nacional (posição das políticas nacionais de educação relativamente ao plano internacional); arena política (debate sobre as políticas educativas, protagonizadas pelo discurso governamental e os partidos da oposição); terreno de opinião; e campo em que os protagonistas locais (pais, alunos e professores) são menosprezados. O investigador considera existirem vários factores que contribuem para o silenciamento das crianças e adolescentes nas peças sobre educação, destacando: a desvalorização, pelos jornalistas, das perspectivas da criança; a escassez de recursos; a falta de (in)formação em comunicarem nos formatos exigidos pelos *media* como fontes organizadas fazem; a tendência dos jornalistas em recorrerem a fontes oficiais no tratamento de políticas governamentais; e os constrangimentos próprios da rotina nas redacções, dificultando as saídas para o terreno (Abrantes, 2009: 116).

Ao nível internacional, a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), implementou o projecto *Child Rights and the Media*, com o objectivo de promover os direitos das crianças e da sua voz nas notícias, estipulando critérios éticos para um tratamento jornalístico de qualidade. A organização reconhece que os maiores obstáculos à concretização desse objectivo são os imperativos comerciais e a pouca eficiência da auto-regulação dos media e dos jornalistas. Em Portugal, Marôpo (2010) considera que o Conselho Deontológico, o Sindicato dos Jornalistas, a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCCR) e a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), “pouco ou nada têm feito para incluir os principais interessados como sujeitos activos da comunicação pública”, apelando à necessidade de uma visão da ética da mediação no sentido de reduzir as desigualdades de acesso e participação das crianças nos *media* (Marôpo, 2009: 212). Relativamente ao desempenho dos provedores de informação (*news ombudsmen*), Oliveira *et al.*, 2011: 691) observaram que “os provedores não tiveram acções muito expressivas na análise e no debate sobre os procedimentos jornalísticos de informação sobre crianças, ou crianças em risco”.

Por outro lado, sintetizando as ideias defendidas por Marôpo (2009), os jornalistas devem: ouvir fontes diversas; incluir o ponto de vista da criança; conhecer os documentos jurídicos sobre os direitos das crianças; respeitar a privacidade das crianças, em situações de risco social; estabelecer contactos contínuos com fontes da área da infância; evitar

representações sensacionalistas ou estereotipadas das crianças; promover o debate público e político sobre temas como o impacto na vida das crianças; fiscalizar, avaliar e monitorizar as políticas públicas para a infância; divulgar soluções para os problemas denunciados; e desenvolver histórias do quotidiano das crianças (Marôpo, 2009: 321).

De modo geral, os estudos abordados revelam haver ainda um longo caminho a percorrer no reconhecimento da participação activa das crianças nos *media* e na vida social, destacando a necessidade de um reforço na área da educação para os *media*, e numa maior formação e sensibilização das organizações noticiosas sobre o tema dos direitos da criança.

CAPÍTULO II - A Sociedade da Informação e a modernização do ensino

A crescente disseminação das novas tecnologias e a inovação nos sistemas de comunicação têm sido assuntos de referência nas políticas nacionais e internacionais que colocam, cada vez mais, a tónica dos seus discursos na preocupação pelo aumento da qualidade de vida dos cidadãos e na fortificação do sistema político e económico do país.

Desta forma, neste capítulo reflecte-se sobre as políticas governamentais e as tentativas de modernização dos sistemas públicos, em especial, do sistema educativo. Aqui questionam-se alguns conceitos sobre a relação das crianças com as novas tecnologias e os esforços dos governos e de outras entidades na massificação do acesso aos *media* digitais. Em seguida, são apresentadas as directrizes e recomendações da Comissão Europeia e do Conselho da Europa para o desenvolvimento da literacia mediática nos países europeus. Por fim, prossegue-se com a contextualização do computador ‘Magalhães’, fruto da iniciativa ‘e.escolinha’ que veio permitir às crianças do 1º ciclo do ensino básico o acesso aos portáteis.

Assim, o presente capítulo aborda a questão da educação para os media ou literacia mediática por dois motivos: em primeiro lugar, pelo aprofundamento da questão em torno da criança cidadã de direitos, no acesso crítico aos meios de comunicação social e na concretização dos seus direitos de participação como fonte de informação nas notícias; em segundo lugar, como contextualização da criança enquanto principal destinatário da iniciativa ‘e.escolinha’, uma política pública de implementação das novas tecnologias nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, que visa a distribuição do computador portátil ‘Magalhães’.

2.1. A tecnologia como motor de desenvolvimento da sociedade

Na sociedade moderna, pós-guerra, como reacção à privação vivida durante a Segunda Guerra Mundial, o crescimento da indústria e o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação instalou-se a ideia de que a disseminação das tecnologias constituía um forte contributo para o crescimento económico e desenvolvimento da democracia (McQuail, 2003: 87). As tecnologias, muitas delas, desenvolvidas para servir a guerra, viriam posteriormente a constituir instrumentos de ‘colonização’ na implementação e promoção da mudança em países em vias de desenvolvimento, severamente limitados pela dependência de infra-estruturas e pelos

seus elevados custo (*ibidem*). A centralização instrumental das políticas pós-guerra e as ideologias associadas ao determinismo tecnológico são fundamentais para compreender o desenvolvimento da sociedade. Segundo McQuail (2003: 87), a ideia da tecnologia, motor do desenvolvimento da sociedade, assenta no facto de esta potenciar a disseminação do conhecimento técnico, a mudança e mobilidade sociais, o desenvolvimento da democracia, a promoção das necessidades de consumo e o apoio à literacia e educação. Para Castells (2005: 17), a sociedade é que determina a tecnologia, de acordo com as suas necessidades, valores e interesses, e não o contrário. Contudo, “a tecnologia é condição necessária mas não suficiente para a emergência de uma nova forma de organização social, baseada em redes” em todos os aspectos da actividade de comunicação digital (*ibidem*).

Com a disseminação das novas tecnologias, assistiu-se à desintegração da cultura das massas, promovendo uma sociedade da informação ou do conhecimento, fragmentada, conectada em redes e mobilizada por fluxos de informação contínuos. Para Castells, a “sociedade em rede”, acrescenta novas formas de comunicação e de organização social através de redes electrónicas. As novas formas de organização social são, para o autor, “mais flexíveis e adaptáveis, seguindo, de um modo muito eficiente, o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos” (Castells, 2005: 17), graças à capacidade de descentralizar a sua *performance* ao longo de uma rede de componentes autónomos (*idem*: 18).

Segundo Webster (1995), a sociedade da informação pode ser pensada ao longo de cinco níveis, nomeadamente, ao nível tecnológico, económico, ocupacional, espacial e cultural (1995: 8). Relativamente ao nível tecnológico, o autor caracteriza a segunda fase da revolução tecnológica, a partir dos anos 90, por uma premência na modernização das infraestruturas sociais (bancos, escolas, hospitais), impulsionada pelo advento da comunicação imediata, a qualquer hora em qualquer sítio que a ‘massificação’ do uso de computadores pessoais e da Internet proporcionaram (Connors, cit. in Webster, 1995). Porém, a remodelação dos sistemas terá sido tão iminente quanto experimental. A falta de modelos consensuais, de estudos de implementação aprofundados e a imprevisibilidade da inovação, em si, aliados à urgência da modernização dos sistemas sociais, deram origem a certas lacunas nos sistemas sociais. Para Pérez Tornero (2007), a modernização tecnológica nas escolas não terá sido bem sucedida. O autor considera que “as escolas suportaram a pressão da mudança com crises e contradições: reformas, mal-estar entre o corpo docente, insuficiência de recursos, desmotivação dos estudantes, desorientação e incerteza” (Tornero, 2007: 29). Segundo o autor, a renovação

tecnológica no campo da educação “é pobre e lenta nos países desenvolvidos e quase inexistente nos países não desenvolvidos” (*ibidem*), sendo necessárias alterações nas práticas de ensino-aprendizagem e uma redefinição do papel das escolas. Da mesma forma, Castells (2005: 19) considera que “difundir a Internet ou colocar computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais”. O autor aponta para a necessidade de se conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades da sociedade em rede, em cada contexto específico:

“Assim, a questão não é como chegar à sociedade em rede, um auto-proclamado estágio superior do desenvolvimento humano. A questão é reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos, podem atingir os seus objectivos e realizar os seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que nos fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa” (Castells, 2005: 19).

Desta forma, problematizar se a tecnologia é positiva ou negativa perde o seu sentido. A tecnologia é necessária e o seu acesso é indispensável nos tempos que correm. Apesar do negativismo associado aos efeitos dos *media* nas crianças, sobretudo da televisão, da Internet e dos videojogos, tem-se verificado uma tendência para abordar gerações, cada vez mais novas, na recepção de políticas educativas na área das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Sobretudo nos discursos políticos e mediáticos, é frequente ouvir-se falar da tecnologia “como se a tecnologia fosse uma força independente que deva ser ou denunciada ou adorada” (Castells, 2005: 19).

A relação da criança com as tecnologias e os *media* tem sido objecto de atenção em várias áreas sociais, com especial enfoque nos efeitos negativos dos *media* nas crianças, como reacção aos conteúdos marcados pela violência emitidos pela televisão que atingiu o auge nos anos 80 e 90. Porém, alguns investigadores viam, já nessa altura, algo mais na relação da criança com a tecnologia, demonstrando uma tendência alternativa aos discursos dominantes e privilegiando as potencialidades das novas tecnologias na aprendizagem das crianças. O construtivista Seymour Papert, em 1989, sugeriu que os computadores fizessem parte da educação das crianças ao proporcionar-lhes um meio de aprendizagem capaz de atender aos diferentes estilos cognitivos de cada um (cit. in Negroponete, 1996: 209).

Para Birgitte Sørensen (2010: 51), as estratégias de aprendizagem com as TIC devem ser pensadas relativamente aos contextos temporais e espaciais, e, portanto, necessitam de ser

constantemente ajustadas a essas condições, porque diferentes gerações têm experiências diferentes com as tecnologias e porque numa sociedade cada vez mais informatizada, as escolas precisam de acompanhar o ritmo de inovação tecnológica. A autora releva, assim, o papel flexível das escolas na adopção de estratégias de aprendizagem informais para que as actividades se façam sentir com maior participação na Web 2.0 e fora da escola, incentivando ao desenvolvimento das competências em TIC através do uso das redes (*ibidem*). Sørensen (2010) fundamenta-se na facilidade e rapidez de adaptação das crianças ao ambiente digital, característica que tem sido central na formulação das muitas terminologias que surgiram para designar as novas gerações familiarizadas com os novos *media*. Desde os “nativos digitais” à “geração Internet”, passando por designações como “Power users” e “New learners”, ou, particularmente, “geração Magalhães”, em Portugal. As competências das novas gerações, aprendidas informalmente na Internet, revelam-se, sobretudo, pelas capacidades de comunicação, ligação e uso da rede, cooperação, negociação, gestão e uso do Inglês como língua *online* (Sørensen, 2010: 57). Para a autora, “estas competências são centrais para o desenvolvimento da sociedade da informação e constituem a primeira forma de aprendizagem informal das crianças” (*ibidem*), o que reforça a importância de uma abordagem multimodal nos métodos de aprendizagem actuais, dentro e fora da escola. Contudo, é ainda “difícil quebrar com a passividade das escolas ao introduzir os *media* digitais nas salas de aula” (*ibidem*).

Apesar dos elevados custos financeiros e da mudança estrutural que uma reforma do ensino requer, a modernização das escolas constitui uma prioridade na renovação educativa (Tornerio, 2007: 42). Com efeito, vários modelos têm sido implementados e aperfeiçoados na sociedade, com especial enfoque na educação. Para Castells (2005), o desenvolvimento da “sociedade em rede” deve seguir um conjunto de factores-chave que considera fundamentais para o sucesso da modernização das estruturas sociais, nomeadamente: a centralização no sector público, como actor decisivo para desenvolver e moldar a sociedade em rede em todos os campos sociais; a reconversão total do sistema educativo para novas formas de tecnologia e pedagogia (conteúdos e organização do processo de aprendizagem), enquanto factor formador do novo trabalhador do século XXI, baseada no modelo de aprendizagem ao longo da vida e preparada para estimular a criatividade e a inovação em todos os domínios da vida social e profissional; a difusão das TIC por todo o mundo para um desenvolvimento global; e a criatividade e inovação nas formas de implementar e negociar com os agentes intervenientes (Castells, 2005: 27-28).

Nos últimos anos, os sistemas governamentais, organizações não governamentais e empresas do foro privado, reuniram esforços para promover a infoinclusão, com especial enfoque nas crianças, nos países em vias de desenvolvimento e em meios desfavorecidos. Como exemplo deste tipo de iniciativas, considere-se o projecto One Laptop per Child (OLPC), fundado por Nicolas Negroponte, em 2005, com o objectivo de promover, nos países em desenvolvimento, o acesso das crianças ao conhecimento, através de um computador de baixo custo, equipado com conteúdos educativos, o XO⁵. Para o fundador do projecto OLPC, a aprendizagem das crianças através do computador é uma experiência universal, da qual ser “branco ou preto, rico ou pobre nada tem a ver com a inclusão digital” (Negroponte, 1996: 215). O OLPC segue cinco princípios básicos: o computador como propriedade da criança; a adaptação de um computador especialmente desenhado para crianças; a “saturação digital” da comunidade, isenta de carências ou necessidades digitais; a conectividade, através da rede sem fios, como meio de expandir o conceito de aprendizagem e de espaço escolar, assegurando o dialogo entre gerações e culturas; e o acesso livre de código aberto (*open source*), no sentido de permitir um ambiente de escolha livre e encorajar a criança a contribuir para a produção de conteúdos⁶ (OLPC Wiki, 2010).

Em Portugal, no ano de 2008, o governo lançou a iniciativa ‘e.escolinha’, que visa a distribuição do computador ‘Magalhães’ a crianças do 1º ciclo do ensino básico, a custos reduzidos. A medida, actualmente suspensa, tinha como objectivo a massificação do uso das novas tecnologias pelas crianças e respectivas famílias, como é aprofundado no próximo ponto.

Embora a tecnologia, por si só, não assegure nem a produtividade nem a inovação (Castells, 2005: 26), parece existir um certo consenso na importância do acesso às novas tecnologias e à capacitação do indivíduo através do uso das TIC, quer ao nível social e cultural, quer ao nível económico, enquanto estratégia de dinamização dos mercados, cada vez mais competitivos. A mudança começa sobretudo ao nível da educação e do ensino, abordando-se gerações cada vez mais novas, preparando-as para constituírem os futuros cidadãos do século XXI. Com efeito, as formas de implementação das novas tecnologias têm sido diversificadas e os factores de sucesso dependem da medida em si, e da sua aplicação nos contextos sociais, culturais, políticos e económicos de cada país.

⁵ Missão da iniciativa One Laptop Per Child, disponível em <http://one.laptop.org/about/mission>.

⁶ Wiki da iniciativa One Laptop Per Child, disponível em http://wiki.laptop.org/go/Core_principles/lang.pt.

2.2. A agenda europeia para a promoção da literacia mediática⁷

Em 2000, a União Europeia aprovou a Estratégia de Lisboa com o objectivo de dinamizar a competitividade dos mercados económicos, através da actualização tecnológica dos sistemas sociais. Na consecução das metas definidas, os Estados-membros assumiram o compromisso de promover uma economia dinâmica e competitiva sustentada no conhecimento, assegurando a coesão social e o combate à pobreza. Com efeito, a reforma na educação estabelece-se com a modernização do ensino na prossecução de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Nas Conclusões do Conselho da União Europeia sobre o papel do ensino e da formação na implementação da Estratégia Europa 2020, reforça-se a urgência em investir eficazmente na qualidade, na modernização e na reforma do ensino e da formação, pois nelas assentará a prosperidade da Europa dotando as pessoas de mais e melhores competências e aptidões (Conselho da União Europeia, 2011). Tais competências visam dotar o cidadão do século XXI, no quadro da aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento da sociedade da informação e da competitividade económica dos estados-membros face aos mercados internacionais. Desta forma, o Relatório intercalar sobre a aplicação do programa de trabalho “Educação e Formação para 2010”, identifica oito competências essenciais ao desenvolvimento da sociedade, nomeadamente, a comunicação na língua materna e em línguas estrangeiras, competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologia, competência digital, aprender a aprender, competências sociais e cívicas, espírito de iniciativa e espírito empresarial, e sensibilidade e expressão culturais (Conselho da União Europeia & Comissão Europeia, 2010).

Relativamente à competência digital, a União Europeia reconhece que a sua importância é estritamente necessária não apenas à realização pessoal, mas à cidadania activa, à inclusão social e à empregabilidade na sociedade do conhecimento (*ibidem*). A necessidade pela aquisição das competências digitais conduziu a que se estabelecessem critérios formais de aprendizagem com as TIC. Tal representa uma preocupação pela segurança e pela capacitação do cidadão, por um lado, e pela inclusão e igualdade de oportunidades no acesso, por outro.

Assim, a formalização das TIC nos currícula escolares constitui uma das medidas de implementação fundamentais para a reforma tecnológica do ensino na Europa, sobretudo pela

⁷ Subcapítulo adaptado de Melro, A. & Pereira, S. (2011) ‘A literacia digital nas notícias sobre o computador Magalhães’, in Actas da 1ª Conferência Ibérica em Inovação na Educação com TIC (ieTIC 2011), Bragança, 15-17 Julho, pp.413-428.

generalização do acesso mas também pelos riscos e limitações da aprendizagem, exclusivamente informal, como indica o Relatório:

“Ora, hoje mais do que nunca, as competências em TIC são adquiridas pelos jovens numa base informal, e há aspectos que têm sido negligenciados, nomeadamente, a utilização de novas tecnologias e novos meios de comunicação social com espírito crítico, noção do risco, ou ainda considerações de ordem ética e jurídica” (Conselho da União Europeia & Comissão Europeia, 2010).

Esta preocupação pela qualidade da aprendizagem com os *media*, abordada em 1982 pela Declaração de Educação para os *Media* de Grünwald, tem vindo a evoluir em sentidos cada vez mais diversificados mas também mais concretizáveis. De acordo com Pinto *et al.* (2011: 47), existem especificidades nas ideologias de cada instituição, nomeadamente, a preocupação centrada nos direitos humanos por parte do Conselho da Europa, a formação integral das pessoas pela UNESCO e a valorização das competências do cidadão, perpassando uma perspectiva “um pouco mais utilitária da educação para os media”, por parte da União Europeia (*ibidem*). Por outro prisma, McGonagle (2011) considera que a União Europeia apresenta uma abordagem mais formal e em relação ao Conselho da Europa, por sua vez, menos sistemático e menos formalizado⁸ (2011: 24). Porém, analisando os documentos produzidos pelas três instituições ao longo de aproximadamente 30 anos, os autores identificaram três ideias transversais:

“Os *media* desempenham um papel fundamental em múltiplos aspectos da vida das pessoas; A Educação para os Media é necessária e intrínseca ao exercício da cidadania; Perspectiva-se ainda um longo caminho a percorrer, nomeadamente na operacionalização e concretização dos objectivos e orientações enunciados” (Pinto *et al.*, 2011: 47).

Atendendo ao contexto histórico, para Pinto *et al.*, a educação para os *media* pode ser apresentada sob três perspectivas ou orientações, designadamente: em torno da protecção, como forma de proteger os mais novos dos efeitos nocivos dos *media*; na esfera modernizadora ou tecnológica, dominante nos programas governamentais na promoção do desenvolvimento das TIC no espaço escolar; e centrada na capacitação do indivíduo (2011: 29). Distanciando-se do ‘mediocentrismo’ das restantes perspectivas, a orientação da educação para os *media* pela capacitação e autonomização do indivíduo procura desenvolver atitudes e práticas activas e

⁸ Para McGonagle (2011: 24), “a UE apresenta uma abordagem mais centralizada na formalidade do que o Conselho da Europa. Isto pode ser explicado parcialmente pela partilha de pontos de referencia textuais e trocas formais entre os principais actores das instituições da União Europeia. A existência de textos focalizados facilita a incorporação das diferentes perspectivas intra-institucionais na elaboração de políticas”. Por outro lado, “o Conselho da Europa é menos sistemático e menos formalizado na troca de pontos de referencia” tendo a vantagem de “por exemplo, explorar determinados temas emergentes de uma forma mais detalhada e contextualizada”.

críticas em relação aos media, ou seja, pelo incentivo das capacidades de expressão e de participação do cidadão (Pinto *et al.*, 2011: 29). Considere-se ainda as diferentes designações equivalentes ao termo educação para os *media*, como por exemplo, literacia mediática e a alfabetização mediática, que podem representar diferentes enfoques do tema. A dificuldade da existência de um consenso reflecte as diferentes prioridades que cada termo emprega. Alguns autores distinguem a educação para os media de literacia mediática, respectivamente, pelo valor que o primeiro atribuiu ao processo de aprendizagem em relação ao enfoque nas finalidades a atingir, pelo segundo (*idem*: 21). Embora, na prática, as duas designações acabem por se confundir, será mais relevante atender aos conceitos enunciados nos documentos que propriamente à terminologia que empregam (*ibidem*). No caso, adoptaremos o termo literacia mediática pelo facto de ser um termo constantemente evocado nos documentos europeus.

A União Europeia define literacia mediática como “a capacidade de aceder aos *media*, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos *media* e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos” (Comissão das Comunidades Europeias, 2007: 3). Aprofundando este conceito, a *Comunicação sobre uma Abordagem Europeia da Literacia Mediática em Ambiente Digital* sublinha a importância de uma literacia mediática para o exercício da cidadania enquanto factor de inclusão na sociedade da informação, centrando-se em torno de seis níveis de competências: estar à vontade com todos os tipos de *media*; utilizar activamente os *media*; ter uma visão crítica dos *media* no que respeita à qualidade e ao rigor do conteúdo; utilizar criativamente os *media*; compreender a economia dos *media*; e estar consciente das questões dos direitos de autor (*idem*: 4).

Assim, com vista ao desenvolvimento da sociedade da informação, a Comissão Europeia recomenda os Estados-membros a pôr em prática, até 2011, políticas de longo prazo em matéria de competências digitais e de literacia digital e de integrar a aprendizagem em linha nas políticas nacionais de modernização do ensino (Comissão Europeia, 2010: 31).

Para a promoção da literacia mediática contribuem quatro factores principais: a participação cívica/capacitação; a infoinclusão; a redução dos riscos/protecção de conteúdos prejudiciais; e a capacidade de fazer escolhas informadas/protecção do consumidor (McGonagle, 2011: 8). Desses factores mencionados, existe uma clara tendência para a promoção da literacia mediática orientada para determinados grupos sociais, sobretudo para as crianças, adolescentes, pais e professores, que constituem o grupo primário do foco das políticas na área, e para os idosos, portadores de deficiências, minorias étnicas, público em geral

e pessoas com problemas financeiros, que constituem o grupo secundário (McGonagle, 2011: 11). As estratégias variam consoante o público-alvo das políticas de promoção da literacia mediática. Por exemplo, McGonagle considera que no caso das crianças, as estratégias tendem a centrar-se na educação simultaneamente formal (escola), informal (casa) e não formal (campanhas de sensibilização) (*ibidem*).

Na prossecução dos objectivos da literacia mediática, os países europeus têm vindo a introduzir reformas no sistema educacional para a modernização do ensino, mas a complexidade dos processos que são exigidos, nomeadamente aos níveis da alteração dos currículos e sistemas de avaliação, no acesso às novas tecnologias, na introdução de conteúdos digitais, na formação de professores, na certificação de profissionais em TIC, no apoio técnico, entre outros, levam a que o Conselho Europeu e a Comissão Europeia considerem haver ainda um longo caminho a percorrer em termos de apoio ao desenvolvimento das competências dos professores, actualização dos métodos de avaliação e introdução de novas formas de organização da aprendizagem num ambiente escolar inovador (Conselho da União Europeia & Comissão Europeia, 2010: 2). Assim, as implicações económicas e estruturais, compõem um quadro de constrangimentos na implementação das políticas educativas, dificultado pelas diferenças específicas dos sistemas governamentais dos respectivos Estados-membros, como reconhecido no estudo *Tendências e abordagens actuais da literacia mediática na Europa*, encomendado pela Comissão, em 2007:

“Existem algumas barreiras ao desenvolvimento no domínio da literacia mediática a nível europeu. Entre elas, citam-se a falta de uma visão comum, a falta de visibilidade europeia das iniciativas nacionais, regionais e locais, a falta de redes europeias e a falta de coordenação entre as partes interessadas” (Comissão das Comunidades Europeias, 2009: 8).

Também o défice na formação em TIC dos profissionais de educação constitui um obstáculo à implementação das tecnologias nas escolas, contudo o sucesso das iniciativas depende não apenas da operacionalização das medidas mas também das motivações dos agentes educativos na não resistência à modernização do ensino.

2.3. A modernização do ensino em Portugal e o computador ‘Magalhães’

Em Portugal, as políticas mais recentes em termos de modernização do ensino surgem integradas no Plano Tecnológico da Educação (PTE), aprovado pelo XVII Governo Constitucional,

em Diário da República, na Resolução do Conselho de Ministros n.º. 137/2007, de 18 de Setembro de 2007. O documento que traça o plano para a modernização das escolas portuguesas ambicionava “colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados na modernização tecnológica do ensino em 2010” (PTE). Desta forma, o objectivo do PTE centra-se na importância de serem criadas condições para dotar os alunos e professores das ferramentas básicas para a aprendizagem e formação em tecnologias da informação e comunicação (TIC), providenciando o acesso aos equipamentos, fornecendo conteúdos digitais adequados e reestruturando as infraestruturas escolares. A escola é então assumida como o centro de acção da modernização do ensino:

“É essencial valorizar e modernizar a escola, criar as condições físicas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar nesta nova era” (Resolução do Conselho de Ministros n.º. 137/2007).

Após vários estudos de implementação, o Plano Tecnológico da Educação centra-se em três eixos de actuação: tecnologia, conteúdos e formação. Para cada eixo de intervenção, o plano define os projectos a implementar, atendendo aos factores de eficácia e aos agentes de financiamento. No entanto, à data da elaboração do Plano, ainda não teria sido lançada a iniciativa 'e.escolinha', pelo que não existem informações sobre a medida no documento que aprova o PTE. Desde cedo, o lançamento da medida revelou uma certa imprecisão relativamente à sua tutela, no momento da concepção. Aquando do lançamento, em 2008, o programa 'e.escolinha' e o programa 'Magalhães' surgem no Relatório de Progresso do Plano Tecnológico de 2008 como duas medidas distintas. Na primeira, a medida visa a distribuição de portáteis nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, não se encontrando referência da tutela a nenhum ministério, em particular, enquanto na segunda, o computador visa a exportação do 'Magalhães' para os países da América latina, África e Europa, e encontra-se tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Conselho Consultivo do Plano Tecnológico, 2008). Sob a égide da exportação do primeiro computador português, o 'Magalhães' foi bandeira do ex-primeiro-ministro José Sócrates que esteve também na linha da frente na promoção do portátil nos encontros com os líderes da América Latina. Tentaremos, primeiramente, compreender a concepção da iniciativa, o contexto da sua implementação e as finalidades do programa, ainda no Plano Tecnológico, decorrente do alargamento do 'e.escola'.

O anúncio do computador 'Magalhães' ocorreu oficialmente a 30 de Julho de 2008, no momento da assinatura do memorando de entendimento entre o governo português e a Intel, produtora do *Classmate* PC, para a produção destes equipamentos em Portugal. Por sua vez, o memorando conduziu a um consórcio da Intel e do governo com a JP Sá Couto, a empresa certificada para a montagem do *Classmate* da Intel, numa fábrica em Matosinhos, no Norte do país, gerida pelos irmãos Jorge e João Paulo Sá Couto.

Na cerimónia de lançamento, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, o ex-primeiro-ministro, José Sócrates, atribuiu ao primeiro computador “*made in Portugal*” o nome ‘Magalhães’, numa referência ao português Fernão de Magalhães que realizou a primeira circum-navegação do mundo, adoptando aqui um duplo sentido, quer pelo lado da exportação do computador, quer pela exploração e descoberta das crianças com o ‘Magalhães’ (*Público* de 30 de Julho de 2008).

O governo declarou publicamente o ‘e.escolinha’ como um alargamento do programa ‘e.escola’, já em funcionamento há um ano, que permitia o acesso a computadores portáteis de baixo custo aos alunos do 12º ao 5º ano de escolaridade, mediante um contrato de banda larga com as operadoras móveis. No entanto, o ‘e.escolinha’ apresenta-se com um objectivo diferente do programa que lhe precedeu. Segundo enunciado no *Jornal de Notícias* de 29 de Julho de 2009, o computador ‘Magalhães’ é equiparado aos manuais escolares e todo o processo de implementação é centrado nas escolas. Em Setembro de 2008, o ex-primeiro-ministro José Sócrates anuncia a distribuição de 500 mil portáteis para o início do ano lectivo em questão, reforçando o carácter inclusivo do computador nas escolas: "Queremos que o computador faça parte do material escolar de todas as escolas", afirmou o primeiro-ministro, na cerimónia (*Jornal de Notícias* de 29 de Julho de 2009).

O então primeiro-ministro destacou a importância do acesso ao computador ‘Magalhães’ para o desenvolvimento do país:

“Esta nova geração estará mais bem preparada e poderá contribuir mais para a modernização e para o desenvolvimento de Portugal. Além disto, com a iniciativa ‘Magalhães’, muitas casas terão um computador pela primeira vez, contribuindo fortemente também para ultrapassar a infoexclusão em geral”. (Sócrates, cit. in Fernandes, 2008).

O seu discurso, disponível na notícia da *Microsoft* (Fernandes, 2008) centra-se em três aspectos essenciais: na democratização do acesso às novas tecnologias (igualdade de oportunidades e acesso das famílias), na implementação das tecnologias no quotidiano das salas de aula (equiparação ao material escolar) e na preparação do cidadão para o futuro

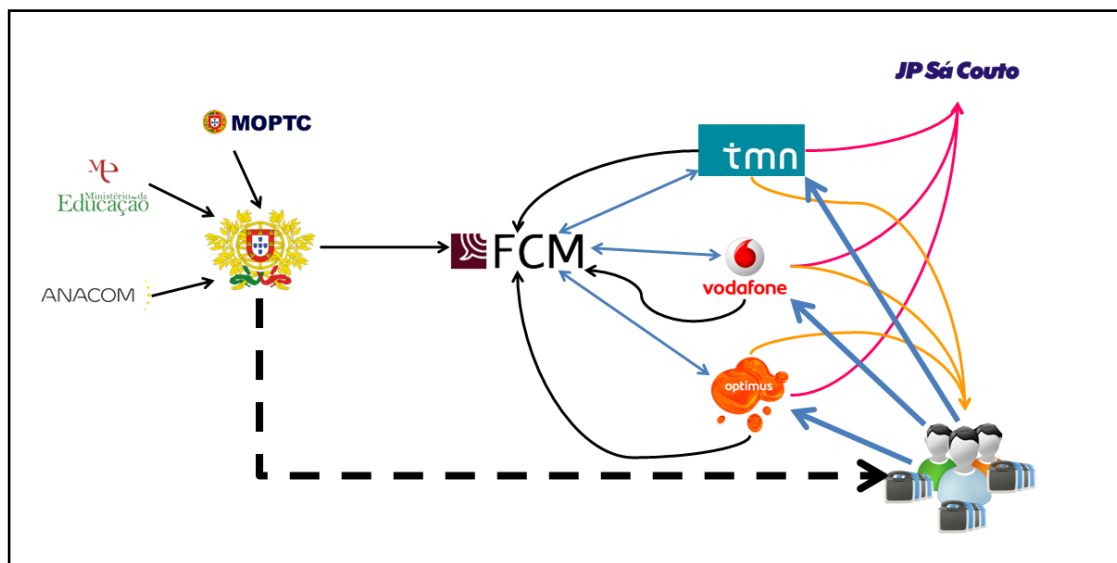
(competitividade económica dos mercados). O computador é referido por Sócrates como sendo da última geração tecnológica “pensado para crianças, para resistir melhor ao choque e aos líquidos” (*Jornal de Notícias* de 29 de Julho de 2009), mas com a vantagem de poder ser utilizado por todas as faixas etárias “dos 7 aos 77 anos” (Ferreira, 2008). O acompanhamento das famílias no processo de implementação do ‘Magalhães’ constituiu igualmente a inclusão destes cidadãos na sociedade de informação ao verem entrar pela primeira vez um computador em casa. O computador ‘Magalhães’ veio permitir o acesso das crianças e das famílias ao computador ‘Magalhães’ para que os “cidadãos que entrem daqui a 15 anos no mercado de trabalho já não tenham dificuldades por desconhecerem inglês ou por não estarem preparados para usar novas tecnologias” (Partido Socialista, 2008). Segundo o anterior governo Portugal estava perante um marco na revolução do ensino em Portugal para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento (Rodrigues, 2008).

Paralelamente, são concretizados acordos com outras empresas, nomeadamente com as produtoras de conteúdos *Microsoft*, *Linux Caixa Mágica* e *Inforlândia*; a distribuidora *Prológica*; e os operadores de telecomunicações móveis, *Vodafone*, *TMN*, *Optimus* e *ZON* que tinham contrapartidas a investir do anterior Fundo para Sociedade da Informação (FSI), convertido na Fundação para as Comunicações Móveis⁹ (FCM), actualmente extinta no actual governo, que geria esses dinheiros. Na Figura 2 apresenta-se o modelo de gestão e financiamento da produção do computador ‘Magalhães’.

Ao contrário do programa ‘e.escola’ cujo financiamento é suportado pelo contrato de banda larga que o utilizador estabelece com as operadoras móveis, no ‘e.escolinha’ a ligação à Internet é facultativa e os computadores são distribuídos a um custo de zero, 20 ou 50 euros para os alunos do primeiro ciclo do ensino básico, conforme o escalão da Acção Social Escolar (ASE). É também em 2008 que é dado a conhecer o montante do investimento do governo: 400 milhões de euros para a instalação da Internet, quadros interactivos, aumento da velocidade da banda larga e distribuição dos computadores ‘Magalhães’ nas escolas. Segundo, o *Correio da Manhã*, em Dezembro de 2009, teriam sido distribuídos mais de 1,2 milhões de computadores ‘Magalhães’ (Azenha, 2008).

⁹ A Fundação para as Comunicações Móveis, a entidade que se ocupava de gerir os programas ‘e.escola’ e ‘e.escolinha’ surgiu em 2006, na altura designada de Fundo para a Sociedade da Informação, e mais tarde, em 2008, como Fundação. O objectivo da Fundação era a gestão dos 1,3 mil milhões de euros em contrapartidas das operadoras de telecomunicações móveis, e mais tarde de apenas 390 milhões, resultantes do concurso público, em 2000, para a atribuição de licenças móveis de 3ª geração (CIP, 2010).

Figura 2: Esquema da gestão do 'e.escolinha' pelas entidades estatais e privadas



Fonte: Relatório final da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis (2010).

Por outro lado, o 'Magalhães' é lançado simultaneamente como produto de exportação para outros mercados da Europa, África e América Latina, como afirmou a administração da JP Sá Couto (Ferreira, 2008) e como referido anteriormente, enquanto programa inserido no Plano Tecnológico.

No entanto, desde o lançamento do computador, os partidos da oposição questionaram-se sobre o modelo de financiamento do computador 'Magalhães' e da actuação do governo sobre a FCM. O problema da adjudicação directa à empresa JP Sá Couto, sem concurso público, foi igualmente levantado pela empresa de computadores *Acer*, tendo sido motivo de queixas à Comissão Europeia. Por seu turno, a entidade supranacional reprovou a actuação de Portugal e exigiu justificações pelo sucedido ameaçando levar o caso ao Tribunal de Contas da União Europeia caso a situação não fosse reparada nos tempos exigidos (*Diário de Notícias* de 11 de Junho de 2010).

Assim, na tentativa de esclarecerem a polémica em torno da gestão dos dinheiros públicos e da adjudicação directa à JP Sá Couto, foi constituída a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações

Móveis¹⁰ em Janeiro de 2010. Segundo o Relatório final da CIP (2010), a proposta de analisar e avaliar os benefícios e impactos do programa ‘e.escola’ pelo Partido Socialista (PS), foi rejeitada pelos restantes Grupos Parlamentares. Aferiu-se então, de forma sucinta, ao apuramento da gestão dos fundos públicos pela FCM; ao conhecimento da justificação apresentada pelo governo à Comissão Europeia na decorrência do incumprimento da legislação comunitária da concorrência do ajuste directo aos computadores ‘Magalhães’; ao apuramento da adjudicação e licenciamentos na aquisição de *hardware* e *software* do computador; verificar a existência de uma situação de monopólio pela JP Sá Couto; e avaliar a execução das contrapartidas para a Sociedade de Informação (CIP, 2010).

Em Junho de 2010, a Comissão concluiu a existência de “uma grave falta de transparência na gestão pública da Fundação e dos programas e iniciativas que lhe incumbe gerir” (CIP, 2010) e ainda que os contratos estabelecidos com as empresas produtoras de *hardware* e *software* fugiram à obrigação de promoção de um concurso público, distorcendo as leis da concorrência do mercado. Face ao apuramento da Comissão nesta matéria, é recomendado ao governo a extinção da FCM e a tutela da gestão e coordenação das iniciativas pelo Ministério da Educação (CIP, 2010). Recomenda-se ainda que o governo tome as medidas para a inclusão da adopção de tecnologias abertas e de software livre (*ibidem*).

Dada a conjuntura da concepção do computador ‘Magalhães’ e dos problemas relativos ao processo de implementação nas escolas que serão abordados no ponto seguinte, o fenómeno do computador nos meios de comunicação social atingiu proporções significativas. Neste sentido, torna-se fundamental estudar a cobertura do computador pela imprensa na tentativa de compreender o papel desempenhado pelos *media* neste assunto em particular.

¹⁰ O pedido de constituição da Comissão foi apresentado a 10 de Dezembro de 2009 por três Deputados do Partido Social Democrata (PSD) (José Pedro Aguiar Branco, Jorge Costa e Pedro Duarte), publicado em *Diário da Assembleia da República* II Série B, n.º 19, de 10 de Dezembro de 2009 (CIP, 2010).

CAPÍTULO III - A cobertura do computador ‘Magalhães’ na imprensa

Desde o lançamento, em 2008, o computador ‘Magalhães’ tem sido objecto de grande interesse por parte dos meios de comunicação social. Atendendo a que os *media* representam um papel central no acesso à informação e na formação da opinião pública, importa estudar o fenómeno ‘Magalhães’ na imprensa, analisando os discursos produzidos pelos jornais portugueses. Assim, ao acompanharmos o que foi veiculado nas notícias e a forma como o caso ‘Magalhães’ foi representado, ao longo deste tempo, estamos a contribuir com indicadores relevantes para a compreensão da percepção do computador pela sociedade portuguesa.

O presente Relatório pretende dar conta da cobertura do computador ‘Magalhães’ pelos semanários portugueses, *Sol* e *Expresso*, adoptando uma metodologia baseada na recolha e análise das peças sobre o ‘Magalhães’ publicadas por aqueles jornais ao longo de dois anos (Junho 2008 - Junho 2010), e na realização de entrevistas a jornalistas que são autores dessas.

Ao longo deste capítulo, discurremos sobre as tarefas relativas à análise da imprensa diária realizadas durante o estágio no projecto de investigação; aprofundamos as metodologias adoptadas para o estudo dos semanários; apresentamos os resultados da análise e discutimos os dados obtidos, com recurso ao quadro teórico e às entrevistas.

3.1. Considerações sobre o estágio e a análise da imprensa diária

O período de estágio no projecto de investigação “Navegando com o ‘Magalhães’: Estudo sobre o Impacto dos media digitais nas crianças”¹¹, decorreu entre 1 de Junho e 31 de Agosto de 2010, coincidindo com o acompanhamento do projecto, ainda em fase inicial. As tarefas realizadas durante o estágio dizem respeito à recolha e tratamento dos conteúdos relativos ao computador ‘Magalhães’ e ao programa ‘e.escolinha’ nos sítios *online* dos jornais diários *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*, e às primeiras páginas impressas desses mesmos jornais. Embora a tarefa relativa à análise dos factos reportados pela imprensa não estivesse inicialmente prevista no projecto, a equipa considerou importante incluí-la nas tarefas do estudo com o objectivo de compreendermos os discursos trazidos pelos *media* para a

¹¹ O Projecto de Investigação, financiado pela FCT (PTDC/CCI-COM/101381/2008), intitulado *Navegando com o ‘Magalhães’: Estudo sobre o impacto dos media digitais nas crianças*, procura por um lado, compreender e analisar as políticas subjacentes à medida que enquadra a distribuição do computador às crianças; por outro, pretende analisar e compreender os usos e práticas que as crianças fazem do computador, dentro e fora das escolas.

esfera pública. Esta análise parte do importante papel que os *media* desempenham na formação da opinião pública e assume-se como uma abordagem complementar à informação documental recolhida acerca do 'e.escolinha'. A atenção nos discursos mediáticos, ainda que de forma periférica, permitiu enriquecer as tarefas centrais do projecto, ao dar conta de um factor de grande impacto na sociedade, já que, pela capacidade de formar o conhecimento humano, as notícias são para o público como a percepção para o indivíduo (Park, 1940). Tendo a notícia capacidade de gerar discussão e confronto de ideias entre os indivíduos e de suscitar emoções e interpretações sobre determinado assunto, ela proporciona a formação da opinião pública (*ibidem*).

A análise da imprensa diária, no âmbito do projecto de investigação, permitiu desenhar uma panorâmica dos conteúdos publicados desde o lançamento do computador 'Magalhães' ao desfecho da Comissão de Inquérito Parlamentar. Através dos discursos governamentais, reproduzidos nas notícias, pretendeu-se verificar se os fundamentos da medida se posicionavam numa perspectiva tendencialmente centrada na esfera pedagógica com preocupações ao nível da literacia mediática das crianças, ou se se centravam numa perspectiva de modernização tecnológica das escolas e do acesso maciço às tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Em termos metodológicos, como referimos anteriormente, procedeu-se à recolha das peças referentes ao computador 'Magalhães' e à iniciativa 'e.escolinha', provenientes dos sítios *online* dos principais diários nacionais, nomeadamente do *Público* (P), *Diário de Notícias* (DN), *Jornal de Notícias* (JN) e *Correio da Manhã* (CM). No total, obtiveram-se 963 peças, desde o lançamento, em Julho de 2008, à apresentação do Relatório final da Comissão de Inquérito Parlamentar (CIP) sobre a actuação do governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis (FCM)¹², em Junho de 2010, perfazendo 24 meses de recolha. Também constituíram objecto de análise os artigos de opinião produzidos nos referidos sítios e as primeiras páginas impressas (2. 900) dos respectivos diários. Os resultados da análise originaram a apresentação de duas comunicações, nomeadamente, na conferência internacional IAMCR 2010, em Julho de 2010¹³, e em Novembro de 2010, na Media Literacy Conference (MLC), esta última intitulada, "Digital media in Portuguese primary schools: literacy or technology? Analysing the government

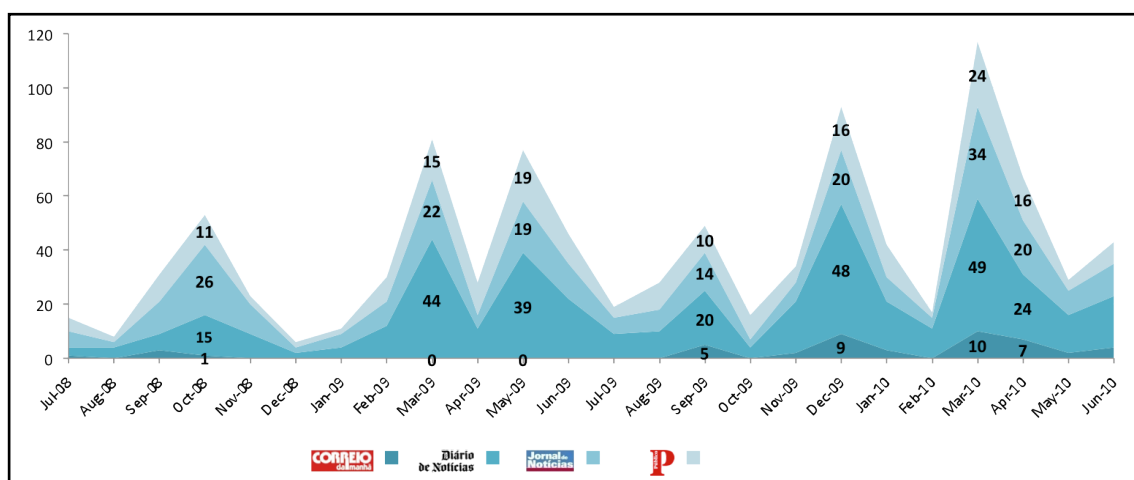
¹² O Relatório final da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis foi publicado a 7 de Julho de 2010, em Diário da República, II Série-B, Número 162.

¹³ Pereira, S., Pereira, L. & Sousa, H. (2010) "The politics of digital media in primary schools: the case of the Portuguese computer 'Magalhães', International Conference "Communication and Citizenship – Rethinking Crisis and Change", International Association for Media and Communication Research (IAMCR), Universidade do Minho, Braga, 18-22 de Julho de 2010.

and the media discourses” (Pereira, 2010).

Os dados obtidos permitiram chegar a determinadas considerações, entre as quais se destaca o optimismo das mensagens veiculadas pelo governo, especialmente pelo rosto da campanha do computador ‘Magalhães’, o ex-primeiro-ministro José Sócrates (Pereira, 2010). Nos mesmos discursos reproduzidos pela imprensa, a ideia central do programa pretendia, essencialmente, a fomentação da igualdade de oportunidades, através da promoção de uma medida que possibilitasse a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico o acesso a um computador pessoal com conteúdos educativos (Pereira, 2010). Embora numa primeira fase os *media* tivessem agido como veículos de informação das mensagens governamentais, o computador ‘Magalhães’ rapidamente foi alvo de criticismo e a cobertura da imprensa passou sobretudo pelo destaque dos problemas e dificuldades relacionadas com a implementação da iniciativa (*ibidem*). Verificou-se também que apesar das diferenças editoriais entre os diários, não houve uma divergência significativa nos assuntos notados e publicados.

Gráfico 1 – Variação das notícias publicadas nos quatro diários ao longo dos dois anos



Fonte: Pereira, 2010.

Segundo o Gráfico 1, o primeiro auge de noticiabilidade ocorreu aquando do lançamento do computador ‘Magalhães’, no início do ano lectivo 2008/2009, seguindo-se outros acontecimentos, tais como, a promoção do computador na cimeira Ibero-americana e a exportação do computador para países da América latina. Em 2009, a agenda mediática sobre o computador, expunha, ainda, a denúncia dos erros ortográficos no software do ‘Magalhães’, os problemas relacionados com o controlo parental, a controvérsia em torno do uso de imagens de

crianças na sala de aula, durante o tempo de antena do Partido Socialista (PS) e os alertas relacionados com possíveis riscos oftalmológicos associados ao uso do ‘Magalhães’. Já o ano de 2010 foi essencialmente marcado pelo desenvolvimento da Comissão de Inquérito Parlamentar (CIP) (Pereira, 2010).

A análise da imprensa diária *online* permitiu considerar que “os momentos de grande produção noticiosa revelam que os diários prestam atenção ao programa [‘e.escolinha’] ao mesmo tempo que são atraídos pelos mesmos temas” (*ibidem*) e que “as notícias são motivadas por razões negativas, transmitindo à sociedade, uma perspectiva negativa e pessimista sobre o programa governamental” (*ibidem*).

Relativamente à análise das primeiras páginas dos respectivos diários, verificou-se que os temas mais focados foram a economia e a educação, o que reflecte o impacto económico da iniciativa a par das questões educativas (*ibidem*). Nos editoriais e artigos de opinião analisados observou-se a existência de um debate polarizado entre os que se posicionavam a favor ou contra a iniciativa. Nos géneros opinativos foi recorrente o “uso da ironia e do ridículo tanto para atacar como para defender o computador” ‘Magalhães’ (Pereira, 2010). Contudo, quer nos artigos de opinião, provenientes dos partidos políticos, quer nas notícias, os discursos centram-se em torno da tecnologia (*ibidem*), afastando o enquadramento na literacia dos *media*.

Em suma, sendo os *media* um ponto de referência para o cidadão, que afecta as suas experiências do quotidiano (*ibidem*), a análise da imprensa permitiu conhecer o que foi produzido e reproduzido no espaço público, permitindo entender o modo como os *media* transmitiram informação sobre esta medida governamental específica e compreender que tipo de matérias, e de que modo, foram comunicadas ao público.

O projecto de investigação contempla, ainda, a realização de outras tarefas essenciais, nomeadamente: a análise de documentos oficiais; entrevistas a membros do anterior e do actual governo, a políticos e a representantes de empresas que estiveram envolvidos na iniciativa; a aplicação de questionários a crianças e professores de turmas do 4º ano do ensino básico, do concelho de Braga; e a realização de grupos focais com famílias.

3.2. Metodologia de estudo dos jornais semanários

Como referido anteriormente, a análise da imprensa diária constituiu um recurso fundamental no apoio às tarefas do projecto de investigação, no sentido de perceber o que foi

dito ou não dito nos meios de comunicação portugueses, sobre a iniciativa 'e.escolinha'. A atenção nos discursos produzidos na imprensa diária permitiu observar o impacto que o computador 'Magalhães' alcançou na comunicação social e, como tal, a escolha deste tema para o presente estudo surge como complementaridade e extensão da análise anterior.

Desta forma, optou-se por proceder à recolha da imprensa em papel para o estudo do tratamento mediático do computador 'Magalhães'. Inicialmente também se pensou em analisar os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação audiovisuais, porém devido à falta de tempo e de recursos para a recolha, descartou-se essa hipótese. Da imprensa em papel, optou-se pelos semanários actualmente publicados em Portugal, *Sol* e *Expresso*. A recolha dos conteúdos produzidos pelos semanários teve início em meados de Outubro de 2010 e terminou no final do mesmo ano.

O corpus de análise é constituído pelo conjunto de notícias sobre o computador 'Magalhães' publicadas nos semanários *Sol* e *Expresso* entre Julho de 2008 e Junho de 2010, num total de 24 meses. O período de tempo determinado para análise decorre do facto de o primeiro mês coincidir com o lançamento e apresentação do computador 'Magalhães', pelo primeiro-ministro, José Sócrates, a 31 de Julho de 2008, e de o último mês coincidir com o desfecho da Comissão de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis (FCM), em Junho de 2010, coincidindo, portanto, com o período de análise da imprensa *online* levada a cabo no âmbito do projecto.

De acordo com Bardin (1977: 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” que, de uma maneira geral, tem como objectivo a ruptura com o óbvio, tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. Segundo Wimmer & Domminique (cit. in Gunter, 2002: 220) a análise de conteúdo segue os seguintes propósitos:

- Descrever padrões e tendências nas representações dos *media*;
- Testar hipóteses sobre políticas ou finalidades dos produtores dos *media*;
- Comparar os conteúdos mediáticos com indicadores do mundo real;
- Aceder à representação de certos grupos sociais na sociedade;
- Conceber inferências sobre os efeitos dos *media*.

Enquanto método científico das ciências sociais, a análise de conteúdo pretende aproximar a interpretação ao rigor e à objectividade, ultrapassando a incerteza e enriquecendo a

leitura (Bardin, 1977: 29). Desta forma, é descrita como uma “técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952: 18). Para Bardin (1972), a análise de conteúdo engloba duas dimensões ou fases, repartidas entre uma abordagem quantitativa e uma abordagem tendencialmente qualitativa do tratamento da informação, respectivamente designadas por descrição analítica e por inferência.

A descrição analítica refere-se a um tipo de análise da informação contida nas mensagens, descrita de modo sistemático e quantitativo (Bardin, 1977: 34). Através do registo da frequência ou da ocorrência de uma determinada unidade de análise, em uma categoria, a descrição analítica permite transferir objectividade e credibilidade à análise. “De facto, assume-se que a distribuição numérica de elementos no texto (como o número de palavras ou o espaço/tempo dedicado a um conjunto de tópicos) é um guia de confiança sobre o sentido global” (McQuail, 2003: 329).

Na abordagem quantitativa, o investigador obedece a categorias de fragmentação, introduzindo a informação em “espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas das mensagens”, transmitindo alguma ordem à confusão inicial (Bardin, 1977: 37). Em suma, a análise tradicional de conteúdo baseia-se nos seguintes procedimentos, sintetizados por McQuail (2003: 330):

1. Escolha de um universo ou amostra;
2. Estabelecimento de um conjunto de categorias de referentes externos relevantes para as finalidades do estudo;
3. Escolha de uma unidade de análise;
4. Correspondência do conteúdo ao esquema de categorias pela contagem de frequência das referências aos itens do esquema de categorias, por unidade de análise;
5. Apresentação dos resultados como distribuição global do universo ou da amostra de conteúdo.

No entanto, uma análise descritiva deixa por considerar possíveis associações e interpretações que os dados podem revelar. Como esclarece McQuail (2003: 329), “temos que ter em conta não só a frequência relativa nas ligações e relações entre os elementos do texto,

mas também o que falta ou é dado como adquirido”. É preciso identificar e compreender o discurso particular sobre o qual o texto é codificado (*ibidem*).

A segunda abordagem, teorizada por Bardin (1977), é a inferência que, por sua vez, constitui a análise propriamente dita: “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 1977: 38). Estes factos, deduzidos logicamente a partir dos índices seleccionados e fornecidos pela fase descritiva da análise de conteúdo, podem responder, ainda que sujeitos a uma certa subjectividade de interpretação, aos factores que poderão ter conduzido à produção de determinado enunciado e aos efeitos ou consequências que o mesmo enunciado poderá ter provocado (Bardin, 1977: 39).

A análise de conteúdo reside, portanto, na articulação entre a superfície dos textos, descrita e analisada, e os factores que determinam as características deduzidas logicamente (Bardin, 1977: 40-41). Por outras palavras, “o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente, ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas” dos enunciados (Bardin, 1977: 41).

Porém, como é reconhecido por vários autores, a análise de conteúdo contém algumas limitações e, como tal, o investigador deve utilizar os dados com certa cautela, não correndo o risco de induzir em erro ou distorcer os resultados da investigação. McQuail (2003: 331) adverte que “a prática usual de construir um sistema de categorias, antes de o aplicar, envolve o risco de o investigador impor um sistema de significados em vez de o descobrir no conteúdo”. Além do mais, o resultado da análise de conteúdo constitui uma quarta construção, que não emerge da fonte, nem do texto, nem da audiência, mas do próprio investigador, sendo, por isso, uma interpretação subjectiva e particular (*ibidem*). O autor considera que, por esses motivos, uma análise de conteúdo deverá ser, sempre que possível, acompanhada por outros métodos de investigação:

“O futuro da análise de conteúdo, de uma forma ou de outra, tem de se basear em relacionar o conteúdo com as estruturas mais vastas de sentido de uma sociedade. Este caminho será talvez melhor seguido por via da análise do discurso, que dá conta de outros sistemas de significado na cultura de origem, ou por via da análise da recepção da audiência, que leva a sério a noção de que os leitores também constroem significados. Ambas são necessárias, em determinado grau, para um estudo adequado dos *media*” (McQuail, 2003: 333-334).

Consciente do conjunto de limitações da análise de conteúdo, o actual Relatório, uma vez integrado no já referido projecto de investigação, pretende ser um contributo para o

desenvolvimento do mesmo e, portanto, embora constitua um elemento de relativa autonomia, o Relatório tem em consideração os resultados produzidos pelo projecto até ao momento. O Relatório contempla, ainda, as entrevistas a jornalistas dos semanários, no sentido de confrontar alguns resultados obtidos e de aprofundar a percepção destes profissionais de comunicação sobre a cobertura do computador 'Magalhães' na imprensa.

Relativamente às entrevistas, foram contactados dois jornalistas, respectivamente do *Sol* e do *Expresso*, pertencentes ao grupo de autores mais frequentes das notícias analisadas sobre o computador 'Magalhães'. As entrevistas foram conduzidas segundo cinco enfoques principais: destaque do lançamento do computador, motivos de noticiabilidade, fontes de informação, efeitos dos *media* e percepção do profissional de informação sobre a cobertura do computador. As entrevistas foram conduzidas pelo telefone e manteve-se o anonimato, por razões pessoais e profissionais.

Em relação à recolha, determinou-se o universo de análise, constituído pelos semanários *Sol* e o *Expresso*, com um índice de publicação de uma edição a cada sexta e sábado, respectivamente, salvo excepções provocadas pela ocorrência de feriados. A unidade de análise deste trabalho corresponde aos conteúdos publicados sobre o computador 'Magalhães' nos semanários *Sol* e *Expresso*. É importante ter aqui presente o factor periodicidade, uma vez que "afecta os conteúdos e os discursos porque modifica a noção de actualidade" (Sousa, 2004b: 14). O facto de os semanários disporem de mais tempo do que os diários para aprofundarem e desenvolverem os temas que marcaram a cobertura ao longo da semana, faz com que se espere algo mais do que uma espécie de 'resumo da semana'.

Assim, é de supor que nas notícias dos semanários haja maior preocupação pela contextualização do assunto, e não tanto pela novidade em si. Com efeito, há uma predisposição maior para o trabalho de campo e maior ponderação na escolha das fontes e na abordagem dos temas. Tentaremos também perceber se existem diferenças na cobertura do computador 'Magalhães' entre a imprensa semanal e a imprensa diária e entre os semanários *Sol* e *Expresso*, assumindo que cada jornal tem uma determinada linha editorial. Segundo Sousa, (2004b: 15) os jornais portugueses são obrigados, por lei, a possuir um estatuto editorial "onde se plasmam as directrizes editoriais que regem a publicação e que os jornalistas são obrigados a respeitar, pelo menos, teoricamente".

Uma vez definido o *corpus* de análise, o estudo da cobertura do computador 'Magalhães' nos semanários pretende responder às seguintes questões:

- Qual o destaque dado à cobertura do computador 'Magalhães' na imprensa semanal?
- Quais os principais assuntos presentes na cobertura?
- O computador 'Magalhães' foi representado de forma positiva ou negativa?
- Quais as fontes mais ouvidas?
- Qual o papel da criança e qual a sua representação nas notícias sobre o computador 'Magalhães'?
- Que diferenças existem na cobertura entre os semanários? E entre a imprensa semanal e a imprensa diária?

A análise da cobertura foi dividida em duas fases: a primeira, relativa à análise da recolha ou à forma, e a segunda, relativa à análise de conteúdo das notícias. Os dados recolhidos foram, posteriormente, tratados através do programa de análise estatística SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). A análise referente à recolha permite obter um registo genérico do levantamento das peças dos semanários sobre o computador 'Magalhães'. Esta análise segue uma grelha de categorização, disponibilizada no Apêndice 1, contemplando as seguintes variáveis: o jornal e a data de publicação da peça, o género da peça e a secção a que pertence no jornal.

Por sua vez, a análise de conteúdo das notícias segue a grelha de categorização apresentada no Apêndice 2, contemplando um conjunto de categorias com diferentes funções designadas da seguinte forma: identificativas, espaciais, temáticas e representativas ou de representação. As categorias com função identificativa visam identificar a notícia no *corpus* de análise, dando a conhecer o título do texto, a referência temporal e o semanário em que foi publicado. As categorias espaciais posicionam a notícia no corpo do jornal e no corpo da página, permitindo medir o destaque do texto neste conjunto. Do ponto de vista do conteúdo dos discursos, as categorias temáticas enquadram a notícia na secção do jornal e determinam o assunto principal do discurso, permitindo conhecer os principais motivos de noticiabilidade. Relativamente às categorias de representação, a análise permite identificar e conhecer o modo como são representados os elementos presentes ou ausentes nos discursos textual e visual. Desta forma, atender-se-á aos tipos de fontes identificados no discurso, à representação da criança nas notícias, à conotação atribuída ao objecto de estudo e aos enfoques da literacia mediática.

3.3. Análise referente à recolha das peças dos semanários

A análise referente à recolha compreende a frequência de edições e de peças publicadas, a variação mensal das peças publicadas, a frequência de géneros jornalísticos identificados e o lugar da peça no jornal. Relativamente ao número de edições, contendo peças sobre o computador 'Magalhães', no total foram encontradas 69 edições e 121 peças, de um total de 208 edições publicadas pelos semanários *Sol* (104) e *Expresso* (104), no período de 24 meses. O número de edições com peças referentes ao 'Magalhães', traduz-se em mais de 33% do total de edições publicadas (Tabela 2), naquele período (Melro & Pereira, 2011: 422).

Tabela 2: Total de edições e de peças referentes ao computador 'Magalhães' nos semanários

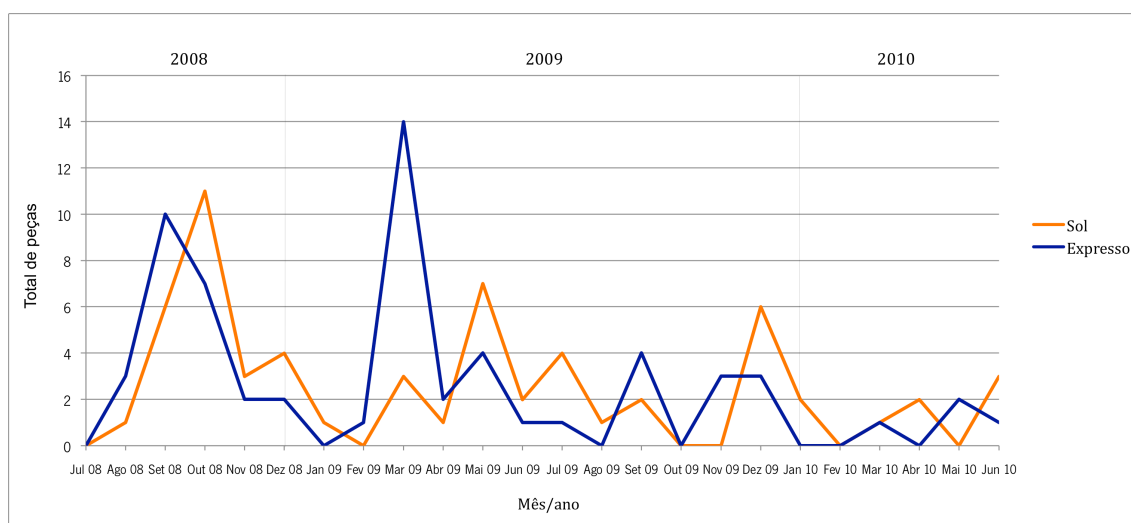
Semanários	Edições			Peças	
	N	%	Média/mês	N	Média/mês
<i>Sol</i>	37	35,8	1,5	60	2,4
<i>Expresso</i>	32	30,5	1,3	61	2,5
TOTAL	69	33,2	1,4	121	2,5

Fonte: Melro & Pereira, 2011: 422.

Considerando que cada semanário publica, em média, quatro edições por mês (o equivalente a uma edição por semana), a cobertura jornalística do computador 'Magalhães' no período de tempo estabelecido, apresenta um valor relativamente significativo (Melro & Pereira, 2011: 422). Como se pode observar na Tabela 2, cada semanário publicou, em média, pelo menos uma edição, por mês, contendo, no mínimo, duas peças sobre o computador 'Magalhães' (*ibidem*). De acordo com os dados da Tabela 2, ambos os jornais apresentam frequências muito próximas, quer no número de edições, quer no número de peças publicadas. No entanto, o registo de publicação não é uniforme, existindo meses em que a cobertura é mais acentuada e meses nos quais não são publicadas peças referentes ao computador.

Como se pode observar no Gráfico 2, relativo à variação mensal da frequência de peças sobre o 'Magalhães' nos semanários, os maiores índices de publicação situam-se nos meses de Setembro e Outubro de 2008, e Março, Maio e Dezembro de 2009. Atendendo aos assuntos noticiados, o primeiro 'pico' de noticiabilidade, entre Setembro e Outubro de 2008, constitui um período de destaque na produção noticiosa, pelo facto de coincidir com o início do ano lectivo, no qual começaram a ser distribuídos os primeiros computadores 'Magalhães' nas escolas. Em Março de 2009, o elevado número de peças resulta da denúncia dos erros ortográficos encontrados nos conteúdos do 'Magalhães', através do exclusivo publicado pelo *Expresso*. Por sua vez, em Maio e Dezembro de 2009, a ocorrência de peças deve-se, essencialmente, à publicação de assuntos sobre a adjudicação directa do computador à JP Sá Couto, e consequentes queixas na Comissão Europeia, resultando na posterior abertura do concurso público para nova distribuição de computadores. Mais adiante, aprofundaremos os momentos de noticiabilidade, registados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Variação mensal das peças publicadas no *Sol* e no *Expresso*



No que diz respeito ao género jornalístico, foram identificados nove géneros diferentes nos semanários. Os diferentes géneros jornalísticos constituem um sistema de regras que orientam a produção dos discursos. Segundo McQuail, “o género mediático pode ser considerado um mecanismo prático para ajudar qualquer meio de massas a produzir, de modo consistente e eficiente, e a relacionar a sua produção com as expectativas das suas audiências” (McQuail, 2003: 336). Desta forma, cada género segue uma estrutura previsível de narrativa.

Com base na proposta de classificação de Marques de Melo (1985: 45-48), agruparam-se os géneros identificados em duas categorias principais. A primeira, referente ao jornalismo informativo (breve, chamada ou manchete, notícia, reportagem e entrevista) e a segunda, referente ao jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crónica, caricatura e carta). No total, obtiveram-se 94 (78%) peças correspondentes a géneros informativos e 27 (22%) a géneros opinativos.

Tabela 3: Géneros jornalísticos identificados nos semanários

Géneros identificados	<i>Sol</i>	<i>Expresso</i>	TOTAL
Notícias	25	24	49
Breves	15	13	28
Comentários	8	6	14
Artigos de opinião	4	7	11
Chamadas de primeira página	6	1	7
Manchetes	1	3	4
Reportagens	0	4	4
Entrevistas	0	2	2
Outros	1	1	2
TOTAL	60	61	121

Como registado na Tabela 3, a notícia constitui o género jornalístico mais frequente na cobertura do computador 'Magalhães' pelos semanários, correspondendo a quase metade (40%) do total de géneros identificados. A publicação de breves é também significativa, devido ao facto de ser um assunto em constante desenvolvimento na actualidade. Por outro lado, as entrevistas constituem o género menos publicado.

Atendendo ao lugar do jornal onde a peça é publicada, procurou-se tipificar as secções de publicação com base nos suplementos e secções de cada jornal. Dado que cada jornal possui uma designação própria para cada secção, designaram-se as secções que, genericamente, se encontram presentes nos dois semanários (Tabela 4).

Tabela 4: Secções de publicação da peça nos semanários

Secção no jornal	<i>Sol</i>	<i>Expresso</i>	TOTAL
Política/sociedade	23	14	37
Suplemento de economia	9	13	22
Educação	0	19	19
Última página	12	2	14
Primeira página	4	9	13
Opinião	8	3	11
Resumo da semana	4	1	5
TOTAL	60	61	121

De acordo com os dados da Tabela 4, verifica-se que grande parte das peças foi publicadas nos domínios dedicados à política, economia e educação. Embora a secção Educação tenha sido de publicação exclusiva do semanário *Expresso*, alguns temas relacionados com a área surgem na secção *Política & Sociedade* do *Sol*. Mais adiante mostraremos os temas presentes nas notícias. A publicação nos suplementos de economia dos jornais em análise alcança, também, algum destaque na cobertura pelo facto de o computador ‘Magalhães’ ser representado como produto nacional de exportação pela JP Sá Couto. Na Tabela 4 observa-se, ainda, que o computador ‘Magalhães’ configura notícia de primeira página em 13 das 69 edições recolhidas (19%), a maior parte das vezes como chamada de primeira página. Já no total das edições conjuntas do *Sol* e do *Expresso* (280), publicadas no período de 24 meses, a representação do ‘Magalhães’ na primeira página é de quase 5%.

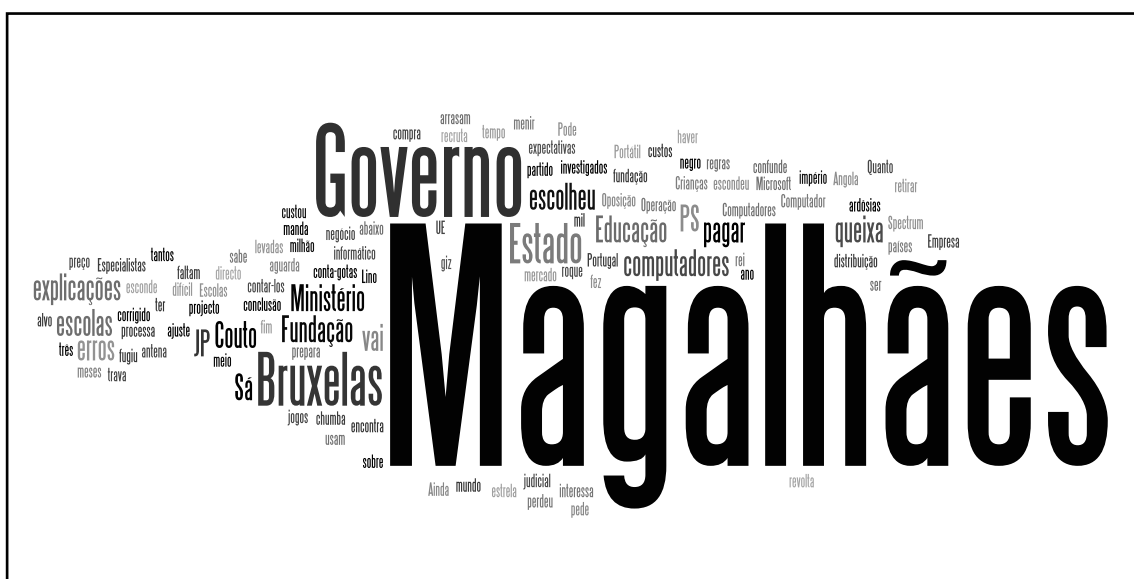
3.4. Análise referente ao conteúdo das notícias dos semanários

Nesta análise consideraram-se apenas as notícias publicadas no caderno principal de ambos os semanários, publicadas no período de 24 meses, de Julho de 2008 a Junho de 2010. Excluindo as nove notícias publicadas nos suplementos de economia, o *corpus* de análise é constituído por 40 notícias, distribuídas de forma relativamente equilibrada pelos dois jornais: 22 (18%) provenientes do jornal *Sol* e 18 (15%) do *Expresso*.

Como referido na metodologia, após a recolha e selecção das notícias, o tratamento seguiu uma grelha de codificação (Apêndice 2) elaborada previamente e parcialmente alterada à medida que os dados iam sendo tratados no programa de análise estatística SPSS.

Assim, em termos das categorias identificativas, construiu-se uma nuvem de palavras, que procura ilustrar as palavras mais frequentes nos títulos das notícias em análise (Figura 3).

Figura 3: Nuvem de palavras mais frequentes nos títulos das notícias sobre o ‘Magalhães’ com recurso à ferramenta *Wordle*¹⁴



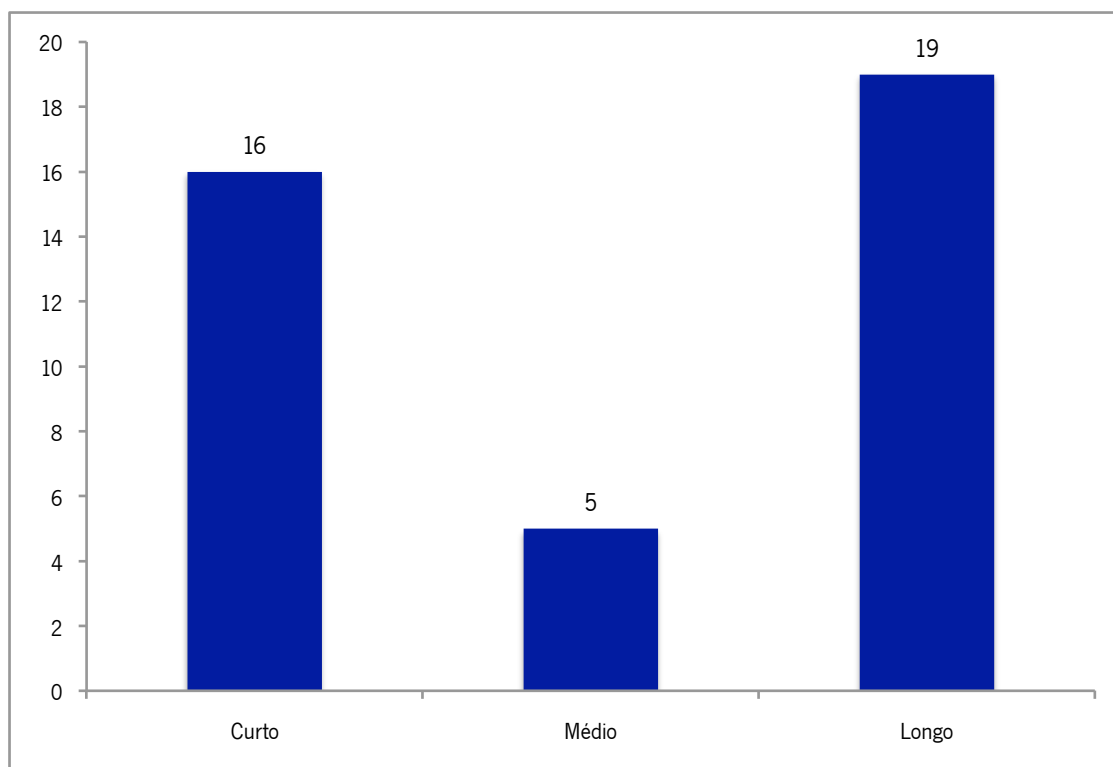
De entre 20 palavras ou termos mais frequentes nas notícias, destacam-se as referências ao computador ‘Magalhães’ (28%), ao governo (13%) e a Bruxelas ou à Comissão Europeia (6%) sendo que as restantes apresentam uma frequência pouco significativa, abaixo de 3%. Deste ponto de vista, é possível observar uma maior atenção, nos títulos, à questão da adjudicação directa do computador ‘Magalhães’ à empresa portuguesa e ao consequente envolvimento da Comissão Europeia no apelo à regularização da situação. Outra questão reside no facto de os títulos considerarem com mais frequência o computador em conjunto com o governo, em geral, do que com o Ministério da Educação, em particular.

Relativamente ao espaço que a notícia ocupa no corpo da página, definiu-se que o tamanho total de uma página corresponde a 100%. Deste modo, temos textos de tamanho curto, ou breves, (menor que 30%), de tamanho médio (entre 30% e 60%) e de tamanho longo (maior que 60%). Os dados fornecidos pelo Gráfico 3 indicam que as notícias sobre o computador

¹⁴ <http://www.wordle.net/>.

‘Magalhães’ foram sobretudo publicadas em textos de tamanho curto e longo, evidenciando o destaque atribuído ao objecto de análise, quer pelo aprofundamento do assunto nas notícias, quer pelo factor continuidade.

Gráfico 3: Dimensão da notícia nas páginas dos jornais



De acordo com o Gráfico 3, as notícias sobre o computador ‘Magalhães’ foram publicadas como peça principal da respectiva página em quase metade (47,5%) do *corpus* de análise. Assim, importa conhecer em que temáticas se enquadram as notícias na estrutura do jornal.

Na Tabela 5 é possível observar que há uma maior distribuição das notícias pelas secções “Política & Sociedade” (47,5%), no caso do *Sol*, e “Educação” (27,5%), no caso do *Expresso*. Os restantes itens apresentam uma frequência pouco representativa. Porém, atendendo a que cada semanário apresenta designações específicas para identificar uma determinada área temática do jornal, entendemos que a secção onde a notícia se encontra necessita de ser compreendida à luz de outros critérios. Com efeito, foram definidas categorias temáticas para a análise, nomeadamente, os temas: “político-legal”, “educação”, “economia” e “outros” (Apêndice 2).

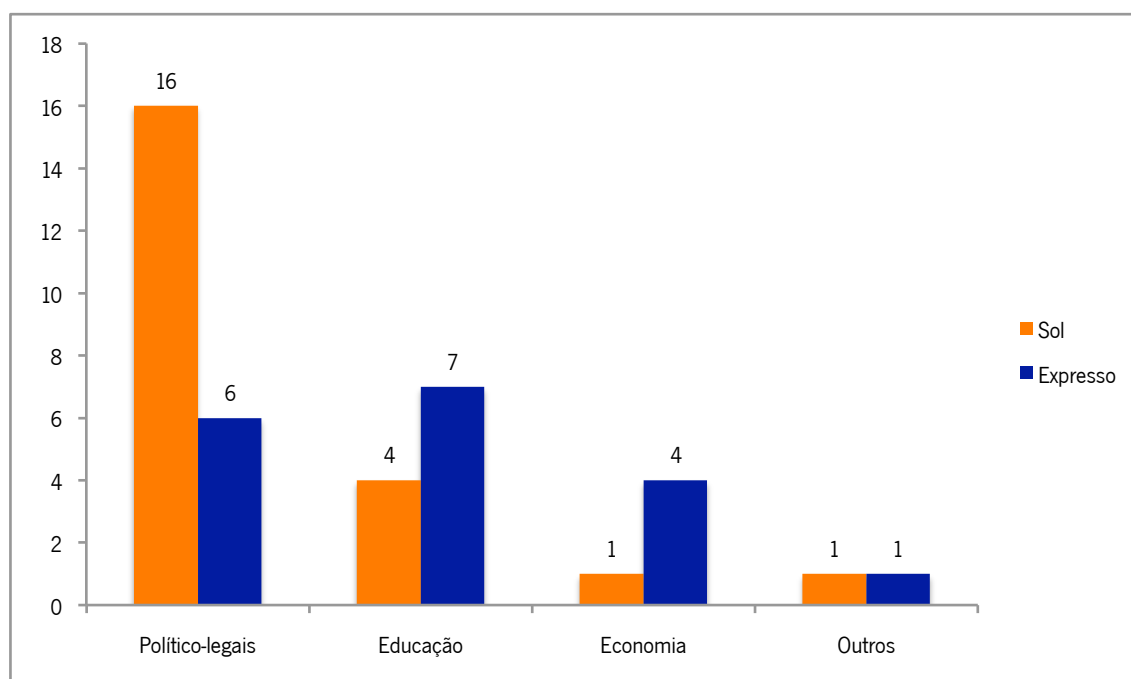
Tabela 5: Secção do jornal correspondente às notícias publicadas nos semanários

Secção	<i>Sol</i>	<i>Expresso</i>	TOTAL
Política & Sociedade	19	0	19
Educação	0	11	11
Resumo da semana	3	1	4
Contracapa	0	1	1
Parlamento	0	2	2
Plano Tecnológico	0	1	1
Polémica	0	2	2
TOTAL	22	18	40

Na categoria “político-legal”, incluem-se as notícias cujo assunto principal se relaciona com a adjudicação directa e posterior concurso público do 'Magalhães', com o financiamento da FCM, e com o desenvolvimento da Comissão de Inquérito Parlamentar, entre outros. O tema “economia” refere-se às notícias sobre o mercado financeiro, por exemplo, em relação aos lucros da JP Sá Couto com a exportação do computador. A temática “educação”, por seu turno, engloba os assuntos relacionados com a distribuição dos computadores nas escolas, os conteúdos educativos do 'Magalhães', a formação de professores, entre outros (Melro & Pereira, 2011: 423).

Segundo os dados do Gráfico 4, os conteúdos publicados na temática “político-legal” continuam associados ao semanário *Sol* e os da área da “educação”, ao *Expresso*, embora se verifique maior distribuição de notícias por outros temas, comparativamente com os dados da Tabela 5. A partir do Gráfico 4, observamos que o tema “político-legal” representa a maioria em 55%, seguindo-se a “educação” (27,5%), “economia” (12,5%), e “outros” (0,05%).

Gráfico 4: Temas presentes nas notícias do *Sol* e do *Expresso*



Conhecido o enquadramento das notícias por diferentes áreas temáticas, importa identificar os assuntos que motivaram a publicação. De certa forma, pretende-se responder à pergunta “o quê”, presente no *lead* da notícia. Ou seja, aos “acontecimentos, acções e ideias sobre as quais a notícia vai informar” (Fontcuberta, 1999: 60). A frequência com que determinado acontecimento é noticiado na imprensa permite-nos dar conta da sua importância no espaço público. Assim, a Tabela 6 apresenta a ocorrência dos principais assuntos veiculados nas notícias sobre o computador ‘Magalhães’, nos semanários.

Em termos gerais, os assuntos mais publicados nas notícias estão relacionados com a adjudicação directa e financiamento do computador ‘Magalhães’, debatidas na Comissão de Inquérito (30%), que se somados à antecedente actuação da Comissão Europeia (CE), sobre o mesmo problema, representam 42,5% do total das notícias. Seguem-se os atrasos na distribuição do computador e os erros ortográficos nos programas educativos. No entanto, complementando com os dados do Gráfico 4, existem diferenças no destaque dado a determinados assuntos, por cada jornal. No *Sol*, por exemplo, a questão dos problemas em torno da adjudicação e financiamento do computador, bem como a actuação da CE e os atrasos na distribuição, constituem assuntos com mais relevo que no *Expresso*. Por sua vez, o *Expresso* atribui mais importância aos erros ortográficos, à formação de professores e à exportação do ‘Magalhães’.

Tabela 6: Principais assuntos das notícias do *Sol* e do *Expresso*

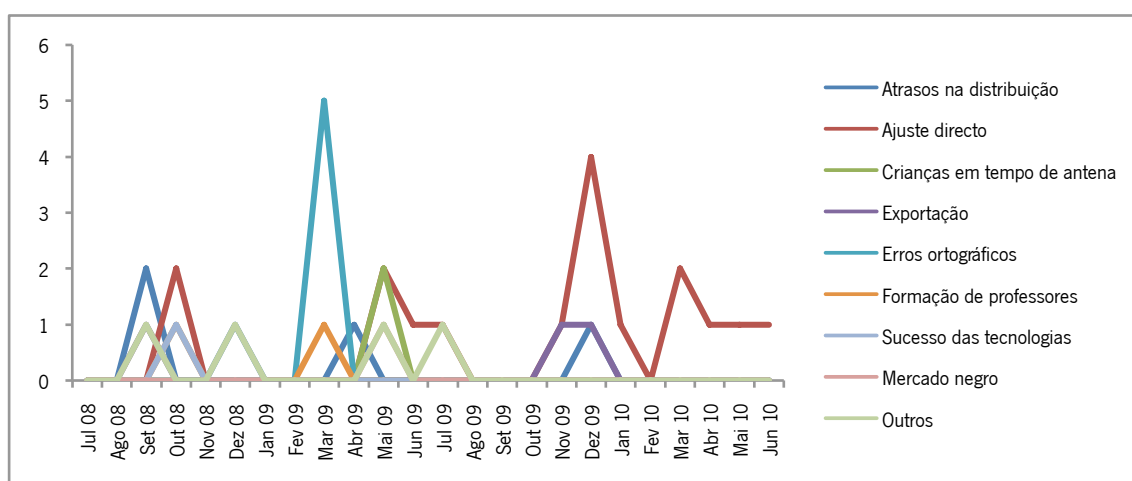
Motivo de noticiabilidade	<i>Sol</i>	<i>Expresso</i>	TOTAL
Número de computadores inferior ao anunciado/Atrasos de distribuição/Escolas sem computadores	4	1	5
Computadores vendidos no mercado negro	0	1	1
Acusações Governo (CPI)/Financiamento FCM/Custo Magalhães/Ajuste directo	8	4	12
Queixas à CE ajuste directo/CE censura e pressiona Portugal	5	0	5
Crianças obrigadas a fingir para tempo de antena PS	1	1	2
Ligações à Internet abaixo do esperado	1	0	1
Exportação/Interesse de países no programa	0	3	3
Outros	2	1	3
Sucesso das tecnologias no ensino	0	1	1
Professores indignados com formação em TIC	0	2	2
Erros ortográficos no Magalhães/Responsabilidade recai sobre o ME/impactos na aprendizagem	1	4	5
TOTAL	22	18	40

Pretendendo conhecer em que períodos de tempo foram publicados determinados assuntos, cruzaram-se as categorias “noticiabilidade” com os respectivos mês e ano de publicação. No Gráfico 5, observa-se que, de certa forma, a problemática em torno do financiamento e do ajuste directo do ‘Magalhães’ surge, mais ou menos, evidente ao longo dos 24 meses de cobertura, constituindo, como vimos, o principal assunto nas notícias dos semanários portugueses, e ocorrendo com maior intensidade a partir da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, em finais de 2009 e início de 2010.

De forma similar, a questão dos atrasos na distribuição do computador ‘Magalhães’ nas escolas foi um tema presente ao longo do período de cobertura, sobretudo, no início de cada ano lectivo, entre os meses de Setembro e Outubro. Existem, no entanto, certos assuntos que são

noticiados esporadicamente. Realce-se, a propósito, o caso do exclusivo do *Expresso*, noticiado a 7 de Março de 2009¹⁵, sobre a denúncia feita pelo deputado, não inscrito, José Paulo Carvalho a propósito da existência de erros ortográficos no *software* do computador ‘Magalhães’. No *Expresso*, a denúncia da situação, mobilizou, posteriormente, a tentativa de corrigir o problema pelo Ministério da Educação e pela empresa produtora do *software*, Caixa Mágica, tendo originado um período de distribuição de *pens* nas escolas, contendo a versão actualizada do programa educativo. Os restantes assuntos, noticiados de forma pontual, dizem respeito à venda de computadores no mercado negro, às imagens de crianças em tempo de antena do PS, à polémica formação de professores e de coordenadores TIC, e à distribuição de computadores nas tropas nacionais, entre outros. No Apêndice 3 descrevem-se em mais pormenor a distribuição dos assuntos noticiados pelo *Sol* e pelo *Expresso*, ao longo dos 24 meses de cobertura do computador ‘Magalhães’.

Gráfico 5: Variação mensal da noticiabilidade nos semanários



Atendendo ao tom das notícias sobre o ‘Magalhães’, o tom positivo refere-se à associação de factos positivos relacionados com o computador. Por seu turno, o tom negativo refere-se à associação do computador a casos problemáticos.

Na Tabela 7, comprova-se que há, de facto, um predomínio do tom negativo nas notícias analisadas (90%). Como mostra o Gráfico 5, os principais problemas associados ao computador ‘Magalhães’ referem-se aos atrasos na distribuição, ao problema do ajuste directo, às imagens de crianças em tempo de antena do PS, aos erros ortográficos, à polémica em torno da

¹⁵ O exclusivo refere-se à notícia do *Expresso* de Filipe Santos Costa, a 7 de Março de 2009, intitulada, “Magalhães tem tantos erros que é difícil contar-los”.

formação de professores e à venda de computadores no mercado negro. Por outro lado, os casos associados ao tom positivo dizem respeito ao sucesso da exportação do computador e à implementação das tecnologias, nomeadamente, dos quadros interactivos, nas salas de aula.

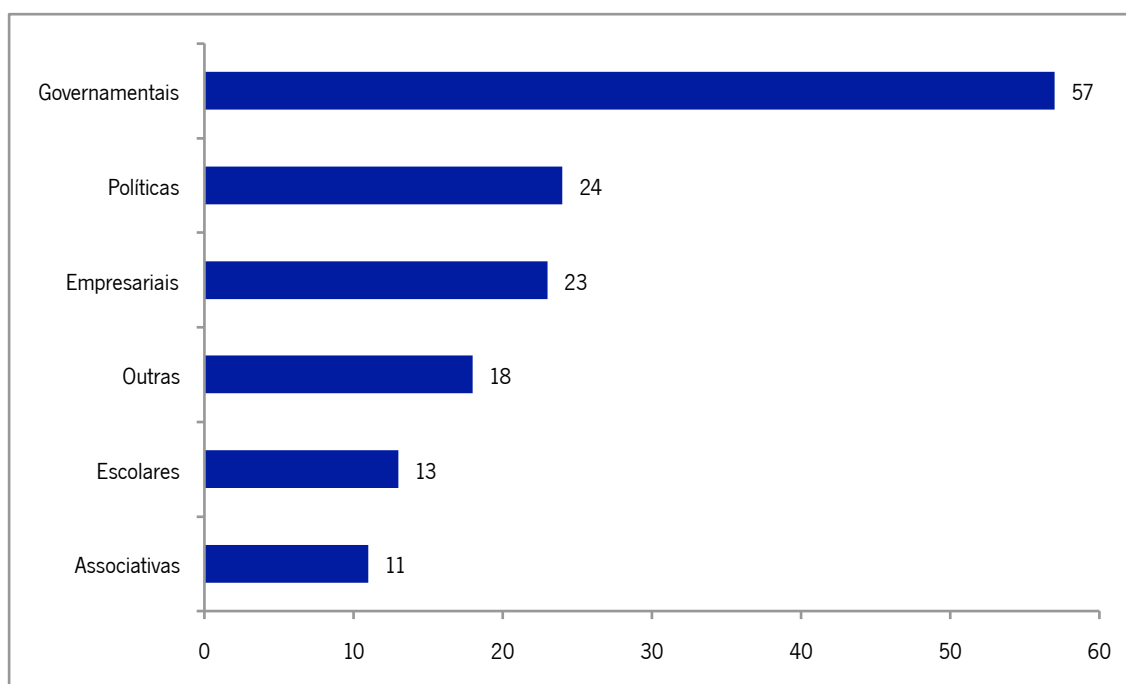
Tabela 7: Tom das notícias sobre o computador 'Magalhães'

Tom	Frequência	Percentagem (%)
Positivo	3	7,5
Negativo	36	90,0
Neutro	1	2,5
TOTAL	40	100,0

Em relação às fontes de informação identificadas nos discursos noticiosos, procedeu-se ao agrupamento das entidades nos seguintes conjuntos de fontes, descritas em pormenor no Apêndice 4: fontes governamentais (ministérios, Direcções Regionais de Educação, Plano Tecnológico da Educação, autarquias, outras entidades estatais e Comissão Europeia); fontes políticas (Comissão de Inquérito, partidos políticos e deputados independentes); fontes empresariais (Intel, JP Sá Couto, Microsoft, Caixa Mágica, operadoras de telecomunicações móveis e outras empresas); fontes associativas (associações de pais, sindicatos dos professores e outras organizações não governamentais); fontes escolares (directores, professores, coordenadores TIC, alunos, encarregados de educação); e outras fontes não identificadas ou anónimas. O Gráfico 6 refere-se às frequências de cada conjunto de fontes presentes nas notícias dos dois jornais.

Segundo os dados do Gráfico 6, existe uma predominância de fontes governamentais (39%) em relação ao total das 146 fontes identificadas no *corpus* de análise (Apêndice 4). De entre as fontes mais citadas, situam-se o ex-primeiro-ministro, José Sócrates, o ex-ministro das Obras Públicas, Mário Lino e as ex-ministras da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues e Isabel Alçada. Se somarmos o conjunto das fontes governamentais e das fontes políticas, obtemos uma maioria de 55%, o que demonstra uma certa tendência para a presença de discursos oficiais nas notícias analisadas.

Gráfico 6: Tipos de fontes identificadas nas notícias



Por outro lado, os elementos das escolas, em particular, professores, encarregados de educação e alunos, constituíram o conjunto de fontes menos citadas (9%). Ao liderarem o grupo das fontes escolares, os professores alcançam particular relevo devido aos seguintes assuntos: à polémica emergida em torno da formação de professores (“A revolta do ‘Magalhães’”¹⁶); ao aparecimento de erros ortográficos em *software* do ‘Magalhães’ (“Especialistas arrasam Ministério da Educação”¹⁷); às crianças filmadas para tempo de antena do PS (“Crianças levadas a mentir para tempo de antena do PS”¹⁸); e ao uso e não uso do computador em sala de aula (respectivamente, “O fim do giz e das ardósias”¹⁹ e “Escolas não usam o Magalhães”²⁰). Da mesma forma, a notícia sobre o uso do computador e dos quadros interactivos em sala de aula, a par com o problema das imagens de crianças em tempo de antena do PS, constituíram os únicos assuntos que conduziram à recolha de depoimentos de pais ou encarregados de educação.

Em relação à criança ou aluno, ela é citada apenas uma vez, no total das notícias em análise. Porém, a única apresentação da criança, em discurso directo, acaba por não constituir fonte directa, tratando-se da reprodução de depoimentos dados pelos alunos, no vídeo publicado

¹⁶ Cardoso, M. & Tomás, C. (2008) ‘A revolta do ‘Magalhães’’, *Expresso* de 18 de Outubro de 2008.

¹⁷ Neves, A. L. (2009a) ‘Especialistas arrasam Ministério da Educação’, *Expresso* de 7 de Março de 2009.

¹⁸ LUSA (2009) ‘Crianças levadas a mentir para tempo de antena do PS’, *Expresso* de 1 de Maio de 2009.

¹⁹ Tomás, C. (2008) ‘O fim do giz e das ardósias’, *Expresso* de 4 de Outubro de 2008.

²⁰ Bastos, J. P. (2009) ‘Escolas não usam o Magalhães’, *Expresso* de 14 de Março de 2009.

em tempo de antena do Partido Socialista, no qual surgem imagens, não autorizadas, de crianças a usarem o ‘Magalhães’ em sala de aula²¹. Apesar da inexistência da criança ou aluno enquanto fonte de informação nas notícias dos semanários sobre o computador ‘Magalhães’, a sua presença como referência secundária²² ocorre em 31 das 40 notícias (77,5%) analisadas (Melro & Pereira: 424). Os dados da Tabela 8 referem-se à frequência com que os elementos do sistema educativo (alunos, professores, encarregados de educação) e escolas, em geral, constituem referência secundária no discurso. Como se pode observar, esses elementos apresentam-se mais frequentemente como referência secundária do que como fonte de informação, em particular, no caso da criança ou aluno.

Tabela 8: Referência a elementos do sistema educativo nas notícias

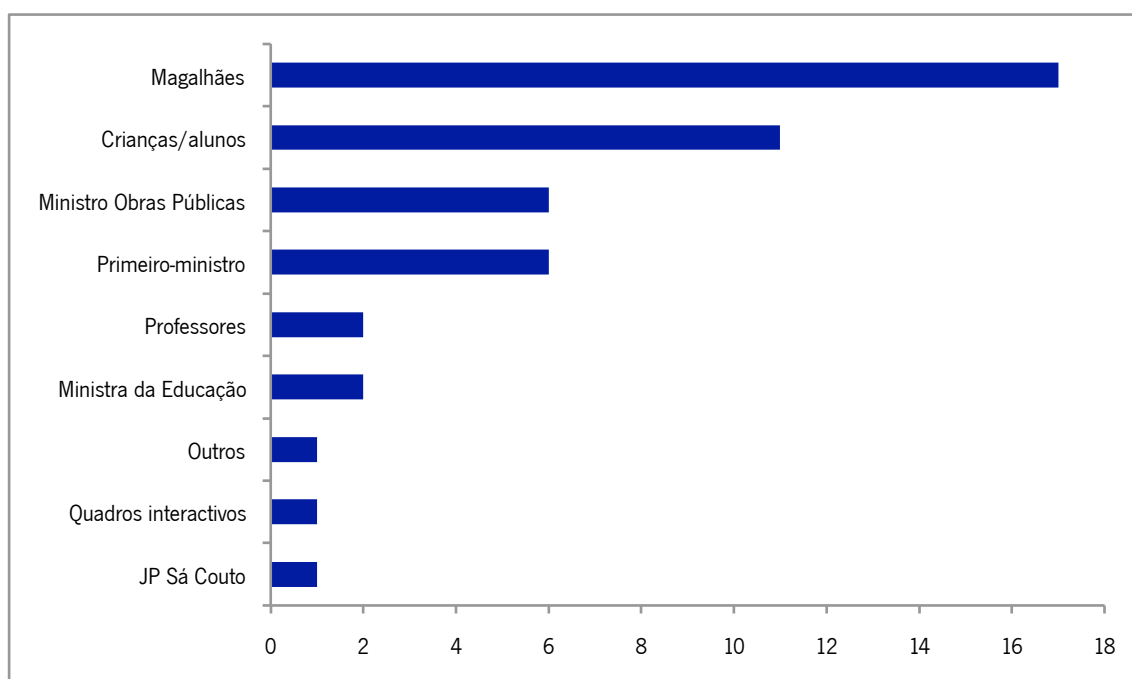
Elementos	Frequência
Criança ou aluno	31
Pais ou encarregados de educação	7
Professores	9
Formadores e Coordenadores TIC	2
Escolas	20
TOTAL	69

Para além de constituir forte presença enquanto referência secundária (Tabela 8), a criança é também frequentemente representada nas imagens que acompanham as notícias sobre o computador ‘Magalhães’. De um total de 23 imagens, em 40 notícias, a criança surge 11 vezes, o que representa uma presença em quase metade (48%) nas imagens publicadas (Gráfico 7), imediatamente abaixo do objecto central de discussão, o computador ‘Magalhães’ (74%). Realce-se que na quase totalidade dos casos (90,9%) em que a criança é representada nas imagens, ela encontra-se em interacção com o computador ‘Magalhães’ (Tabela 9).

²¹ Os depoimentos da criança surgem somente na notícia de 1 de Maio de 2009 do semanário *Sol*, publicada na secção “Semana em Revista”, com o título, “PS confunde Estado e partido” (LUSA, 2009b).

²² Por referência secundária, entenda-se a referência de determinado elemento, em discurso indirecto e sem constituir fonte de informação.

Gráfico 7: Elementos presentes nas imagens das notícias dos semanários



Os elementos governamentais, em especial, o primeiro-ministro José Sócrates, o ex-ministro das Obras Públicas, Mário Lino, e a ex-ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, configuram, no seu conjunto, a presença em mais de metade das imagens publicadas (60,8%). Na Tabela 9, observa-se que a presença de elementos do governo juntamente com crianças, em sala de aula, ocorre em 4 (17, 4%) das 23 imagens. A Figura 4 ilustra um exemplo deste tipo de cenário, recorrente nas imagens que acompanham o discurso noticioso sobre o computador 'Magalhães'. Frequentemente as imagens utilizadas nas notícias sobre o 'Magalhães' remetem para uma situação diferente da relatada no assunto principal da notícia, como mostra o título da imagem (Figura 4).

Tabela 9: Combinação entre os elementos representados nas imagens

	Governo	Alunos	Professores	Empresas	Magalhães
Governo	3	4	0	0	10
Alunos	4	0	1	0	10
Professores	0	1	0	0	0
Empresas	0	0	0	0	1
Magalhães	10	10	0	1	0

Figura 4 – Exemplo de imagem reproduzida nas notícias



Fonte: Lima, R.P. (2009) no *Expresso* de 12 de Dezembro de 2009. Foto de Pedro Ferrari/LUSA.

Como referido, a criança ou aluno não constituiu fonte de informação nas notícias dos semanários sobre o computador 'Magalhães' mas foi frequentemente utilizada como referência secundária nos textos e como elemento de ilustração nas imagens. Deste modo, importa conhecer de que forma a criança foi representada ao longo do discurso.

Partindo das representações da criança nas notícias, identificadas por Cristina Ponte (2009: 43)²³, no estudo *Crianças e Jovens em Notícia*, criaram-se categorias que permitissem diferenciar as várias formas de representação da criança nos textos noticiosos (Melro & Pereira, 2011: 421). Assim, o aluno “destinatário” refere-se à criança enquanto destinatário da política de distribuição do computador 'Magalhães'. Nestes casos, os discursos colocam o aluno numa posição passiva, como recipientes das políticas governamentais. São exemplos, orações do género: “computador 'Magalhães' destinado a alunos do 1º ciclo do ensino básico”. Por sua vez, o aluno “capacitado” encontra-se referido nos casos em que a representação das capacidades

²³ No estudo, a investigadora identifica quatro representações da criança nas notícias: *criança-aluno*, *criança ameaçada*, *criança maltratada* e *criança investida* (Ponte, 2009: 49).

do aluno são potenciadas pela relação com o computador 'Magalhães'. Por último, o aluno "desfavorecido" é referido em contextos de desigualdade social, como vítima das falhas no sistema de distribuição dos computadores. São exemplos as orações do género: "alunos sem computadores". Neste tipo de representação, os jornalistas desempenham um papel de responsabilidade social, tendendo a agir proactivamente em defesa dos direitos da criança. Na Figura 5 encontram-se três exemplos relativos às representações do aluno, nas notícias sobre o computador 'Magalhães', nos semanários.

Figura 5: Exemplos de representações da criança ou aluno nas notícias

Aluno "destinatário"	Aluno "capacitado"	Aluno "desfavorecido"
<p>O GOVERNO não sabe quanto custam os programas 'e-escolas' (dirigido aos alunos e professores do ensino secundário) e 'e-escolinhas' (para os alunos do 1.º ciclo), nem qual o montante que as operadoras de telecomunica-</p> <p>Rosa & Davim (2008) 'Governo não sabe preço dos computadores', <i>Sol</i> de 18 de Outubro de 2008.</p>	<p>lápiz". "Além dos conhecimentos específicos da disciplina, os alunos adquirem competências transversais, como o uso do e-mail, a participação em fóruns ou o trabalho em grupo", conclui.</p> <p>Tomás, C. (2008) 'O fim do giz e das ardósias', <i>Expresso</i> de 4 de Outubro de 2008.</p>	<p>Magalhães. Apesar do anúncio do Ministério da Educação de que os computadores do programa 'e-escolinhas' seriam entregues antes das férias da Páscoa, ainda há alunos do 1.º ciclo que não receberam os portáteis.</p> <p>Davim, M. (2008) 'Ainda faltam 80 mil Magalhães nas escolas', <i>Sol</i> de 24 de Abril de 2009.</p>

Atendendo aos dados fornecidos pela Tabela 10, verifica-se que em 31 dos casos em que a criança ou aluno é referida no corpo das notícias, na sua maioria (51,6%), a criança é entendida como destinatário do computador 'Magalhães'. Por seu turno, a representação do aluno "capacitado" é menos frequente. Com alguma relevância está, também, a representação do aluno "desfavorecido", segundo a qual os *media* agem como meio de pressão sobre o sistema governamental para agilizar o processo de distribuição dos computadores nas escolas.

De modo similar, tentou-se identificar as representações de pais e professores mas devido ao reduzido número de casos, os resultados não permitem obter dados relevantes. No entanto, refira-se que, de forma geral, os pais e professores situam-se nas notícias como elementos carregados de indignação, porém, "apoiantes da iniciativa". Indignados pela "falta de informação e de orientação", quer sobre as regras de aquisição, quer sobre os usos do portátil

na sala de aula, mas “apoiantes da iniciativa”, pelo sucesso das novas tecnologias na aprendizagem (Melro & Pereira, 2011: 425).

Tabela 10: Frequência dos tipos de representação da criança ou aluno nas notícias

Aluno	Frequência
Destinatário	16
Desfavorecido	9
Capacitado	3
Outros	3
TOTAL	31

Fonte: Melro & Pereira, 2011: 425.

No intuito de perceber a representação da relação das novas tecnologias, em particular do computador ‘Magalhães’ com a aprendizagem das crianças, procurou-se identificar em que esferas ideológicas se situam as notícias sobre o computador ‘Magalhães’, em termos de abordagem à literacia digital. Deste modo, pretende-se observar se o computador é representado mais ao nível do acesso à tecnologia ou da capacitação (Melro & Pereira, 2011: 422). Partindo da noção de McQuail (2003: 92) sobre a *centração* nos *media*, a representação do computador ‘Magalhães’ em torno do acesso às novas tecnologias enfatiza o carácter instrumental, enquanto a esfera relativa à capacitação foca-se nas práticas do indivíduo com a tecnologia. A perspectiva associada à capacitação refere-se ao desenvolvimento da relação do indivíduo com as novas tecnologias, de forma a potenciar a construção de competências e pensamento crítico, apoiando-se, de certa forma, na perspectiva teorizada por McQuail relativa à *centração* na sociedade (*ibidem*).

Para a presente análise, considerou-se que cada esfera, tecnologia e capacitação, pode ser entendida à luz dos seguintes aspectos: acesso, usos, aprendizagem e segurança na Internet (Melro & Pereira, 2011: 422). Assim, o acesso pode ser visto como o acesso à tecnologia ou como acesso à educação para os media. Da mesma forma, os usos e a aprendizagem podem ser representados de um ponto de vista instrumental ou revelando preocupação pelas competências, de literacia mediática. Por último, a perspectiva relacionada com a segurança pode ser centrada nos riscos da criança na Internet, revelando um carácter proteccionista, ou na promoção de uma maior autonomia da criança na relação com as novas tecnologias (*ibidem*).

Atendendo aos enfoques da literacia mediática nos discursos noticiosos sobre o computador ‘Magalhães’, obteve-se o seguinte quadro da Tabela 11.

Tabela 11: Esferas de representação da literacia dos *media* digitais nas notícias

	Acesso	Usos	Aprendizagem	Segurança	TOTAL
Tecnologia	11	5	5	0	21
Capacitação	0	0	0	0	0
TOTAL	11	5	5	0	21

Fonte: Melro & Pereira, 2011: 425.

De acordo com a Tabela 11, nos casos em que foi possível identificar uma tendência em torno da literacia mediática, a sua representação, nas notícias, apresenta, na totalidade, uma orientação centrada na esfera da tecnologia, sobretudo na questão do acesso ao computador. Cruzando com os dados da Tabela 4, relativa aos motivos de noticiabilidade, poder-se-á dizer que, em parte, tal ocorrência deve-se aos discursos produzidos sobre os atrasos na distribuição de computador, implicando falhas no acesso. Por outro lado, os usos e a aprendizagem, na esfera da tecnologia, são representados quer do ponto de vista do sucesso das tecnologias no ensino, quer como consequência dos erros encontrados no software do computador. Em torno da esfera da capacitação, as notícias não revelaram qualquer ocorrência.

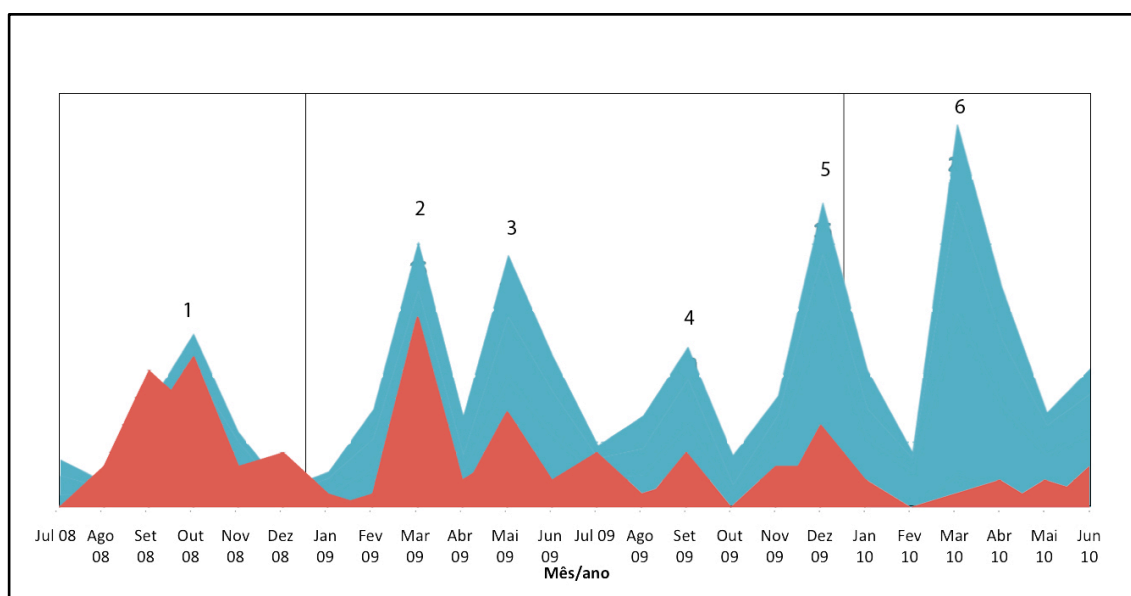
3.5. Discussão dos resultados

Apresentados os resultados, dedicaremos este ponto à discussão dos dados obtidos atendendo ao quadro teórico, percorrido nos capítulos anteriores, e às entrevistas realizadas aos jornalistas do *Sol* e do *Expresso* (Apêndices 5 e 6). Relembrando as questões de investigação, expostas no ponto anterior, abordaremos os seguintes tópicos: o destaque da cobertura do computador ‘Magalhães’ nos semanários; a diferença de cobertura entre os semanários e entre a imprensa diária *online*; os principais assuntos veiculados pelos semanários; as fontes de

informação mais ouvidas; a representação da criança nas notícias; e as perspectivas da cobertura do ‘Magalhães’ pelos semanários.

Na imprensa semanal, a cobertura do computador ‘Magalhães’ não difere muito da produzida pelos diários *online* (*Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*) Em termos gerais, os maiores índices de publicação situam-se, praticamente, nos mesmos meses. Na tentativa de ilustrar os picos de maior publicação de peças sobre o ‘Magalhães’, em ambos os meios, o Gráfico 8, apresenta a sobreposição dos gráficos obtidos nas duas análises. Refira-se que, em termos de escala, o gráfico não está proporcionalmente representado, servindo apenas para fins de visualização dos picos de publicação no correspondente período de tempo.

Gráfico 8: Índices de publicação das peças publicadas pelos semanários (vermelho) e pelos diários *online* (azul), ao longo de 24 meses



Atendendo ao Gráfico 8, o computador ‘Magalhães’ foi um assunto da actualidade, com certa continuidade no espaço público, ao longo dos 24 meses em estudo. Em ambos os meios, destacam-se seis principais momentos em que ocorre uma maior frequência de peças publicadas. Num primeiro momento, as notícias referem-se, sobretudo, aos atrasos na distribuição do computador, no início do ano lectivo, entre Setembro e Outubro de 2008. Seguidamente, em 2009, surgem a questão dos erros ortográficos no computador, o problema da formação dos professores e o uso de imagens de crianças em tempo de antena do Partido

Socialista, entre outros. Entre o final de 2009 até Junho de 2010, os assuntos que mais marcaram a cobertura na imprensa remetem, essencialmente, para o desenvolvimento da Comissão de Inquérito Parlamentar, sobre o problema do financiamento do computador e a adjudicação directa à JP Sá Couto. Pontualmente, neste período, são também publicadas notícias sobre a exportação do 'Magalhães' para o estrangeiro. Genericamente, estes foram os temas mais visíveis ao longo da cobertura, quer pela imprensa diária *online*, quer pelos semanários.

Como seria expectável, os diários *online* noticiam outros assuntos que não são contemplados pelos semanários. Por exemplo, o lançamento do computador 'Magalhães', em Julho de 2008, não é considerado nos semanários até ao início do ano lectivo, em Setembro do mesmo ano. Devido à especificidade da imprensa semanal, os jornalistas entrevistados explicam que os assuntos com menos destaque, nos diários, alcançam menos probabilidade de serem noticiados nos semanários: "Como saem uma vez por semana, têm de escolher as notícias que têm maior impacto e só vão falar de alguma coisa sobre a qual tenham algo de novo a dizer" (jornalista do *So*); "Como semanário, o *Expresso* não segue o alinhamento noticioso dos diários. Isto é, não desenvolve alguns temas" (jornalista do *Expresso*). Deste modo, o impacto que determinado assunto alcança na imprensa diária parece constituir factor de representatividade na noticiabilidade dos semanários, pela justificação de um aprofundamento do tema, em determinado contexto.

O facto de as notícias sobre o lançamento do computador surgirem mais tardiamente nos semanários, deve-se, no caso, à sazonalidade do tema: "se foi anunciado que os computadores 'Magalhães' iam ser distribuídos, depois só faz sentido voltar a pegar no assunto, e perceber como é que está a correr essa distribuição, quando começa o ano lectivo" (jornalista do *So*). Para os jornalistas, os meses de Julho e Agosto são meses em que "não acontece nada nas escolas" (*ibidem*), existindo pouca matéria sobre temas que dizem respeito à Educação, derivado ao encerramento das escolas para período de férias. Com efeito, o computador 'Magalhães' começa a ser noticiado, nos semanários, quando arranca o ano lectivo e, com isso, são conhecidos os atrasos na distribuição do computador.

Relativamente à questão da existência de diferença de tratamento nas notícias sobre o computador 'Magalhães' entre os dois semanários, os resultados mostraram que em termos de número de peças e de notícias produzidas, e dos meses de publicação, as diferenças não foram significativas. Por outro lado, verificou-se um maior índice de publicação em matéria educativa

no *Expresso* e em questões político-legais no *Sol*. Contudo, regra geral, ambos os jornais retratam os mesmos assuntos com maior ou menor destaque. De acordo com Dominique Wolton (2009: 73), “mais informação não cria mais diversidade, mas antes, uma maior racionalização e estandardização”, consolidando a noção de que os *media* se reproduzem uns aos outros.

A seguir à publicação dos atrasos na distribuição do computador nas escolas, os semanários dão a conhecer os problemas relacionados com o financiamento e adjudicação do ‘Magalhães’, tornando-se o principal assunto presente de forma contínua ao longo da cobertura. Segundo os dados da Tabela 8, apresentada no ponto anterior, os assuntos mais noticiados (42,5%) dizem respeito aos problemas sobre a adjudicação directa e financiamento do computador ‘Magalhães’, debatidos na Comissão de Inquérito e na Comissão Europeia. Desta forma, ao constituir o assunto com maior destaque, poder-se-á dizer que a cobertura do computador ‘Magalhães’ foi marcada por um jornalismo vigilante dos poderes do estado. Dadas as circunstâncias que deram origem à abertura da Comissão de Inquérito, nomeadamente, a actuação do governo no financiamento da FCM e, consequentemente, a adjudicação directa do ‘Magalhães’ à JP Sá Couto, sem concurso público, entre outras polémicas, presenciou-se um jornalismo de combate à corrupção pela denúncia das irregularidades do sistema governamental.

A imprensa semanal actuou na perspectiva romântica do jornalismo, como contra-poder “das instituições perante os desvios, as prepotências e os abusos do poder” (Mesquita, 2003:74), na prossecução pelos ideais de verdade, interesse público e transparência democrática. Assim o defende o jornalista do *Expresso*: “damos mais destaque quando estamos a criticar ou descobrimos uma situação de corrupção ou de ilegalidade...e que desperta mais a denúncia da situação do que propriamente um elogio de uma medida positiva”. Também para o jornalista do *Sol*: “é natural que se torne mais importante, naquele momento, a questão da gestão do dinheiro público porque [parece-me] que é um valor notícia, neste caso específico, mais importante.” Há, portanto, um dever social de fornecer informação e de combater a censura e a corrupção, tal como disposto no art.º nº2 do Código Deontológico dos Jornalistas (1993), constituindo um dos principais esforços na conquista da liberdade de expressão, essencial ao exercício do jornalismo.

Por outro lado, a presença de outros assuntos, considerados mais periféricos, apresenta pouco impacto. Ao defenderem a questão da responsabilidade social, perante as irregularidades

do Estado, os semanários oferecem “um menu noticioso que é carregado de sentido ideológico, [alegando] que essas são as matérias que “importa saber” e que as formas que se apresentam são as “naturais e certas” (Ponte, 2004: 60). A cobertura dos aspectos ligados à educação no caso ‘Magalhães’ foi um tema com menos impacto (27,5%, comparativamente a 55% dos temas “político-legais”, ver Gráfico 4), justificando-se a sua presença, quer pela especificidade do meio, quer pela relevância relativamente ao assunto polémico principal. Apesar da publicação dos problemas com os atrasos na distribuição ou dos erros no computador, os aspectos pedagógicos foram pouco noticiados. Segundo o jornalista do *Sol*, “é natural que a perspectiva pedagógica não tenha tido tanto destaque nos semanários porque, neste caso, é diferente fazer uma notícia para televisão em que se pode falar com alguns pais e crianças que podem dar algumas impressões ali no momento sobre o computador e sobre a sua utilização”. Para o jornalista do *Expresso*, o impacto educativo do ‘Magalhães’ nas notícias “acabou por ser ultrapassado por todos os erros políticos na forma como foi gerido o próprio projecto”. Na redacção dos semanários, “o ‘Magalhães’ passou a ser visto editorialmente como uma campanha de *marketing* governativo” (jornalista do *Expresso*).

Esse comportamento dos governantes, nomeadamente a eficácia do *marketing* político, na comunicação com a imprensa, deve-se à centração da vida política em torno nos *media*, cada vez mais frequente nos governos europeus (Pfetsch, 1999: 11). Desde o lançamento, o computador ‘Magalhães’ foi bandeira do governo de José Sócrates, tendo sido amplamente divulgado pelos meios de comunicação social, inclusive em tempo de antena do Partido Socialista. A par da publicação nas notícias de assuntos polémicos em torno da adjudicação e financiamento da medida, do lado dos partidos da oposição, o computador ‘Magalhães’ foi objecto de promoção nas notícias, pelo governo, sobretudo em cimeiras e encontros com países da América Latina com vista à exportação do computador. Com efeito, o fenómeno ‘Magalhães’ nos *media*, e em particular, nos semanários, favoreceu um espaço de debate político na luta pelo poder. Perante a mediatização da vida política, “as notícias sobre política são, sobretudo, sobre a luta pelo poder e só secundariamente sobre a governação, isto é, sobre a aplicação do poder (Derville, cit. in Serrano, 1999: 47).

Isso explica que os *media* “tendem a girar em círculo [e que o] círculo de pessoas envolvidas na produção de informação é muito estreito” (Wolton, 2009: 75). Deste modo, como se pode verificar nos resultados, as fontes de informação mais representadas nas notícias são as fontes governamentais (39%), políticas (16%) e empresariais (16%) (ver Gráfico 6). Em

conformidade com o que os autores Molotch & Lester (1999) constataram, os jornalistas dos semanários atribuem, na cobertura do 'Magalhães', uma maior credibilidade às fontes autorizadas, nomeadamente às oficiais e institucionais: “é uma coisa mais concreta e objectiva estarmos a falar sobre os contratos, sobre a adjudicação ou sobre a distribuição porque é uma coisa que podemos sustentar em documentos e em fontes mais credíveis e fazer uma notícia mais estruturada e mais concreta” (jornalista do *Sol*).

Dado o assunto principal em discussão nas notícias, a representatividade das fontes com poder político ocupa grande espaço nas peças dos semanários, o que, de acordo com o jornalista do *Sol*, “tem a ver com a adequação das fontes ao trabalho que se está a fazer”. Nas notícias sobre educação, a procura é pelas fontes autorizadas e institucionais, nomeadamente, escolas, sindicatos e associações. A presença de fontes individuais, como professores, pais e alunos é reduzida e praticamente nula, no caso das crianças, reforçando a noção defendida por Gans (1979), referida no quadro teórico, de um acesso desigual ao espaço público. Na tentativa de compreender a ausência destes depoimentos, os jornalistas apontam para vários factores. O primeiro seria de que, por exemplo, a recolha de opiniões de professores “serão sempre os professores com quem [nós falamos], que são alguns mas não [temos] nenhuma garantia de serem representativos de todos” (jornalista do *Sol*).

A tónica coloca-se na representatividade como factor de credibilidade e poder junto dos *media* e da sociedade: “às vezes são os mais activos, os que têm vozes, que estão em estruturas sindicais” (jornalista do *Sol*). No caso das crianças, o jornalista remete para o facto de não existirem organizações que se encarreguem de representar os seus interesses, ao contrário das associações académicas e de alunos dos ensinos universitário e secundário. Esta frequente procura pela fonte autorizada e, acima de tudo, adulta, exclui a participação da criança, quando ela não constitui o centro das atenções dos *media* pela exploração do valor emocional, associado à fragilidade e vulnerabilidade. Como referido no quadro teórico, os jornalistas tendem, nestes casos, a colocar os adultos no centro de produção noticiosa (“adultocentrismo”) (Muleiro, 2006), silenciando ou colocando a criança na periferia dos assuntos que lhe dizem respeito.

Em segundo lugar, as perspectivas que os jornalistas nutrem sobre a criança parecem desvalorizar o seu papel como cidadão capaz de participar nos assuntos que lhe dizem respeito. “Estamos a falar de crianças muito pequenas, do 1º ciclo, que têm uma capacidade muito reduzida de elaborar respostas sobre este tema” (jornalista do *Sol*). Assim, o reconhecimento da criança, enquanto fonte credível, tende a ser menosprezado pela ideia de que o seu discurso não

acrescenta informação relevante: “o que é que ganharia a minha notícia se eu pusesse uma criança de seis ou sete anos a dizer se tinha gostado ou se não tinha gostado do computador? (jornalista do *So*). Se por um lado, “não era a dificuldade em chegar às crianças ou achar que a opinião delas não interessavam” (jornalista do *Expresso*), por outro, “as respostas muito curtas da parte das crianças de seis anos” (*ibidem*) e a suposição de que os seus discursos são “periféricos” (*ibidem*), contradizem o papel que a criança representa para os jornalistas. Estas noções remetem para uma certa tendência, relativamente frequente, entre os jornalistas. Segundo Marôpo (2010), os jornalistas, em geral, possuem um reconhecimento parcial dos direitos da criança, reconhecendo os direitos de protecção e provisão mas negligenciando, frequentemente, os direitos de participação “por não se encaixar na lógica das culturas organizacional e profissional ou pelas dificuldades que os jornalistas alegam no acesso às crianças” (2010: 238). Deste modo, apesar de reconhecidos os direitos de participação, na Convenção dos Direitos da Criança (CDC) - aprovada por Portugal em 1990 -, as crianças raramente são fontes de informação sobre os temas que lhes dizem respeito (Marôpo, 2010: 98). Dispostos nos artigo 12º e 13º da CDC (2004), como referido no quadro teórico, os direitos de participação atribuem à criança um papel activo na sociedade, sendo-lhe assegurados os direitos cívicos e políticos. A criança tem, portanto, direito à livre expressão da sua opinião nas questões que lhe dizem respeito e de ver a sua opinião tomada em consideração e dar a conhecê-la sem considerações de fronteiras. Por seu turno, os *media* devem ser encorajados a difundir informação que seja de interesse social e cultural para a criança (Artigo 17º da CDC, 2004). Ainda que a “adopção da convenção terá generalizadamente contribuído para uma maior sensibilidade da sociedade para com as temáticas relacionadas com a infância” (Oliveira *et al.*, 2011), nos últimos anos, o reconhecimento da criança como fonte capaz de participar no espaço público teve pouco impacto nas notícias dos semanários sobre o computador ‘Magalhães’.

Por outro lado, a criança surge frequentemente como referência secundária, sobretudo como aluno destinatário (51,6%, ver Tabela 10), e também nas imagens que ilustram as notícias (48%), como exposto nos resultados (ver Gráfico 7). A elevada frequência com que a criança surge com o computador, nas fotografias, constituiu “a maneira mais óbvia de se ilustrar a notícia e de as pessoas reconhecerem que [se está] a falar de um computador que é para crianças” (jornalista do *So*). Esse motivo explica por que nas televisões as crianças poderão ter surgido mais do que na imprensa escrita: “Nas televisões víamos que as crianças estavam todas

contentes por receberem os computadores e estavam satisfeitíssimas da vida por terem um computador giro, pequenino, que é só delas” (jornalista do *Expresso*). Porém, “a maioria das crianças entrevistadas, nomeadamente na televisão, não iam muito além daquele sorriso de contentamento por um brinquedo novo” (jornalista do *Expresso*). Mais uma vez, o discurso da criança é menosprezado, ao passo que a sua imagem é fortemente requisitada para ‘colorir’ ou ornamentar o conteúdo. Para Ammu Joseph (2007) as crianças raramente têm voz no discurso noticioso, mesmo nos assuntos que directamente lhes dizem respeito, todavia, “é interessante que se as crianças, geralmente, estão ausentes no texto, elas tendem a aparecer frequentemente em fotografias” (Joseph, 2007: 289).

Em suma, os jornalistas entrevistados remetem para um conjunto de constrangimentos quando questionados sobre a ausência da criança nas notícias sobre o computador ‘Magalhães’: a ideia de que a criança não é capaz de acrescentar informação relevante; a obrigatoriedade em terem de pedir autorização aos pais; a não existência de um organismo que represente os seus interesses; a necessidade de deslocação para ouvir a criança e a dificuldade em contactá-la à distância, dado o curto tempo de produção da notícia; e o espaço reduzido para a redacção da notícia.

Essas dificuldades configuram, portanto, o conjunto de factores descritos no quadro teórico, sobre o silenciamento das crianças nas notícias. No estudo de Pedro Abrantes (2009: 103-117), o autor destaca, em primeiro lugar, a desvalorização, pelos jornalistas, das perspectivas da criança devido ao estatuto que ocupam na sociedade portuguesa e à escassez de recursos e falta de (in)formação em comunicarem nos formatos exigidos pelos media como fontes organizadas fazem. Em segundo lugar, a tendência dos jornalistas em recorrerem a fontes oficiais no tratamento de políticas governamentais, no sentido de credibilizarem a informação para o espaço público. E em terceiro lugar, os constrangimentos próprios da rotina nas redacções, dificultando as saídas para o terreno (Abrantes, 2009: 116). De modo semelhante, a investigadora Lídia Marôpo aponta para a falta de preparação para entrevistar crianças; o facto de os jornalistas se sentirem repreendidos por exibirem as crianças ao mesmo tempo que são criticados por não lhes dar voz; a falta de representatividade das crianças e dos jovens; o difícil acesso às escolas e centros de educação; o investimento de tempo e de recursos que exige para se deslocarem e poderem falar com crianças; a desvalorização da opinião das crianças perante a sociedade; o desconforto de entrevistar crianças vítimas e a maior facilidade em ouvir testemunhos indirectos (pais e educadores) (Marôpo, 2010: 320). Para a autora, os jornalistas

devem incluir, sempre que possível, o ponto de vista das crianças nas notícias, evitando representá-las como “recipientes passivos de políticas públicas ou objectos de protecção” (*idem*: 321).

Por último, numa observação à forma como foi feita a cobertura do computador ‘Magalhães’ nos meios de comunicação social, os jornalistas entrevistados referem que se cumpriu o que era suposto: “o que é relevante é saber se estamos a fazer uma notícia que reflecte a realidade, se está sustentada em fontes credíveis e se ouvimos todas as fontes que seria necessário ouvir (jornalista do *So!*)”. Segundo Dominique Wolton (2009: 81), existem três tipos de informação: as “notícias negativas”, que surgem com mais frequência e são constantemente reproduzidas; as “boas informações”, quase ausentes nos *media*, que fornecem uma outra visão do homem e do mundo; e as “pesquisas”, que permitem que diferentes meios se distingam e ampliem a visão do mundo. Conforme essa diferenciação, verificou-se que o computador ‘Magalhães’ foi representado em assuntos negativos, em 90% das notícias analisadas (ver Tabela 8). Para o jornalista do *Expresso*: “as notícias normalmente são mais pela negativa do que pela positiva, em geral”. Porém, “o caso do ‘Magalhães’ também era um pouco complexo porque era uma medida positiva mas também muito travestida de campanha política” (jornalista do *Expresso*). No entanto, pouco ou nada se disse sobre o lado positivo da medida.

Tendo em conta os objectivos da iniciativa ‘e.escolinha’ e as recomendações da Comissão Europeia para a promoção de políticas de longo prazo em matéria de competências digitais e de literacia digital, abordadas no enquadramento teórico, consideramos, a partir da análise dos semanários, que faltou um aprofundamento destas questões. De facto, foi dado um grande destaque e foi feito um trabalho relevante de interesse público, no escrutínio do financiamento do computador ‘Magalhães’, porém, os restantes assuntos não foram além da abordagem à superfície. Observando a Tabela 11, verifica-se que as notícias basearam-se sobretudo nas questões do acesso à tecnologia, pelos atrasos na distribuição do computador. O termo literacia mediática ou educação para os media não é, em momento algum, referido nas notícias sobre o computador. Em artigo de opinião, o socialista Luís Miguel Ferreira critica a actuação da imprensa por “não se centrar no essencial” (Ferreira, 2009) argumentando que o que seria importante ver “nos *media* é se as TIC são ou não úteis no contexto ensino-aprendizagem” (*ibidem*).

Ao constituírem-se como a principal fonte de informação, e, portanto, de credibilização, de referência e de crença, os *media* são como “insubstituíveis mapas culturais que nos

permitem enquadrar as interpretações que fazemos ao mundo, afectando a nossa experiência e acompanhando-nos nas respostas que damos às infindáveis exigências do quotidiano” (Martins, 2009: 209) Assim, questionados sobre a perspectiva que detêm em torno da cobertura do computador ‘Magalhães’, nos meios de comunicação social, os jornalistas entrevistados consideram que, de uma maneira geral, as notícias são “mais um elemento que as pessoas têm para formar uma percepção sobre o ‘Magalhães’”, “sobretudo [para] as pessoas que não têm ligação directa ao computador” (jornalista do *So!*), ou “junto de uma população mais escolarizada e com acesso à informação (jornalista do *Expresso*). Essas pessoas, “se calhar, só formam uma imagem sobre o ‘Magalhães’ por aquilo que lêem nas notícias” (jornalista do *So!*). No entanto, apontam para as experiências pessoais como factor determinante na percepção do computador. A esse propósito, talvez fosse relevante conhecer a opinião pública dos portugueses.

Face ao exposto, considera-se que o comportamento da imprensa semanal na cobertura do computador ‘Magalhães’ foi ao encontro dos pressupostos teóricos apresentados no *Capítulo* / quer em termos de selecção e hierarquização das notícias, quer no tipo de fontes auscultadas e no silenciamento da criança nos discursos.

Por fim, apresentamos as considerações finais deste Relatório tendo em conta os objectivos traçados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo analisámos a cobertura do computador ‘Magalhães’ pelos semanários *Sol* e *Expresso*. Esta investigação resulta do estágio realizado no âmbito do projecto de investigação intitulado “Navegando com o ‘Magalhães’: Estudo sobre o Impacto dos Media Digitais nas Crianças”, em curso no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Como referido anteriormente, o computador ‘Magalhães’ foi objecto da iniciativa ‘e.escolinha’ lançada em 2008 pelo governo português, visando a distribuição destes portáteis a alunos do 1º ciclo do ensino básico.

A investigação sobre as notícias dos semanários permitiu observar que os assuntos sobre o computador ‘Magalhães’ estiveram quase sempre presentes, com mais ou menos destaque, ao longo dos 24 meses de análise, sustentando a ideia de que o computador foi fenómeno mediático na imprensa semanal.

De modo geral, não se encontraram diferenças significativas entre os semanários e entre a imprensa diária na cobertura do ‘Magalhães’. Ambos os jornais deram prioridade ao tema relacionado com a adjudicação directa e financiamento do computador, motivando a imprensa a actuar como vigilante dos poderes do estado no combate à fraude e à corrupção.

Verificou-se também que a imprensa semanal foi palco de denúncias sobre os problemas relacionados com a implementação do computador ‘Magalhães’ nas escolas, sobretudo pelos atrasos na distribuição dos portáteis, pelos erros ortográficos no *software* e pela polémica na formação de professores. No entanto, o recurso às fontes do sistema educativo (pais, alunos e professores) teve pouca representação nos discursos noticiosos. Através dos resultados da análise das notícias e das entrevistas realizadas aos jornalistas, foi possível identificar uma tendência de recurso a fontes governamentais, políticas e representantes de grupos sociais, por parte dos jornalistas, como forma de credibilizar os factos noticiados.

Por outro lado, os jornalistas negligenciaram os direitos de participação das crianças, inscritos na CDC, ao deixá-las ausentes do discurso enquanto fontes de informação em assuntos que directamente lhes dizem respeito. A criança é apenas representada como referência secundária nos textos e frequentemente ilustrada nas imagens que acompanham as notícias, mostrando-se como ‘ornatos’ do conteúdo. O caminho para o exercício da democracia passa pela educação de e para os *media* quer do lado dos cidadãos (incluindo as crianças), quer do lado dos profissionais de comunicação.

O resultado global desta investigação permitiu perceber que o computador 'Magalhães' esteve quase sempre associado a assuntos polémicos e negativos. Dando mote para futuras investigações, seria interessante estudar a cobertura dos restantes meios de comunicação e também conhecer a opinião pública dos portugueses em relação a esta medida do governo, entretanto suspensa pelo actual executivo.

Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2009) 'Alunos e Educação na Imprensa Diária Portuguesa', in Ponte, C. (Org.) (2009), *Crianças e Jovens em Notícia*, Centro de Investigação Media e Jornalismo, Lisboa: Livros Horizonte, pp.103-124.
- Azenha, A. S. (2009) 'Portáteis custam 217 milhões', *Correio da Manhã* de 15 de Dezembro de 2009. [<http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?contentid=7A0A2E4A-4E7F-4BC1-BDB2-D383690E8D08&channelid=00000181-0000-0000-0000-000000000181>, acedido em 12-06-2010].
- Bardin, L. (1977) *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bastos, J. P. (2009) 'Escolas não usam o Magalhães', *Expresso* de 14 de Março de 2009.
- Bell, A. (1991) *The Language of News Media*, Oxford: Blackwell.
- Bourdieu, P. (1997) *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (1983) 'Esboço de uma teoria da prática' in Ortiz, R. (Org.) (2003) *A Sociologia de Pierre Bourdieu*, São Paulo: Olho d'Água, pp. 46-81.
- Breed, Warren (1999) 'Controlo Social na Redacção: Uma Análise Funcional' in Traquina, N. (Org.) (1999) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa: Vega, pp. 152-166.
- Buckingham, D. (2009) 'Os direitos das crianças para os media', in Ponte, C. (Org.) (2009), *Crianças e Jovens em Notícia*, Centro de Investigação Media e Jornalismo, Lisboa: Livros Horizonte, pp.15-28.
- Cardoso, M. & Tomás, C. (2008) 'A revolta do 'Magalhães'', *Expresso* de 18 de Outubro de 2008.

Castells, M. (2005) 'A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política', in Castells, M. & Cardoso, G. (Org.) (2005), *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política*, Conferência promovida pelo Presidente da República, 4 e 5 de Março de 2005, Centro Cultural de Belém, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 17-30. [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf, acedido em 09-10-2010].

Chaparro, M. C. (2001) *Linguagem dos Conflitos*, Coimbra: Minerva.

Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses (1993), aprovado pela Assembleia Geral dos jornalistas a 4 de Maio de 1993.

[<http://www.jornalistas.eu/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>, acedido em 12-06-2010].

Comissão das Comunidades Europeias (2007) *Uma abordagem europeia da literacia mediática no ambiente digital*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas.

[<http://ec.europa.eu/culture/media/literacy/docs/com/pt.pdf>, acedido em 18/04/2011].

Comissão das Comunidades Europeias (2009) *Recomendação da Comissão de 20 de Agosto de 2009 sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva*, Jornal Oficial da União Europeia. [<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:227:0009:0012:PT:PDF>, acedido em 03-05-2011].

Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis (2010), *Relatório final*, Diário da Assembleia da República nº 162 de 7 de Julho de 2010 - II Série B, Lisboa.

Comissão Europeia (2010) *Uma Agenda Digital para a Europa. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*, Bruxelas.

[<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0245:FIN:PT:PDF>, acedido em 14/04/2011].

Conselho Consultivo do Plano Tecnológico (2008), *Relatório de Progresso do Plano Tecnológico*, 18 de Novembro de 2008.

[<http://www.planotecnologico.pt/document/RelatorioCCPTNOV08.pdf>, acedido em 15/04/2011].

Conselho da União Europeia (2011) *Conclusões do Conselho da União Europeia sobre o papel do ensino e da formação na implementação da Estratégia Europa 2020*, Jornal Oficial da União Europeia.[<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:070:0001:0003:PT:PDF>, acedido em 14/04/2011].

Conselho da União Europeia & Comissão Europeia (2010) *Relatório intercalar conjunto de 2010 do Conselho e da Comissão Europeia sobre a aplicação do programa de trabalho Educação e Formação para 2010*, Jornal Oficial da União Europeia.

[<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:117:0001:0007:PT:PDF>, acedido em 20/04/2011].

Convenção dos Direitos sobre a Criança (2004)

[http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf, acedido em

Costa, F. S. (2009) 'Magalhães tem tantos erros que è difícil contar-los', *Expresso* de 7 de Março de 2009.

Davim, M. (2008) 'Ainda faltam 80 mil Magalhães nas escolas', *So/* de 24 de Abril de 2009.

Diário de Notícias (2010) 'Investigações...que ainda têm de passar no Tribunal de Contas em Bruxelas', *Diário de Notícias* de 11 de Junho de 2010.

[http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1590389, acedido em 16-06-2010].

Ericson, R., *et al.* (1989) *Negotiating Control: a Study of News Sources*, Toronto: University of

Toronto Press.

Fernandes, P. (2008) 'Microsoft anuncia o reforço da parceria com o Governo Português, na internacionalização do computador Magalhães', *Microsoft* de 3 de Outubro de 2008. [http://www.microsoft.com/portugal/presspass/press/2008/out08/10-03GovMSFTMagalhaes.msp,acedido em 13-06-2010].

Ferreira, L. M. (2009) 'Resistência à água', *Acção Socialista* n.º 1328 de 19 de Maio de 2009. [http://www.accaosocialista.net/cms/files/revista_pdf/REV4a13dcb70ea73.pdf, acedido em 02-03-2010] p. 16.

Ferreira, L. P. (2008) 'Sócrates compara 'Magalhães' a Tintim', *Diário de Notícias* de 30 de Outubro de 2008. [http://dn.sapo.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1133896, acedido em 16-05-2010]

Fontcuberta, M. (1999) *A Notícia: pistas para compreender o mundo*, Lisboa: Editorial Notícias.

Galtung, J. & Ruge, M. H. (1965) 'The structure of foreign news', *Journal of International Peace Research*, 1: 64-90.

Gans, H. J. (1979) *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*, New York: Pantheon House.

Gomis, L. (1991) *Teoría del periodismo: cómo se forma el presente*, Barcelona: Paidós.

Hall, S. et al. (1978) *Policing the crisis: Mugging, the State, and Law, and Order*, New York: Holmes & Meier Publishers Inc.

Jornal de Notícias (2009), 'Distribuição do Magalhães praticamente concluída', *Jornal de Notícias* de 29 de Julho de 2009. [http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Nacional/interior.aspx?content_id=1320522, acedido em 12-06-2010].

Joseph, A. (2007) 'Why children should be seen and heard: An Indian perspective', *Journal of Children and Media*, 1 (3): 289-293.

Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco*, Diário da República n.º 204 /99 - I Série A, Lisboa.

[<http://dre.pt/pdf1s/1999/09/204A00/61156132.pdf>, acedido em 23-09-2010].

Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro, *Lei Tutelar Educativa*, Diário da República n.º 215 /99 - I Série A, Lisboa. [http://www.apav.pt/portal/pdf/lei_tutelar_educativa.pdf, acedido em 23-09-2010].

Lima, R. P. (2009) 'Quanto custou o Magalhães?', *Expresso* de 12 de Dezembro de 2009.

LUSA (2009a) 'Crianças levadas a mentir para tempo de antena do PS', *Expresso* de 1 de Maio de 2009.

LUSA (2009b) 'PS confunde Estado e partido', *Sol* de 1 de Maio de 2009.

Marôpo, L. (2010) *A Mediação na Construção de uma Identidade de Direitos da Infância: Representações Jornalísticas de Crianças e Adolescentes em Portugal e no Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Marôpo, L. (2009) 'Fontes de informação e direitos da infância na cobertura jornalística portuguesa', in Ponte, C. (Org.) (2009), *Crianças e Jovens em Notícia*, Centro de Investigação Media e Jornalismo, Lisboa: Livros Horizonte, pp.143-164.

Martins, M. L. (2009) 'Os maus-tratos de crianças e a excitação dos media' in Coelho, M. Z. (Org.) (2009), *Não poupes no semear. Trinta anos de comunicação*, Aníbal Alves, Coimbra: Pé de Página, pp. 209-214.

Melo, J. M. (1985) *A opinião no jornalismo brasileiro*, Petrópolis: Vozes, 1985.

McQuail, D. (2003) *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Melro, A. & Pereira, S. (2011) 'A literacia digital nas notícias sobre o computador Magalhães', in *Actas da 1ª Conferência Ibérica em Inovação na Educação com TIC (ieTIC 2011)*, Bragança, 15-17 Julho, pp.413-428.

McGonagle, T. (2011) 'Media Literacy: No longer the Shrinking Violet of European Audiovisual Media Regulation?', *Media Literacy*, IRIS plus 2011-3, Paris: European Audiovisual Observatory pp.7-28.

Mesquita, M. (2004) *O quarto equívoco: o poder dos média na Sociedade Contemporânea*, Coimbra: Minerva.

Ministério da Justiça (1999), *Lei Tutelar Educativa*, Decreto-Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (1999), *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, Decreto-Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

Molotch, H. & Lester, M. (1999) 'As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos' in Traquina, N. (Org.) (1999) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa: Vega, pp. 34-51.

Muleiro, H. (2006) *Al margen de la agenda. Noticias, discriminación y exclusión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Navegando com o Magalhães: Estudo sobre o Impacto dos Media Digitais nas Crianças (2011) [<http://www.lasics.uminho.pt/navmag>, acedido em 27-08-2011]

Negroponte, N. (1996) *Ser digital*, Lisboa: Caminho.

Neves, A. L. (2009) 'Especialistas arrasam Ministério da Educação', *Expresso* de 7 de Março e 2009.

Noelle-Neumann, E. (1984) *The Spiral of Silence*, Chicago: The University of Chicago Press.

Oliveira, M. *et al.* (2011) 'Infância protegida? A Imagem mediática das crianças aos olhos do provedor' in Pereira, S. (Org.) (2011) *Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania"*, 25-26 Março de 2011, Braga, Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp. 683-693.

One Laptop Per Child (2010) [<http://one.laptop.org/about/mission>, acedido em 19-10-2010].

One Laptop Per Child Wiki (2010) [http://wiki.laptop.org/go/Core_principles/lang.pt, acedido em 19-10-2010].

Partido Socialista (2008) 'A escola tem de estar na linha da frente das mudanças tecnológicas', *Partido Socialista* de 24 de Setembro de 2008. [<http://www.ps.pt/noticias/a-escola-tem-de-estar-na-linha-da-frente-das-mudancas-tecnologicas/itemid-100069>, acedido em 12-06-2010].

Park, R. E. (1940) 'News as Form of Knowledge: a Chapter in the Sociology of Knowledge'. *The American Journal of Sociology*, 45 (5): 669-685.

Pereira, S. (2010) 'Digital media in Portuguese primary schools: literacy or technology? Analyzing the government and the media discourses', *Media Literacy Conference*, Londres, 19-20 Novembro 2010.

Peter Berger & Thomas Luckmann (1999) *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa: Dinalivro.

Pfetsch, B. (1999) *Government News Management - Strategic Communication in Comparative Perspective*, Berlin: WZB Publications. [<http://bibliothek.wzb.eu/pdf/1999/iii99-101.pdf>, acedido em 12-03-2011]

Pinto, M. (1999) 'O Jornalismo como campo social e como domínio de formação'. *Comunicação e Sociedade 1*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 12: 75-95.

Pinto, M. (2000) 'Fontes Jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo', *Comunicação e Sociedade 2*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2): 227-294).

Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L. e Ferreira, T. (2011) *Educação para os Media em Portugal: Experiências, Actores e Contextos*, Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Ponte, C. (2004) *Leituras das Notícias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Centro de Investigação Media e Jornalismo, Lisboa: Livros Horizonte.

Ponte, C. (Org.) (2009), *Crianças e Jovens em Notícia*, Centro de Investigação Media e Jornalismo, Lisboa: Livros Horizonte.

Público (2008) 'Matosinhos vai produzir "Magalhães", o primeiro computador portátil feito em Portugal', *Público* de 30 de Julho de 2008. [http://www.publico.pt/Economia/matosinhos-vai-produzir-magalhaes-o-primeiro-computador-portatil-feito-em-portugal_1337012, acedido em 12-05-2010].

Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007 de 18 de Setembro de 2007, *Plano Tecnológico da Educação*. Diário da República, 1ª série – N.º 180.
[http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes200801/RCM_137_2007.pdf, acedido em 10/11/2010].

Ribeiro, F. V. (2006) *Fontes Sofisticadas de Informação. Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*, Dissertação de Mestrado de Comunicação e Cultura - Variante de Jornalismo Político, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
[<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/35807/2/FontesSofisticadasdeInformao000069327.pdf>, acedido em 14-11-2009].

Rieffel, R. (2004) *A sociologia dos media*, Porto: Porto Editora.

Rodrigues, A. D. (1999) 'Experiência, modernidade e campo dos media', *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [<http://bocc.unisinos.br/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>, acedido em 14-10-2009].

Rodrigues, M. (2008) 'Primeiros três mil "Magalhães" distribuídos em 16 concelhos do país', *Acção Socialista* n.º 1312 de 30 Setembro 2008.
[http://www.accaosocialista.net/arquivo_accao/pdf/2008/as1312.pdf, acedido em 02-03-2010], p. 13.

Rosa, L. & Davim, M. (2008) 'Governo não sabe preço dos computadores', *So/* de 18 de Outubro de 2008.

Santos, R. (1997) *A negociação entre jornalistas e fontes*, Coimbra: Minerva.

Saperas, E. (1993) *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*, Porto: Asa.

Serrano, E. (2002) *As Presidências Abertas de Mário Soares: as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República*, Coimbra: Minerva.

Sigal, L. V. (1973) *Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking*, Lexington: D. C. Heath.

Sousa, J. P. (2004a) 'Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo', *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação* [<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>, acedido em 23-11-2010].

Sousa, J. P. (2004b) *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*, Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Sørensen, B. (2010) '2.0 – Children In and Outside School' in Carlsson, U. (Eds.) (2010) *Children and Youth in the Digital Media Culture: From a Nordic Horizon*, Göteborg: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, pp. 51-64.

Tomás, C. (2008) 'O fim do giz e das ardósias', *Expresso* de 4 de Outubro de 2008.

Traquina, N. (2002) *O que é Jornalismo*, Lisboa: Quimera.

Traquina, N. (Org.) (1999) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa: Vega.

Traquina, N. (2004) *A Tribo Jornalística: uma comunidade transnacional*, Lisboa: Editorial Notícias.

Webster, F. (1995) *Theories of Information Society*, London: Routledge.

Wolf, M. (1987) *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.

Wolton, D. (1995) 'As Contradições do Espaço Público Mediatizado', *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21 (22): 167-188.

Wolton, D. (2009) *Informer n'est pas communiquer*, Paris CNRS Éditions.

Apêndices

Apêndice 1

Grelha de codificação da análise referente à recolha das peças dos semanários

Categoria	Valores
Jornal	Sol Expresso
Data	Mês Ano
Género	Notícia Breve Comentário Opinião Chamada de primeira página Manchete Reportagem Entrevista Outros
Secção no jornal	Política/sociedade Suplemento de economia Educação Última página Primeira página Opinião Resumo da semana

Apêndice 2

Grelha de codificação da análise de conteúdo das notícias dos semanários

Função	Categorias	Valores
Identificativa <i>Identificam a notícia no corpus de análise, dando a conhecer o título, o contexto temporal e o meio de publicação.</i>	Jornal	Sol Expresso
	Dia	1 a 31
	Mês	Janeiro; Fevereiro; Março; Abril; Maio; Junho; Julho; Agosto; Setembro; Outubro; Novembro; Dezembro.
	Título	Nominal
Espacial <i>Posicionam a notícia no corpo do jornal e da página. Medem o destaque da notícia no conjunto espacial.</i>	Ligação com a primeira página	Sim Não
	Espaço na página	Curto (0 a 30%) Médio (30 a 60%) Longo (60 a 100%)
	Hierarquia na página	Principal Secundária
Temática <i>Enquadram a notícia na secção do jornal e determinam o conteúdo temático do discurso. Dão a conhecer os principais motivos de noticiabilidade.</i>	Secção	Política/sociedade; Educação; Economia; Outras.
	Conteúdo temático	Político-legal; Educação; Economia; Outros.
	Noticiabilidade	Atrasos na distribuição; Ajuste directo; Exportação; Crianças em tempo de antena; Erros ortográficos; Formação de professores; Sucesso das tecnologias; Mercado negro; Outros.

Representativa <i>Permitem identificar os elementos presentes ou ausentes nos discursos textual e visual. Medem o destaque das fontes e dos elementos do sistema educativo enquanto referências secundárias. Atribuem uma conotação ao objecto de estudo. Enquadram a representação de determinados elementos em diferentes perspectivas.</i>	Fontes de informação	Governamentais Empresariais Associativas, sindicalistas Escolares Outras.
	Elementos do sistema educativo	Criança ou aluno; Professores; Pais ou encarregados de educação.
	Imagem	Sim Não
	Elementos na imagem	Computador 'Magalhães' Primeiro-ministro; Ministra da Educação; Criança ou aluno; JP Sá Couto; Professores; Outros.
	Tom do discurso sobre o computador 'Magalhães'	Positivo; Negativo; Neutro.
	Alunos	Aluno destinatário; Aluno capacitado; Aluno desfavorecido; Aluno responsável; Aluno desvalorizado; Outros.

Apêndice 3

Cronologia dos assuntos principais veiculados pelos semanários sobre o computador ‘Magalhães’

2008

Setembro

Distribuição do computador ‘Magalhães’ nas escolas do 1º ciclo do ensino básico.

Caso de sucesso da empresa dos irmãos Sá Couto.

Funcionamento do programa ‘e.escolinha’ e características do portátil.

Outubro

Dúvidas sobre o montante do financiamento do computador ‘Magalhães’ pelo governo.

Queixa à Comissão Europeia devido à adjudicação directa do computador à JP Sá Couto.

Usos dos quadros interactivos e do ‘Magalhães’ nas escolas.

Ação de Formação de Professores filmada e criticada por um professor torna-se centro de polémica.

Dezembro

Atrasos na distribuição do computador.

2009

Março

Erros ortográficos de português em *software* instalado no computador ‘Magalhães’.

Governo apela à desinstalação do *software* nos computadores.

Escolas garantem não usar o ‘Magalhães’ por falta de formação, ausência de orientações e dificuldades técnicas.

Abril

80 mil computadores ainda por entregar.

Maio

Crianças filmadas a utilizarem o ‘Magalhães’ na sala de aulas, em tempo de antena do Partido Socialista.

Comissão Europeia censura Portugal e aguarda justificações por inexistência de concurso público para o ‘Magalhães’.

São conhecidos casos de computadores ‘Magalhães’ à venda em feiras e lojas de penhores.

Junho

Polémica sobre a falta de transparência entre a relação do governo e a Fundação para as Comunicações Móveis (FCM).

Julho

Estado paga 80 milhões de euros às operadoras de telecomunicações móveis.

Ministério da Defesa interessado em utilizar os computadores ‘Magalhães’ no serviço militar.

Novembro

Intel considera que Portugal está entre os cinco países mais avançados do mundo na utilização das novas tecnologias no ensino.

Fundação para as Comunicações Móveis acaba o ano em défice.

Dezembro

Comissão Europeia considera insuficientes as explicações de Portugal sobre a adjudicação directa do computador e pede mais esclarecimentos sobre a inexistência de concurso público, correndo o risco de o país ser condenado por incumprimento da lei da concorrência.

Previsto o lançamento de um concurso público para a produção de 250 mil portáteis.

Dúvidas sobre o montante do financiamento do computador 'Magalhães' pelo governo.

2010

Janeiro

Comissão Europeia investiga ajuste directo do governo à Microsoft e à JP Sá Couto.

Março

Abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a actuação do governo em relação à FCM.

Polémica sobre o funcionamento da Fundação.

Abril

Audição de Mário Lino na CPI e discussão sobre o ajuste directo à JP Sá Couto.

Maio

Partidos da oposição representados na CPI consideram que 'Magalhães' fugiu às regras de adjudicação.

Junho

Comissão Europeia considera ilegal o ajuste directo do 'Magalhães' e prepara queixa judicial.

Apêndice 4

Fontes de informação identificadas nas notícias sobre o computador 'Magalhães'

	Fontes de informação	N
Governamentais	MOPTC	14
	Primeiro-ministro	12
	Ministério da Educação	10
	Plano Tecnológico da Educação	5
	Comissão Europeia	4
	Direcções Regionais de Educação	3
	Plano Tecnológico	3
	DGIDC	2
	Ministério dos Assuntos Parlamentares	1
	Autarquias	1
	e.escolinha (site)	1
	OCDE	1
Governamentais		57
Políticas	PSD	7
	Comissão de Inquérito	4
	CDS	4
	PS	3
	PCP	3
	BE	2
	Deputados independentes	1
Políticas		24
Empresariais	JP Sá Couto	6
	Intel	4
	Youtsu	3
	Microsoft	3
	Vodafone	2
	Linux Caixa Mágica	2
	TMN	1
	Porto Editora	1
	Ciberdúvidas	1
Empresariais		23
Assoc.	Fundação para as Comunicações Móveis (*)	9
	Sociedade de Língua Portuguesa	1
	CONFAP	1
Associativas		11
Escolares	Professores	5
	Coordenadores TIC	3
	Pais/Encarregados de Educação	2
	Formadores	1
	Escolas	1
	Crianças/alunos	1
Escolares		13
Outr.	Outras	12
	Fonte anónima	6
Outras		18
TOTAL		146

Apêndice 5

Guião das entrevistas semi-estruturadas a jornalistas do Sol e do *Expresso*

1. A primeira notícia sobre o computador ‘Magalhães’, publicada pelos semanários portugueses, foi a 27 de Setembro de 2008, quase dois meses depois do lançamento da iniciativa (quinta-feira, 31 de Julho de 2008). Considerando a especificidade do meio e as dinâmicas de produção jornalística, por que motivos o lançamento do computador ‘Magalhães’ apenas teve destaque a partir dessa altura?

2. Ao longo de dois anos de notícias sobre o computador ‘Magalhães’ (Julho de 2008 a Junho de 2010), nos semanários portugueses, verificou-se que perto de metade (42%) dizia respeito ao assunto em torno da adjudicação directa do computador à JP Sá Couto. Atendendo aos critérios de noticiabilidade, que factores foram determinantes para que se tenham publicado mais notícias sobre este tema e não outros (como por exemplo, sobre o impacto do computador nas salas de aula)?

3. Tendo em conta que as fontes de informação mais recorrentes, nas notícias sobre o computador ‘Magalhães’, correspondem ao conjunto das fontes governamentais, políticas e empresariais, a que se poderá dever o reduzido número de depoimentos de professores, pais ou encarregados de educação e crianças ou alunos? Que factores poderão ter influenciado tais resultados? Que aspectos poderão ter constrangido/limitado o acesso a essas fontes?

4. Na quase totalidade das notícias analisadas, o computador ‘Magalhães’ foi conotado com uma carga negativa associada, sobretudo, aos problemas derivados da adjudicação directa, atrasos na distribuição e erros ortográficos. A veiculação de mensagens deste cariz poderá influenciar o modo como a sociedade percepção esta medida no sistema educativo?

5. Na sua opinião, como perspectiva a cobertura do computador ‘Magalhães’ pela imprensa portuguesa?

Obrigada pela colaboração.

Apêndice 6

Transcrição das entrevistas a jornalistas do *Sol* e do *Expresso*

Q1: A primeira notícia sobre o computador 'Magalhães', publicada pelos semanários portugueses, foi a 27 de Setembro de 2008, quase dois meses depois do lançamento da iniciativa (quinta-feira, 31 de Julho de 2008). Considerando a especificidade do meio e as dinâmicas de produção jornalística, por que motivos o lançamento do computador 'Magalhães' apenas teve destaque a partir dessa altura?

Jornalista *Sol*: Isso tem a ver com o facto de, por um lado, os semanários terem uma característica diferente. Como saem uma vez por semana, têm de escolher as notícias que têm maior impacto e só vão falar de alguma coisa sobre a qual tenham algo de novo a dizer. Não faz muito sentido, ser anunciado que vão ser distribuídos computadores numa segunda-feira e depois na sexta-feira sair uma notícia no *Sol* a dizer só isso. Quando damos essa notícia temos sempre de acrescentar qualquer coisa nova. E depois tem a ver com outra coisa, que é uma característica dos semanários em geral, que é tentar fazer o escrutínio daquilo que é anunciado. Se foi anunciado que os computadores 'Magalhães' iam ser distribuídos, depois só faz sentido voltar a pegar no assunto e perceber como é que está a correr essa distribuição, quando começa o ano lectivo. Nessa altura é que se pode perceber se a distribuição já começou, se não começou, se está a haver problemas, se está a ser feita de igual forma em todo o país,...Enfim, todas essas questões tornam-se mais concretas e mais interessantes, do ponto de vista noticioso, para um semanário, quando já começa a existir alguma coisa. Passa-se de um mero anúncio de uma medida para alguma coisa que está a acontecer de facto ou que não está a acontecer. Se for anunciada uma medida e se vir que no prazo que estava previsto não estiver a acontecer nada, também é trabalho dos jornalistas noticiarem isso. E o 'Magalhães' não é uma excepção, é a mesma lógica que se aplica a qualquer medida que seja anunciada por um governo. (...) E depois em Agosto não acontece nada nas escolas. Por norma as escolas estão praticamente fechadas. E portanto, é um mês que quando muito se fala da preparação do ano lectivo...É um mês que é muito parado em termos de educação nas escolas.

Jornalista *Expresso*: Como semanário, o *Expresso* não segue o alinhamento noticioso dos diários. Isto é, não desenvolve alguns temas. Teremos feito com certeza uma breve sobre o lançamento do 'Magalhães' em Setembro. Se o *Expresso* tivesse tido a notícia do lançamento do projecto de distribuição dos computadores 'Magalhães' em primeira mão, provavelmente teria feito uma notícia mais desenvolvida sobre o assunto em Setembro ou até antes. Como os diários deram conta desse aspecto noticioso e o computador 'Magalhães' passou a ser visto editorialmente como uma campanha de

marketing governativo. O Expresso só pegou no assunto quando obteve informação em primeira mão sobre a polémica que se seguiu.

Q2: Ao longo de dois anos de notícias sobre o computador 'Magalhães' (Julho de 2008 a Junho de 2010), nos semanários portugueses, verificou-se que perto de metade (42%) dizia respeito ao assunto em torno da adjudicação directa do computador à JP Sá Couto. Atendendo aos critérios de noticiabilidade, que factores foram determinantes para que se tenham publicado mais notícias sobre este tema e não outros (como por exemplo, sobre o impacto do computador nas salas de aula)?

Jornalista Sol: Porque isso é que é notícia! Claro que há também as notícias positivas mas é notícia, obviamente, haver uma suspeita de que dinheiros públicos não foram tratados da maneira que é suposto serem tratados... há regras para os concursos públicos e se há algum indício de que elas foram subvertidas isso é notícia. E portanto é muito importante saber o que é que se está a fazer com esse dinheiro. Independentemente se o projecto 'Magalhães' foi uma coisa muito boa ou não, é preciso perceber como é que ele foi financiado, como é que foi seleccionada a empresa que foi escolhida para fazer o computador, como foi distribuído....isso são matérias sempre muito importantes porque estamos a falar de dinheiros públicos. É natural que a perspectiva pedagógica não tenha tido tanto destaque nos semanários porque, neste caso, é diferente fazer uma notícia para televisão em que se pode falar com alguns pais e crianças que podem dar algumas impressões ali no momento sobre o computador e sobre a sua utilização...E depois fazer uma notícia no semanário que é mais normal que se oriente por estes princípios de perceber como é que estão a ser geridos os dinheiros, como é que está ser implementada a iniciativa, se aquilo que foi anunciado está de facto a acontecer. (...) Esse aspecto pedagógico eu acho que até houve notícias sobre isso, inclusivamente o *Expresso* fez uma notícia importante sobre os erros que foram encontrados. Tudo isso é importante para tentar perceber se a iniciativa está a correr bem ou mal. O simples facto de se porem computadores numa escola não é por si só uma coisa boa e com impacto pedagógico positivo. Aliás, muitos professores tinham as maiores dúvidas sobre a maneira como iam ser usados os computadores, sobre como é que eles iam usá-los nas aulas...E eu acho que as notícias também reflectiram isso. É natural que se torne mais importante, naquele momento, a questão da gestão do dinheiro público porque parece-me que é um valor notícia, neste caso específico, mais importante, até porque é uma coisa mais concreta do que algumas impressões que possamos recolher entre professores. (...) que é uma análise mais subjectiva. (...)

Jornalista Expresso: Mais uma vez, fomos ultrapassados pelos diários e por isso não fizemos esse tipo de reportagens. O eco que tínhamos era de que o impacto «educativo» do Magalhães não era assim tão significativo. As notícias normalmente são mais pela negativa do que pela positiva, em geral. Damos mais destaque quando estamos a criticar ou descobrimos uma situação de corrupção ou de ilegalidade...e que desperta mais a denúncia da situação do que propriamente um elogio de uma medida

positiva. Mas o caso do 'Magalhães' também era um pouco complexo porque era uma medida positiva mas também muito travestida de campanha política. Daí que tendo a noção disso, não tenha sido dado outro tipo de destaque...E houve também aquelas polémicas: lançaram o 'Magalhães' mas afinal foi só em meia dúzia de escolas, depois houve os atrasos na entrega dos 'Magalhães', os miúdos a quem entregaram, na primeira escola, foram usados para uma campanha publicitária... Daí que o aspecto, ou seja, aquilo que poderia ter sido o lado mais positivo da iniciativa que era fornecer computadores portáteis a crianças que não teriam acesso a ele de outra forma, acabou por ser ultrapassado por todos os erros políticos na forma como foi gerido o próprio projecto.

Q3: Tendo em conta que as fontes de informação mais recorrentes, nas notícias sobre o computador 'Magalhães', correspondem ao conjunto das fontes governamentais, políticas e empresariais, a que se poderá dever o reduzido número de depoimentos de professores, pais ou encarregados de educação e crianças ou alunos? Que factores poderão ter influenciado tais resultados? Que aspectos poderão ter constrangido/limitado o acesso a essas fontes?

Jornalista Sol: (...) É uma coisa mais concreta e objectiva estarmos a falar sobre os contratos, sobre a adjudicação ou sobre a distribuição porque é uma coisa que podemos sustentar em documentos e em fontes mais credíveis e fazer uma notícia mais estruturada e mais concreta, embora seja também interessante recolher opiniões de professores, serão sempre os professores com quem nós falamos, que são alguns mas não temos nenhuma garantia de serem representativos de todos. Às vezes são os mais activos, os que têm vozes, que estão em estruturas sindicais. (...) Nunca temos a certeza absoluta se estamos a reflectir a perspectiva da maioria dos professores que usam o computador nas aulas. (...). (E também) se eu tenho uma notícia sobre uma irregularidade na adjudicação do 'Magalhães', não faz sentido entrevistar professores, o que é que eu lhes vou perguntar sobre isso? (...) Tem a ver com a adequação das fontes ao trabalho que se está a fazer. Se estamos a fazer um trabalho sobre a vertente pedagógica faz sentido falar com os professores e com alunos e até com pais, se estamos a fazer um trabalho sobre a gestão do processo temos de falar com os envolvidos.

No entanto, apesar de surgirem em número reduzido, os professores chegaram a ser contactados, nomeadamente, nas questões sobre a distribuição, sobre os erros e sobre os problemas com a formação. Mas consegue explicar por que, em momento algum, a criança ou o aluno nunca foi ouvido?

As crianças sendo menores de idade, como é óbvio, não são fontes a quem nós possamos recorrer sem a autorização dos pais. E estamos a falar de crianças muito pequenas, do 1º ciclo, que têm uma capacidade muito reduzida de elaborar respostas sobre este tema. Aí qual seria o critério para falar com crianças...e com que crianças? Eu não posso entrar numa escola e entrevistar alunos assim sem pedir uma autorização para entrar na escola. (...) Estamos a falar de crianças muito pequenas, não faz

muito sentido. Quando estamos a falar de alunos do secundário ou da universidade, é diferente. Inclusivamente há associações académicas com quem nós podemos contactar e temos ali alguém que supostamente representa os alunos. (...) O que é que ganharia a minha notícia se eu pusesse uma criança de seis ou sete anos a dizer se tinha gostado ou se não tinha gostado do computador? (...) Acho que a notícia não ganhava nada com isso. Estamos a falar de idades muito baixas. É mais importante perceber se o professor recebeu formação para usar o computador, sabe usar o computador, se o consegue integrar nas aulas, se acha que aquilo é uma mais-valia ou se é uma distração,...porque o professor é que sabe avaliar isso.

Jornalista *Expresso*: Como os diários e as televisões exploraram isso, editorialmente, não existiam razões significativas para avançarmos para esse tipo de reportagem. Nas televisões víamos que as crianças estavam todas contentes por receberem os computadores e estavam satisfeitíssimas da vida por terem um computador giro, pequenino, que é só delas. E isso foi mostrado, só que a maioria das crianças entrevistadas, nomeadamente na televisão, não iam muito além daquele sorriso de contentamento por um brinquedo novo...e que para o *Expresso* não fez, na altura, editorialmente, sentido, avançar com uma reportagem nesse sentido porque não ia ter mais valia nenhuma, não ia acrescentar nada. Não existiu qualquer obstáculo ou constrangimento no acesso a professores, pais ou alunos. Não era a dificuldade em chegar às crianças ou achar que a opinião delas não interessavam. A questão não é essa. A questão é que aquilo que, por um lado, já tinha tido essa abordagem...e depois com as respostas muito curtas da parte de crianças de seis anos, que é natural, que é a alegria face a um brinquedo novo. (...) Mas depende da abordagem que temos perante um assunto. Neste caso, os textos envolveram mais a abordagem das questões mais polémicas em torno do 'Magalhães', daí a razão de termos ido mais para as fontes políticas ou do sector de professores e não para as crianças e para os pais porque já era uma coisa lateral a isto. Não valia a pena estarmos a ouvir os pais e as crianças para saber até que ponto o impacto é positivo ou negativo só porque têm o computador nas mãos. Estas questões já não acrescentam nada, são periféricas. Agora não há dificuldade em chegar a eles, isso não. É uma questão de opção editorial porque os textos também têm espaços limitados e por vezes não dá para ouvir toda a gente.

Q4: Na quase totalidade das notícias analisadas, o computador 'Magalhães' foi conotado com uma carga negativa associada, sobretudo, aos problemas derivados da adjudicação directa, atrasos na distribuição e erros ortográficos. A veiculação de mensagens deste cariz poderá influenciar o modo como a sociedade percebe esta medida no sistema educativo?

Jornalista *Sol*: (...) Não faz muito sentido essa pergunta. O que é relevante é saber se estamos a fazer uma notícia que reflecte a realidade e se está sustentada em fontes credíveis e que

ouvimos todas as fontes que para aquela notícia seria necessário ouvir. Algumas manifestaram-se outras não se manifestaram mas nós fizemos a tentativa de contactar todas elas. (...) E a partir daí fizemos uma notícia que é o reflexo de uma realidade e o efeito que essa notícia tem na percepção que as pessoas têm sobre o 'Magalhães' já é uma coisa que nos ultrapassa. Nós não podemos fazer notícias, ou não fazer notícias, achando que vamos dar uma imagem positiva ou negativa de alguma coisa. Isto não são campanhas (...). Sinceramente, as pessoas que estão mais envolvidas com o 'Magalhães' directamente: os pais das crianças que têm 'Magalhães', os professores que trabalham com o 'Magalhães', têm opiniões próprias, fundadas naquilo que eles vivem todos os dias, que não vão ser alteradas por terem lido uma notícia (...). Agora se as pessoas ficam com a imagem de que o computador é uma coisa negativa porque leram que o processo de adjudicação foi irregular (...) as pessoas até podem ficar chocadas, ou não, com o processo (...) e podem gostar imenso que o filho tenha o computador 'Magalhães' em casa e que acha importantíssimo. Ou podem, pelo contrario, achar um bocadinho irrelevante... Há pessoas que não dão tanta importância às notícias. Podem achar menos importante a notícia e ainda assim achar que o computador não serve para nada, que não ajudou o filho em nada, e que até o distrai(...). Não há uma relação completamente directa entre uma coisa e outra. É claro que as notícias são mais um elemento que as pessoas têm para formar uma percepção sobre o 'Magalhães', obviamente, sobretudo as pessoas que não têm ligação directa ao computador. As pessoas que não têm filhos em idade de ter o 'Magalhães', as pessoas que não são professores do 1º ciclo... Todas as pessoas que estão fora desse contexto, se calhar, só formam uma imagem sobre o 'Magalhães' por aquilo que lêem nas notícias. Mas também não hão-de ler só o *Sol* e o *Expresso*. Vêem televisão, lêem diários... Se vir a cobertura que é feita, por exemplo, na televisão, é muito diferente. Na televisão havia muitas imagens quando governantes iam às escolas com o 'Magalhães' era muito recorrente haver imagens de crianças a receberem os computadores...

Agora que fala, é também curioso que embora a criança não tenha sido contactada para prestar depoimentos, na grande maioria das imagens que acompanharam as notícias, a criança foi um elemento sempre presente...

Claro, é assim que se ilustra o tema. É a maneira mais óbvia de se ilustrar a notícia e de as pessoas reconhecerem que estamos a falar de um computador que é para crianças.

Jornalista *Expresso*: Obviamente que todas estas questões polémicas em torno do 'Magalhães' conduzem a uma diferente percepção da utilidade do mesmo, sobretudo junto de uma população mais escolarizada e com acesso a informação que questiona a «manobra de marketing» do Governo e que se interroga sobre os contornos pouco claros de uma iniciativa que tinha um bom princípio. A percepção que obtivemos, pois temos filhos, sobrinhos, ou amigos com filhos, é de que o

'Magalhães' permitiu menos «guerras» em casa pelo uso do computador, porque passaram a existir mais computadores disponíveis. Mas o 'Magalhães' serviu mais para jogar e brincar do que para adquirir conhecimento... na faixa etária dos seis anos. Claro, que o impacto junto de famílias mais carenciadas será outro. Muitas crianças terão contactado pela primeira vez com um computador por esta via, e esse foi o aspecto mais positivo do lançamento do 'Magalhães'.

Q5: Na sua opinião, como perspectiva a cobertura do computador 'Magalhães' pela imprensa portuguesa?

Jornalista *Sol* Eu acho que ela foi bastante exaustiva (...). Falou-se muito do computador 'Magalhães' em várias vertentes...Eu acho que não foi uma cobertura feita exclusivamente numa vertente negativa ou numa vertente positiva...(...). E é natural que se tenha falado muito do computador. Primeiro porque era uma coisa completamente nova. Depois porque se percebeu que era um investimento muito grande, depois porque se percebeu que havia ali uma irregularidade na maneira como foi feita a adjudicação...houve muitas dúvidas sobre o que é que era o computador (...). Todas essas coisas foram reflectidas na imprensa assim como foram reflectidos outros aspectos de pessoas que achavam que o computador tinha potencialidades positivas. Portanto não acho nada que tenha sido uma cobertura tendencialmente negativa. Agora há uma coisa: normalmente, por definição, as notícias são coisas mais negativas porque são coisas mais surpreendentes...têm um valor-notícia...Uma coisa em que tenha uma irregularidade, que haja suspeita...tem um valor-notícia superior ao simples facto de dizer que correu tudo bem, que está tudo a funcionar bem...o que não era verdade. (...) Houve problemas: as coisas não chegaram a tempo, houve casos em que as crianças viram os computadores, durante uma cerimónia oficial, e depois eram-lhes retirados...Qual seria o nosso trabalho se não transmitíssemos os problemas que existem? Para mim um jornalista se não fosse para denunciar aquilo que está a correr mal...É que muitas vezes, há muitas coisas que acabam por ser corrigidas depois das notícias saírem. Isso é um papel importante. E se nós deixamos de fazer isso, para que é que nós servimos? Para anunciar coisas tal e qual como elas são passadas pelos gabinetes de imprensa do governo e das empresas? Isso não é jornalismo. (...) Os jornalistas têm esta função. (...) O nosso trabalho é receber essa informação oficial e tentar confrontá-la com a realidade e tentar desmontá-la falando com várias fontes, para tentar perceber se é tudo verdade o que nos estão a vender ou se há ali alguma coisa que está a correr menos bem. E depois, independentemente da coisa ser ótima ou menos ótima ou péssima, escrever isso.

Jornalista *Expresso*: Foi de facto um caso mediático, não com o objecto ou intenção inicial de permitir um maior acesso do computador às crianças mas sobretudo tudo aquilo que estava no backstage. No geral, parece-me ter tido uma cobertura normal. Os diários e as televisões fizeram reportagens sobre o impacto do 'Magalhães' nas escolas e nalgumas famílias. As histórias de

«bastidores» e mais polémicas (adjudicação directa e erros ortográficos) foram reveladas e denunciadas correctamente na generalidade dos media. Às tantas o 'Magalhães' passou a ser um objecto também de... e portanto, se calhar, também tem notícias com outro tipo de títulos já também numa perspectiva mais irónica, não sei...É o mesmo que as pessoas que adoram sair nas revistas e nos jornais e estão sempre a querer dar informação e depois quando a sua vida é vasculhada ou violada, sentem-se muito chocadas, mas essas pessoas fizeram asneira. No caso do 'Magalhães' utilizo esta metáfora. A forma propagandística como foi lançado o 'Magalhães' virou-se um pouco contra o próprio 'Magalhães' porque tinha estes problemas todos na sua base e isso alterou a atenção que os jornais acabaram por dar ao 'Magalhães'.